

045281/2004



L0000045290

Do Humberto de Campos
com a administração do

V. A. B. S.
125-8-927

BIBLIOTECA PÚBLICA
DUPLICATA

BAHÚ VELHO

Roupas antigas da História Brasileira

Biblioteca
de
Humberto
de
Campos

VIRIATO CORRÊA

ORMA
- 987
e8246

Bahú Velho

ROUPAS ANTIGAS DA
HISTORIA BRASILEIRA

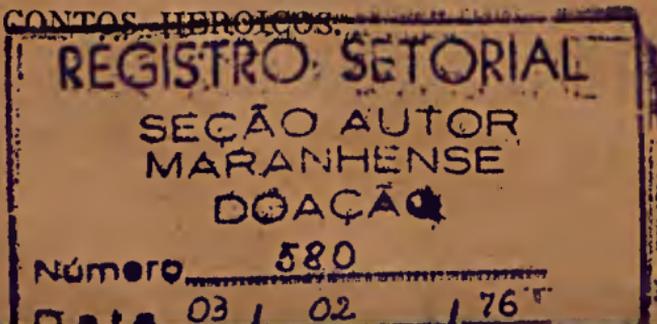
COMPANHIA EDITORA NACIONAL
RUA GUMMÕES, 33 1927 SÃO PAULO

Do mesmo autor:

- BRASIL DOS MEUS AVÓS — (Comp. Editora Nacional — S. Paulo).
- MINARETES- -CONTOS — (Typ. Teixeira — Maranhão) esgotado.
- ERA UMA VEZ — (Contos infantis — colaboração com João do Rio — 3.ª edição — Francisco Alves).
- CONTOS DO SERTÃO — (3.ª edição — H. Garnier).
- NOSSA GENTE — Comedia (2.ª edição — Braz Lauria — Rio).
- HISTORIAS DA NOSSA HISTORIA — Chronicas e contos historicos — (1.ª edição — Monteiro Lobato & Comp. S. Paulo, 2.ª edição — A. J. Castilho — Rio).
- NOVELLAS DOIDAS — Contos (A. J. Castilho — Rio).
- TERRA DE SANTA CRUZ — Contos e chronicas da historia brasileira — (2.ª edição — A. J. Castilho — Rio).
- ZUZÚ — Comedia — (Photo-Fil-Rio).
- CONTOS DA HISTORIA DO BRASIL — (Edição infantil — A. J. Castilho).

A publicar:

- ARCA DE NOÉ — Contos infantis.
- BICHOS QUE FALAM — Contos infantis.
- APOLOGOS CRUEIS.
- A COLUMNA PRESTES ATRAVÉS DO BRASIL.
- VARINHA DE CONDAO.
- CONTOS HEROICOS.



~~REGISTRO SETORIAL~~
~~SEÇÃO DE AUTORES MARANHENSES~~
NÚMERO 1210
Data 10 / 2 / 72

Ao

Paim

e ao

Antonio de Alcantara Machado

O martyr dos martyres

Naquelle sabbado historico de 21 de abril de 1792 o sol que brilhou no céo foi o mais lindo, o mais puro e o mais festivo sol que Deus já mandou á terra para illuminar uma forca.

Estava feita a vontade do vice-rei. O esplendor e o apparatus da festa publica que elle queria dar ao supplicio de Tiradentes, começava no proprio céo. Era a natureza com as suas galas de luz vindo, ao encontro das galas terrenas do officialismo.

Desde as duas da madrugada que começou pela cidade o rumor sinistro daquellas pompas funebres. Era o movimento de tropas, era o movimento de povo: aos seis regimentos de linha, ao esquadrão de cavallaria e mais á força auxiliar, ordenou-se que, áquella hora matinalissima, se puzessem em formatura pelas ruas; ao povo ameaçou-se sombriamente que cairia no desamor da rainha quem fugisse de assistir á morte do Inconfidente.

E, quando, mais tarde, o sol rompeu no azul, naquelle dia mais vibrante e mais alegre que nas outras

manhãs, estava toda a cidade em torno da festa: vestidos garridos como para uma missa de luxo, colchas nas janellas como para um cortejo real, borborinho de povo como nos faustos civicos, soldados de roupas novas e florões no peito e festões nas espingardas como para a passagem de um monarcha.

Nunca se tinha visto tão grande brilho de tropa e multidão. O regimento de *Elvas* ou do *Moura*, com as suas 782 figuras, ao commando de José Victorino Coimbra, alongava-se da Cadeia Velha, até o fim da rua do Piolho; o de *Bragança* guardava as fortalezas; a artilharia, commandada por José da Silva Santos, formava em alas no largo de S. Francisco; o 1.º e o 2.º do *Rio* e o *Extremoz* ou *Chichorro*, na totalidade de 2.352 capacetes, estendia-se, em forma de triangulo, desde o Campo da Barreira de Santo Antonio até o Campo da Polé ou de S. Domingos. Nas ruas engalanadas fervia o povo surpreendido por aquella imponencia de festa funeraria.

Nunca se tinha visto tanto luxo assim. Apenas, a quebrar a alacridade do céu e das ruas, os sinos das torres de S. José e do Carmo dobrando piedosamente pelos ares.

A's 7 da manhã, no Terreiro do Paço, nas vizinhanças da Cadeia Velha, por toda a rua Direita, da Misericórdia e da Cadeia, ninguem se podia mexer. Estava ali o que havia de mais fino, de mais illustre e de mais prestigioso no serviço da colonia — juizes, ouvedores, militares, religiosos de todas as ordens, escrivães, meirinhos, irmãos da Misericórdia, cortezãos e pagens.

Eram 8 horas exactas quando se ouviu sonora e alta a clarinada do regimento do vice-rei. Moveu-se o povo, agitou-se a tropa.

Tiradentes ia sair da prisão a caminho da forca.

A multidão acotovelou-se á porta da Cadeia Velha que dava para a direita, vizinha á igreja de S. José. Era ali, no pavimento terreo, que o pobre alferes havia passado a noite no "oratorio", á confortação espiritual do confessor.

De bandeira desfraldada os irmãos da Misericórdia adeantam-se, penetrando na porta para receber o condemnado, segundo a pragmatica. Era toda a mordomia dos presos: os dois mordomos da vara, os dois visitantes, o mordomo da botica.

Lá dentro desenrolava-se o cerimoniaal do estylo. Rodeado de officiaes de justiça, o carrasco acabava de entrar no "oratorio", para pôr a corda ao pescoço do réo e vestir-lhe a alva que, conforme os usos, a irmandade da Misericórdia, por esmola, trouxera. E' todo um ritual arrastado e lento: emquanto desenrola a longa camisa da morte e prepara o nó no baraço, o executor pede ao padecente perdão do que vae fazer. Não é por vontade propria que matará; é a justiça, ella unicamente, que o vae obrigar a tirar-lhe a vida!

Tiradentes beija-lhe as mãos, beija-lhe os pés, num transporte de humildade christã.

— Perdão, perdão! repete o algoz escondendo sinceramente uma lagrima, pela primeira vez commovido na vida.

De novo o clarim, lá fóra, retine nos ares. Ouvem-se os tambores alegres dos regimentos.

Começa-se a formar o prestito. E' tudo luzido como nunca se vira requinte igual.

O conde de Rezende esmerou-se nas minúcias mais surpreendentes. As montarias dos juizes da alçada, dos ouvidores, das altas patentes têm arreios de prata, laços de fitas nas crinas e nas caudas, longas mantas de velludo e seda, com franjas d'ouro. Até de prata mandou ferrar os cavallos que os desembargadores montavam.

A' frente de tudo fórma-se o clero com paramentos ricos. Apparece em seguida a irmandade da Misericordia com a bandeira ao vento.

Ouve-se a tristeza de um canto funereo. São os frades franciscanos que surgem á porta, gemendo laldainhas. Estão vestidos de sobrepelizes e quatro delles com longas tochas accesas em derredor do que carrega o crucifixo.

Ha na multidão um sussurro de surpresa e dôr.

Tiradentes apparece cercado pelos frades.

Até ali ninguem tinha visto ainda a physionomia do alferes humilde que ia morrer, com todo aquelle luxo da terra e todo aquelle luxo do céu.

E eil-o que assoma á soleira da porta, mais alto, do que era, muito mais alto na larga alva de linho, rosto sereno e encovado, olhos ardendo como dois carvões, longos cabellos esparsos a cair-lhe nos hombros, as immensas barbas de dois annos derramadas pelo peito.

De pé, sobre o batente de granito, fita silenciosa e docemente a multidão acotovelada. Não é mais um homem, é um espirito. Ha nelle como que um halo que não é da terra.

E, ao fulgir dulcíssimo daquelle olhar, o silencio que se espalha no povo é de pasmo, de contricção e de respeito.

No tempo da Inconfidencia não se sabia ainda morrer pela liberdade. Daquellas tres dezenas de conjurados, só elle, o mais humilde, tivera a nobreza d'animo, a dignidade do ideal. Fôra, na realidade, clementissima a rainha Dona Maria I: commutara os onze condemnados á morte, menos aquelle que tinha forças para caminhar até o patibulo e tinha coragem de passar á Historia!

E com um sorriso adejante na pallidez dos labios, o Martyr contorna o olhar pela extensão das ruas, levanta a cabeça e fita o céu. Passa-lhe pelo corpo, agitando-lhe os cabellos, um arrepio de volupia, arfa-lhe o peito como num trago de alegria, chispam-lhe os olhos riosamente. Havia tanto tempo que não encarava o sol. Que felicidade Augusta a que Deus lhe dava! Era com um sol assim, num dia azul e fulgurante, com alegria na terra e alegria no céu, que sempre desejara morrer!

E Deus lhe dava o que pedira! A cidade enfestonava-se para vel-o perder a vida e o sol, que Deus mandava naquella manhã suprema em que ia transpor a Posteridade, era o mais puro, o mais lindo, o mais cantante dos sóes que já testemunharam a morte de um Sonhador.

E cravou longamente, enamoradamente, as pupillas no espaço illuminado. Lá estava o sol, limpido, doirado, resplandescente, como era resplandescente, limpido e doirado o seu grande Sonho.

Os tambores acordaram-no do extase. Ia começar a marcha.

As mãos amarradas, o crucifixo seguro ás duas mãos, Tiradentes baixa o olhar, cravando-o na imagem torturada de Jesus. E pisa serenamente a lage fria da calçada da prisão.

Atrás apparece o carrascó. E' o negro *Capitania* que a cidade inteira conhece e odeia. Segura a ponta do baraço que cinge o pescoço do Martyr e, cercado de meirinhos e officiaes de justiça, caminha a passos tardos.

Em seguida, os "homens do azul", da Misericórdia. Vestidos de opa carregam cestos de frutas, doces, pão de Lot e vinhos, para confortar o réo durante a caminhada. E logo atrás, montados em cavallos tão ricos que até são de prata as ferraduras, fórma-se o grupo dos magistrados

E' o desembargador-escrivão da alçada Luiz Alves da Rocha que vae, por lei, testemunhar o sacrificio; José Feliciano da Rocha Gameiro, desembargador do crime; o ouvidor da camara José Antonio Valente e o presidente do Senado da Camara — o juiz de fóra Balthazar da Silva Lisboa. Segue a segunda companhia do esquadrão do vice-rei e atrás, á vanguarda da cauda popular, um carro sinistro, tirado por doze galés. E' a carreta que voltará mais tarde da forca com o corpo do Martyr, esquartejado.

Marcha-se. O pregoeiro, porém, faz parar o presbitero para ler em voz alta, palavra por palavra, a sentença.

E de vagar, passo a passo, sem pressa nenhuma,

torna a seguir a procissão. Os frades, em côro, a voz dolente, vão cantando a ladainha que o condemnado só pode repetir até o versículo da *Santa Maria*.

— *Ora pro nobis, ora pro nobis!* geme atrás o povo amarguradamente.

Ao entrar na rua da Cadeia ouvem-se, ao longe, os sons consoladores de um côro lacrimoso.

Tiradentes pára estatico a ouvir.

E' uma musica simples, triste, commovedora, que lhe entra pela alma como um balsamo. São as recolhidas do Parto, entoando preces por elle.

As ruas cada vez mais fervilham. E' a cidade inteira, temerosa do desagrado da rainha, que ali está para festejar a morte. Multidão assim não se tinha visto ainda: gente sem conta nas janellas, nos solãos, nos telhados, nas arvores e nos morros. E, por toda a parte, tropeis e borbórinhos, sons de clarins e rufos de tambores.

E, a quebrar o timbre alviçareiro da cidade, apenas os sinos tangendo a finados, a ladainha dolente dos frades do prestito.

Eram mais de dez horas da manhã quando o cortejo deixou o Campo dos Ciganos para parar no adro da igreja da Lampadosa. Os franciscanos levaram o sentenciado até os degrãos de pedra da soleira do templo.

Tiradentes ajoelhou-se. Lá dentro havia missa e era das praxes ouvil-a o condemnado, de fóra, de joelhos, á porta, até o "momento de levantar a Deus".

São quinze minutos, talvez vinte, e o prestito, com a mesma lentidão, parando aqui, ali, adeante, para o

pregoeiro ler a sentença, segue para o campo de S. Domingos onde a força se levanta.

Devem ser onze horas, quando o sequito transpõe o campo do patíbulo. Ninguém diria que ia haver ali o sacrificio de uma vida. Os aprestos davam a idéa de uma parada festiva. Os regimentos, em fórma triangular, estendidos em linhas duplas com as costas para a força e a frente para o povo, luziam nos seus uniformes ricos. No alto de um puro-sangue, magnificamente arreado, o brigadeiro Pedro Alves de Andrade, cercado do seu estado-maior, ora num vertice, ora noutro, gritava, de quando em quando, uma ordem de commando. Dom Luiz de Castro Benedicto, filho do vice-rei, galopava chibantemente por entre a turba, no seu ginete de laçarotes esvoaçantes, namoricando as moças. Irmãos da bolsa, cobertos de capas negras, salvas de prata na mão, quebravam a alegria pedindo esmolas para missas "por alma do que ia morrer".

Tiradentes parou junto do cadafalso, fitando-o de cima abaixo. Um sorriso vago veio suavisar-lhe a palidez do rosto. Era aquella a mais alta força que se erguia no Brasil — vinte e quatro degrãos — mais alta que todas as outras, para que pudesse ser vista pela cidade inteira. Ia morrer ali, lá em cima, mais perto do céu que no fundo de um carcere.

O carrasco fez-lhe o aceno para a ascensão. Galgou firmemente os degrãos, barbas ao vento, impavido, olhos erguidos, até o cimo do patíbulo. Nem um estremeimento, nem uma vacillação. O *Capitania* aproximou-se, cobrindo-lhe os olhos com o capuz da alva.

— Não demores, irmão, depressa com isso! pediu o desgraçado.

Ia o executor dar o empurrão da morte, quando se ouviu a voz do guardião do convento de Santo Antonio, frei José de Jesus Maria do Desterro, subir nos ares. Eram palavras de piedade que elle, ali de cima, dos mais altos degrãos da forca, vinha pedir para salvação do que ia sair da vida!

Era um silencio sem fim o silencio com que o povo ouvia a exhortação. Frei José pede aos homens, ás mulheres, ás creanças que o acompanhem de alma erguida, na prece que vae levantar ao sentenciado. E recitando phrase a phrase, vem lentamente descendo, degráo a degráo, a forca.

— Creio em Deus Pae, todo poderoso, creador do céo e da terra...

— Creio em Deus Pae, todo poderoso, repete o Martyr claramente. lá de cima e murmura, em côro, o povo aqui em baixo.

Espalhou-se no ambiente a plangencia emocionante de uma tristeza augusta. Os sinos das egrejas dobravam de doer o coração. Uma nuvem toldou naquelle instante o sol.

— Creio em Jesus, concebido sem peccado! clamava o frade a descer, a descer. Creio na communicação dos Santos, creio na remissão dos peccados, creio na resurreição da carne, creio na vida eterna...

E a ultima palavra disse-a já com os pés em terra.

Foi tudo rapido — um instante — um nada. Um ah! um grito, um subito gemido de susto em todo o campo. Tiradentes tinha sido atirado nos ares pelo car-

rasco. O que se viu foi um esbracejar convulso, duas pernas agitadas tragicamente, um corpo a balançar em estertores, numa corda.

Bateram os tambores fragorosamente em rataplans alegres, gritaram nos ares os clarins sonoros.

Os sons abafaram a emoção do povo.

Estava consummado o castigo da legalidade.

O triangulo dos regimentos desmanchou-se em filas de marcha. A turba, constringida, começou a dispersar-se pelas ruas.

O sol, que lá em cima se libertara das nuvens, deramou-se a prumo sobre a forca, illuminando-a numa apothese.

O povo passava, passavam as tropas e ninguem tinha animo de erguer a cabeça para o alto. Offuscava, cégava os olhos aquella immensa e infinita luz que Deus mandara para illuminar, por toda Historia, o Sonhador que tivera a coragem do seu Sonho, o Sonho que fizera a nobreza e a gloria de um Sonhador.

O motim dos frades

A nota sensacional daquelle anno pacato de 1743, foi, no Rio de Janeiro, o motim dos carmelitas.

Na historia religiosa dos nossos conventos vamos encontrar os frades do Carmo sempre agitados em discordias intimas, de sangue na guelra, a deflagrar desordens que, de tão grossas e desabusadas, transpunham os corredores claustraes para estrondar em escandalos aqui fóra.

Durante o seculo atrazado e mesmo no ultimo seculo, a ordem carmelita viveu em procellas de indisciplinas. Não parecia uma communitade religiosa, parecia um punhado de bandoleiros em tumulto para a chefia.

E taes eram as turbulencias e tão perigosas se tornavam para a tranquillidade da cidade, que, mais, de uma vez, o poder publico teve de intervir com força armada, com tropa numerosa, para acalmar e para prender os frades.

A historia brasileira está cheia de frades e padres revolucionarios. Mas na ordem do Carmo não havia assomos de revolução. Havia motim, havia desordem.

Não se brigava por um ideal humano, brigava-se por politicalha de convento. Não havia idéa política, havia ambição de mando.

Aquelle motim de 1743 é um exemplo incrível de audacia desvairada. A tormenta da indisciplina parece que havia varrido das cabeças carmelitas qualquer parcella de bom senso que elles pudessem ainda ter.

A gente fica com a impressão de que não são pastores de almas que se chocam em odios tão accesos, mas sim diabos disfarçados em habitos fradescos.

Naquelle tempo o provincial da ordem era frei Francisco das Chagas. Ao que dizem, o seu defeito era ser menos desleixado e mais cioso de obediencia que os provinciaes anteriores.

Os frades odiavam-n'o, hostilizando-o em surdina.

Frei Francisco resolve visitar os conventos da ordem em outras provincias. Mal vira as costas ferve a conspiração nas cellas. Fica resolvido que a communitade não mais o reconhecerá como superior.

Feita a inspecção o prelado volta. Os religiosos recebem-n'o aggressivamente á portaria. Renuncia ou morre!

O velho prior não morre de caretas — matem-n'o, mas não renunciará. Os frades não têm contemplações: agarram-n'o, levando-o para a mais estreita e dura prisão do claustro.

Na mesma hora faz-se a eleição: frei Felippe da Madre de Deus é elevado á dignidade provincial. E discute-se (de que eram capazes aquellas santas almas!) que morte se devia dar ao superior deposto.

Mas, no convento, um frade, parece que o unico,

frei Salvador Caetano d'Orte, está ao lado de frei Francisco. Vem para fóra e interpõe, perante o ouvidor geral João Alves Simões, uma acção de força para que o prior encarcerado volte, como de direito, á prelazia.

A sentença é favoravel. Os frades amotinados vão certamente curvar a cabeça e dobrar os joelhos arrependidos. Não. Embargam a sentença.

Os embargos vão abaixo.

Agora não ha outro remedio senão cumprir a ordem do juiz. A cidade, que já vibrava pelo escandalo, suppõe que daquillo nada mais podia vir de sensacional.

Frei Salvador volta ao claustro imaginando que o seu superior havia já reassumido as funcções. A mesma cousa. Estava ainda no mesmo carcere, deposto como antes da intervenção dó ouvidor.

E o Rio ferveu, assanhou-se, com a novidade surpreendente: — os frades carmelitas tinham deixado de respeitar a sentença do juiz.

Frei Salvador vem para a rua, appella de novo para a autoridade judiciaria. João Alves Simões não é homem que consinta no desprestigio á potestade de sua toga. Requer ao governador Gomes Freire de Andrade força para cercar o convento e obrigar os frades ao cumprimento do julgado.

O governador immediatamente ordena ás tropas que saiam do quartel. Os meirinhos, acompanhados de frei Salvador, encaminham-se para o convento que a soldadesca, em armas, cerca.

A multidão é enorme nas vizinhanças. Numa cidade pacata e bisonha como era o Rio daquellas épocas,

um escandalo daquelle devia ser um prato saboroso para a curiosidade popular. Daquelle vez os frades seriam constrangidos a ceder. Agora não era apenas a força objectiva de uma sentença. Era a sentença blindada pela propria força, — a força material da tropa que foi sempre a força respeitavel.

Mas, nas cabeças dos religiosos surgem, ás vezes, lembranças que ao proprio diabo não acudiriam.

Uma surpresa e uma decepção esperavam os executores da lei.

Apezar de toda aquella tropa, de toda aquella força, de todas aquellas armas que os soldados tinham sobre os hombros, a figura symbolica da Justiça ou as figuras reaes dos meirinhos, não podiam entrar no claustro.

O recurso dos frades era o que havia de mais inesperado e de mais desnorteante. Tinham armado na portaria do convento um altar e, no altar, estava exposto o Santissimo Sacramento.

E' preciso ver a época em que aquillo se passava, em pleno prestigio do catholicismo, na mais estreita união official da Egreja com o Estado. Acima da lei estava a Hostia Consagrada. Deante do Santissimo Sacramento, baixava a espada inflexivel da Justiça. Meirinhos, juiz, tropa, o proprio rei que viesse, teriam que esbarrar, não podiam dar um passo á frente.

Não seria daquelle vez que frei Francisco das Chagas sahiria do carcere para assumir as altas funcções de provincial.

Frei Salvador é tambem teimoso como os seus

companheiros de ordem. Ha de tirar, de qualquer maneira, o prior da prisão.

Não perde tempo. Corre á procura do ouvidor, tral-o a verificar o ultrage á majestade divina do Santissimo.

O juiz vem, desespera-se, mas nada póde fazer. Não ha na lei recurso para a medida infernal dos frades brigões.

Mas, frei Salvadór tambem é frade, tambem tem recursos do estofo dos de seus collegas. Lembra-se que, do outro lado do convento, ha um portão por onde entra o carro de hortaliças e mantimentos para os religiosos.

E se se arrombasse esse portão? Não havia sacrilegio nenhum, não se profanava o Corpo do Senhor exposto na portaria!

O ouvidor concorda. A majestade divina não ficaria arranhada!

E a coice d'armas, arromba-se o portão do carro. Lá dentro os frades fervem como um formigueiro, em altas vozes, protestando. Um delles, apparece na mais alta janella do claustro, clamando para o povo, a excommungar tremendamente a tropa.

Já os soldados tinham posto o portão e mais tres portas abaixo e, seguidos dos meirinhos, transpunham o pateo, a capella, o corredor e a escada que levavam á prisão do provincial.

Nova decepção. A' porta do carcere — outro altar, com o Santissimo Sacramento á vista. Meirinhos e soldados esbarram. Estava tudo perdido, continuaria tudo

no mesmo: o prior não podia gozar da liberdade que a lei lhe concedia.

Frei Salvador desce soffregamente as escadas. Eillo na rua a fallar novamente com o ouvidor.

Para frade outro frade. Ha uma janella da prisão, lembra, que dá para o pateo. Não se poderia erguer uma escada até a janella e fazer com que o preso por ella descesse? Não era uma profanação ao Santissimo, pois que ninguem tocaria na porta em que elle estava exposto! Subtil era a lembrança. O juiz acceta-a.

Corre-se a buscar pelos arredores uma escada, duas escadas. Amarra-se tudo com cordas, arromba-se a janella e frei Francisco desce degráo a degráo aos olhares curiosos da multidão deliciada.

Mas, ao chegar á rua, já na rua estavam os frades amotinados. Sahiam em procissão, todos elles com o Santissimo Sacramento á frente. A Hostia Consagrada havia sido injuriada, a Hostia Consagrada havia soffrido ultrage da Força e da Justiça! Aquella procissão era para desaggravar a Hostia.

E marcham pelas ruas cantando, resando, até o convento de Santo Antonio.

O que elles queriam era desaggravar o amor proprio. A procissão era uma retirada do claustro. Os frades mudavam-se para o convento de Santo Antonio para se não sujeitarem á autoridade de frei Francisco.

Mas, tempos depois, como boas ovelhas que voltam ao rebanho, vieram-se chegando, desconfiados, arrependidos, jurando obediencia para toda a vida.

O que muito exigiu e muito prometteu

E' realmente estranhavel que, sendo Colombo um dos homens do seu tempo de mais alta visão pratica da vida, falhasse redondamente da maneira por que fallou, morrendo na miseria, esquecido do mundo e dos amigos.

Elle que teve a paciencia incrivel de esperar vinte annos que um rei da Europa lhe armasse navios para desvendar o Novo Mundo, que teve a tenacidade de pedir a tantas cortes, e a argucia, a habilidade subtil de cercar-se de frades para conseguir a protecção da catholicissima Izabel de Castella, não teve intelligencia para suster nos braços o immenso thesouro de gloria e de prestigio que aquellas qualidades lhe deram.

Com Christovão Colombo dá-se este caso surpreendente: começa a falhar no momento em que começa a realizar, E falha tanto, que, nem ao menos, conseguê dar o seu nome ao continente que descobriu e morre "sem possuir uma miseravel têlha, elle que, em Hespanha, sempre vivera em pousadas e quasi sempre sem recursos para pagar as suas contas", segundo a amar-

gura de suas proprias palavras, ditas num momento de desespero.

A quéda de personalidades do vulto e do valor de Colombo costuma-se attribuir á ingratidão humana. Mas não foi unicamente a ingratidão dos homens que perdeu Colombo.

As causas foram muitas: a sua qualidade de estrangeiro servindo á Hespanha, a negação de suas virtudes administrativas, a pouca lisura da côrte hespanhola, o desconhecimento que elle teve, até á morte, de haver descoberto o continente americano, imaginando sempre que, o que descobrira, era a parte oriental da India, etc.

Mas as causas que mais influíram na sua desgraça não foram além de duas: as exigencias e as promessas. Colombo exigia mais do que lhe era permittido exigir e prometteu mais do que lhe era possivel dar. Elle que sempre fôra commedido na vida, que sempre soube pisar com segurança o terreno que lhe convinha pisar, não teve limites em pedir nem meias medidas em prometter. Tudo isso resultado da sua immensa ambição. Exigiu muito porque a sua insaciavel cobiça tudo queria, prometteu de mais porque a cobiça delirante fello imaginar que, os thesouros que ia trazer das terras a descobrir, eram incalculaveis.

A respeito das exigencias de Colombo as chronicas da época são de uma clareza admiravel.

Quando o grande descobridor aporta a Portugal, d. João II se interessa vivamente pelos seus planos de descobrimentos. A côrte portugueza está ainda sob a influencia dos desvendadores do mar tenebroso. Mas,

quando chega o instante de positivar as coisas, de pôr, como se diz, o preto no branco, Colombo pede tanto, exige tantas regalias para a sua pessoa, tantos títulos, tanta autoridade e tantos lucros, que o negocio mallogra. Portugal nunca havia cedido tanto a um portuguez e não lhe ficava bem ceder a um estrangeiro.

Colombo, desesperado, vae bater ás portas da Hespanha.

As peripecias são innumeradas, os longos annos perdidos são de desanimar uma alma. Mas elle é de uma tempera de ferro.

A rainha promette, dá a sua palavra para quando terminar a guerra de Granada. Em 1492 a guerra termina. A soberana não pôde fugir á sua promessa, mesmo porque Colombo ali está ao seu lado, exigindo com aquella tenacidade que foi uma das suas virtudes maiores.

Izabel decide-se. Chega o momento de serem estabelecidas as condições.

Colombo fala. Em primeiro logar queria que o investissem das mais altas dignidades de Hespanha; queria a categoria e o titulo de almirante hespanhol não só para si como para os seus successores; nobreza para si e para a sua familia. Nas terras que descobrisse, exigia para elle uma autoridade pouco menos que soberana, o titulo de vice-rei dos paizes novos em que pisasse. E mais: ficava-lhe o direito de propor, para as novas terras, todos os altos cargos e a terça arte dos funcionarios do governo; o unico juiz de todos os pleitos a que dêsse logar o trafico entre a Hespanha e os paizes descobertos seria elle. E mais ainda: queria a deci-

ma parte do que o erario pudesse tirar das perolas, pedras preciosas, ouro, prata, especiarias e outros artigos de commercio; e, no caso de custear a oitava parte das despesas de armamento de navios mercantes, o direito de receber a oitava parte dos beneficios.

A rainha, dizem as chronicas, ficou estupefacta.

Nunca se tinha ouvido um homem abrir a bocca para pedir tanto. Era espantoso e muito mais espantoso tratando-se de um estrangeiro! Colombo era genovez. Se lhe dêssem aquella autoridade formidavel, aquelles titulos, aquellas dignidades excepçoes, era expôr a empresa a serios conflictos que o ciúme natural dos filhos do paiz fatalmente despertaria.

Izabel quer, de coração, proteger Colombo. Mostra-lhe o excesso de suas exigencias, a impossibilidade do governo em acceital-as.

Mas Colombo não cede uma polegada. Não cede porque vae trazer riquezas incontaveis a Castella. O paiz que vae descobrir é o mais abundante de ouro que ha sob o céu, o mais farto em perolas, em prata e especiarias.

A rainha é obrigada a romper as negociações. Daquella maneira não!

Colombo retira-se para Cordova. Está furo de rai-va. Vae propôr os seus planos ao rei da França.

Mas os frades mexem-se ou elle mexe os frades. O que é certo é que, por influencia dos religiosos, a soberana manda novamente chamar Colombo.

Ha mais uma tentativa para que elle cerceie as suas exigencias. Não cede, não cede um atomo.

Aquella teimosia, aquella formidavel convicção em

affirmar que vae enriquecer Castella, impressiona a rainha. Se elle não quer ceder, é porque tem a certeza de que vae realizar o que promete.

Quem se curva é Izabel. O erario publico está esgotado com a guerra de Granada. Mas a soberana tem as suas joias. Empenha-as a Luiz de Sant'Angel, que lhe adeanta 5.300 ducados para as despesas da expedição.

Quando uma rainha chega a despojar-se de suas joias para ajudar um estrangeiro numa aventura da ordem da de Colombo, é que espera tudo dessa empresa. Colombo tinha conseguido tocar a fibra sensivel de Castella, no momento — o ouro. As aperturas do governo eram horriveis; a côrte viu em Colombo, na sua viagem, nas suas promessas, a salvação do erario.

Quando, em 1493, o navegador volta á Hespanha não ha motivos para a côrte desanimar. Colombo tinha realmente descoberto terras até ali desconhecidas, tinha, segundo elle affirmava, tocado na India decantada das riquezas e das especiarias.

Trazia um sequito de gentios, madeiras e umas bellas laminas de ouro, com dois dedos de espessura e o comprimento de uma mão, que Martim Alonso Pinson, o commandante da *Pinta*, adquirira por um laço de fita, na ilha de Babeque.

A amostra dessa primeira viagem era excellente. Colombo atravessa a Hespanha victoriosamente, carregando os seus trophéos até Barcelona, onde estão o rei e a rainha. Os monarchas recebem-n'o maravilhosamente, fazendo-o sentar-se ao seu lado, em audiencia publica, honra que só era permittida aos grandes do reino.

que o descobridor conta á côrte, naquella audiencia, é enlouquecedor. Havia fundado uma colonia de hespanhoes no Novo Mundo e, ao voltar, contava encontrar uma tonelada de ouro.

Uma tonelada de ouro! No estado em que se achava o thesouro de Castella, aquillo fez delirar a cabeça da côrte. E a 28 de maio de 1493 os monarchas confirmam todos os titulos, regalias e dignidades que Colombo havia exigido.

A segunda viagem é colossal. Armam-se 14 caravellas, 3 navios grandes de transporte e embarcam 1.200 homens de armas e mais cavallaria, varios animaes domesticos, cereaes, legumes, videiras, etc.

A nobreza hespanhola enthusiasma-se: Alonso de Ojeda, João Ponce de Leão, Diogo Velasquez e João de Esquivel seguem na expedição.

A Hespanha fica á espera da immensa riqueza que Colombo lhe vae mandar.

Mas no anno seguinte, 1494, chegam ao reino, sob o commando de Antonio Torrès, 12 navios de Colombo. Não trazem a tonelada de ouro de que elle falára, vêm carregadinhos de doentes.

A decepção devia ter sido forte para a côrte e para o povo.

E, além disso, nas colonias que Colombo funda nas terras descobertas fervem discordias. Accusam-n'o de perseguir os hespanhoes por ser elle estrangeiro. As accusações chegam até aos ouvidos dos monarchas. Elle sente-se na necessidade de ir ao reino justificar-se.

Não está bem verificado se foi esse o motivo que o fez abandonar as terras do Novo Mundo em direcção

da Hespanha. Um outro parece mais importante. O governo hespanhol, deslealmente, havia permittido a toda expedição mercantil particular de buscar novas terras no Oceano e traficar em todas as partes, menos no Haiti.

Talvez descrenças nas realizações de Colombo, desillusão provocada por aquelles 12 navios carregados de enfermos.

A permissão do governo de Castella lesava profundamente os privilegios do descobridor. Colombo ia tambem protestar pelos seus direitos lesados e, talvez só por isso, se abalasse até ao reino. Deixa o seu irmão Bartholomeu como *Adelantado* e parte, em março de 1496, com 2 navios, 200 colonos doentes e sem recursos e 30 indios do Haiti.

De Cadiz até á côrte, a sua passagem é festiva. Tem a habilidade de enfeitar os seus indios com esplendentes joias de ouro.

Mas, na côrte, as coisas estão mudadas. Izabel, preoccupada com o casamento de seus filhos d. João e d. Joanna, não póde ouvil-o com cuidado.

Tudo está frio. Os cortezãos não o attendem mais como dantes. Ha já quem diga que a Hespanha não póde continuar gastando sommas pesadissimas para Colombo dissipar em expedições sem proveito.

Mas o navegador é pertinaz. Mexe os seus frades.

A luta para formar uma nova esquadra é terrivel. Castella, na guerra com a França, esgotou-se. Não ha dinheiro. Só em maio de 1498 consegue elle partir com 6 náos. Outra difficuldade embaraça os seus passos; ninguem quer mais ir ás novas terras. No Novo Mundo

já estava em voga o juramento hespanhol: — “Assim me leve Deus outra vez á Castella”.

Colombo pede condemnados para povoar as colonias.

Ao chegar ao Haiti a situação é gravissima. O magistrado do governo, Francisco Roldão, está á frente dos elementos em discordia. Colombo e os seus irmãos Bartholomeu e Diogo são accusados de inimigos dos hespanhoes.

Abre-se a luta entre o magistrado e o descobridor. Roldão retira-se da colonia e chefia a desordem. Os episodios são terriveis e não vêm ao caso narral-os aqui.

Afinal, Colombo consegue que o governo hespanhol demitta o magistrado. Vem um novo juiz do reino — Francisco Bobadilla. E' a desgraça do navegador.

O rei, ou porque Colombo não mais lhe merecia, ou porque lhe quizesse cercear a autoridade deante das accusações de inimigo dos nacionaes, investe o novo juiz de poderes independentes, superiores aos poderes do desvendador do Novo Mundo.

No dia em que Bobadilla chega a S. Domingos estão armadas na praia sete forcas e, nas forcas, pendurados sete cadaveres de hespanhoes. Seis dias antes, para suffocar uma revolta, Colombo fôra obrigado áquelle golpe extremo.

Bobadilla salta, entre na cadeia, interroga os presos, aloja-se na casa de Colombo; embarga-lhe os bens, apodera-se-lhe dos papeis, mette-o em ferros, atira-o no convez de um navio e o manda-o para a Hespanha.

Quando o descobridor chega ao reino, acorrentado

como um bandido, Castella inteira se agita. Era uma vergonha! Por mais culpa que aquelle homem tivesse, ninguem podia negar que elle havia dado novas terras á Castella!

Colombo era amigo intimo da ama de leite do infante d. João. Escreve-lhe uma carta contando a injustiça que estava soffrendo. A carta chega ao conhecimento dos reis antes das accusações de Bobadilla.

A côrte está em Granada. Quando o rei e a rainha sabem que o desvendador do Novo Mundo está em Hespanha, mettido em cadeias de ferro, ficam profundamente envergonhados.

E immediatamente mandam ordens para que o soltem e enviam-lhe 2.000 ducados para que se apresente á côrte de accordo com as suas dignidades.

A scena é de um grande cunho dramatico. Colombo entra no salão em que está reunida a côrte e cae de joelhos aos pés dos reis, sem dizer uma palavra, suffocado pelas lagrimas. Os monarchas dão-lhe todo o apoio.

Mas a infamia e a calumnia deixam sempre os seus borrões: os soberanos não lhe restabelecem a dignidade de vice-rei do Novo Mundo.

Pode-se dizer que, dahi por deante, se apaga a figura do grande homem. Ninguem mais confia nas suas promessas. Vasco da Gama, a serviço de Portugal, havia voltado das Indias carregado de especiarias e elle nada déra á Hespanha!

Mas, uma tenacidade daquellas, sempre consegue alguma coisa. Convence aos reis que poderá chegar ás

Índias de Vasco da Gama. Os monarchas, ou porque acreditem na promessa ou porque desejem prestigiar Colombo depois do escândalo da prisão, auxiliam a empresa.

Bobadilla é demittido e nomeado para o seu lugar Nicoláo de Ovando, homem recto e absolutamente imparcial.

A ultima viagem do descobridor do Novo Mundo é de uma infelicidade horrivel. Perde o tempo á procura de um canal que o leve ás Índias portuguezas, soffre tempestades, ataque dos indios, febres, fome, o diabo. Querendo aportar em São Domingos não o consegue porque Nicoláo Ovando, o juiz, não lh'o consente, para evitar perturbações da ordem.

Cansado, doente, sem dinheiro e sem esperanças, volta em 1504 á Hespanha. Nem os navios que levou, pôde trazel-os. A sua grande amiga, a rainha, morreu.

Os inimigos assanham-se. Nada mais consegue. Mas elle insiste em querer os seus titulos, as suas dignidades. A "Junta de descargos" propõe-lhe a renuncia dos seus direitos ao vice-reinado, em troca de propriedades e de titulos em Castella. Repelle. Nunca! O maximo que pôde fazer é renunciar os privilegios e dignidades das Índias em favor do seu filho Diogo. Quem não acceta isso é o governo.

E Colombo insiste. Em pouco deixa de ser um grande homem para ser um importuno, um cacete, de quem toda gente foge.

Doente, gasto, abandonado, ainda um raio de esperança lhe vem illuminar o espirito. E' quando chegar

á Castella, vindos da Flandres, os monarchas Felippe e Joanna, esta filha de Izabel.

Manda o seu irmão Bartholomeu receber os reis, pois elle, de doente, já não póde andar. Os soberanos promettem fazer alguma coisa, mas depois.

Mas, no dia 21 de maio de 1506, em Valladolid, na hora em que os sinos das egrejas repicavam para a festa da Ascensão, o extraordinario navegador morre em plena miseria, inteiramente esquecido.

As duas maiores razões da sua queda foram certamente aquellas: ter exigido muito e ter promettido de mais.

Colombo não soube conhecer-se. Elle não estava na altura das dignidades de que foi investido. Não tinha fortuna nem prestigio para lidar com tão altos titulos. Além de tudo, era estrangeiro, e havia contra si os ciu-mes dos hespanhoes na propria Hespanha a que elle servia.

Prometteu de mais, prometteu immenso numa época em que Castella andava faminta por ouro. E' sempre um mal prometter a quem precisa muito.

Castella viu em Colombo, na sua empresa, a salvação do seu erario. Elle não correspondeu ás suas esperanças. Ella propria o derribou.

Pedro I e a Confederação do Equador

Em historia brasileira não ha nada mais desnor-teante que o estudo da personalidade do nosso primeiro Imperador.

A aferição das almas foi sempre difficil nos ho-mêns, principalmente quando elles caminham pela existencia arrimados á muleta poderosa de um sceptro.

Mas, no proclamador da nossa independencia, a complexidade é mais trabalhosa de destrinçar que nas outras figuras da historia patria.

Nos primeiros passos do estudo daquella curiosa personalidade tem-se a exacta impressão de que Pedro I nada mais foi do que um grande maluco. Aquella diversidade de estadios d'alma, os altos e baixos do seu temperamento, as acções nobres ao lado das acções indignas, a taciturnidade que sempre lhe vinha após as explosões de alegrias juvenis, a immunda vida de pae de familia, as accentuadas inclinações lascivas, as inconsequencias e incongruencias dos actos, são factores que, sommados, convencem a gente de que, se elle

não foi um epileptico, como certos chronistas affirmam ter sido, foi, pelo menos, uma creatura de parafusos frouxos ou completamente desaparafusada.

As chronicas estão cheias de altos e baixos do character de D. Pedro. Dous ou tres factos são sufficientes para avaliar-se a anormalidade daquelle tortuoso temperamento. A imperatriz Leopoldina morreu de um pontapé que o imperador lhe dera no ventre, na borrasca de uma scena de ciume no palacio de São Christovão, scena em que, a pobre esposa humilhada, lhe pedira contas da escandalosa affeição pela marquezia de Santos.

Numa revista de tropas na Praça Vermelha (é o caso contado por Bösch) D. Pedro, sentindo os apertos de uma necessidade physica, trepou num muro e, quando satisfazia a necessidade, mandou que as tropas continuassem a desfilar á sua frente.

Na periodo mais vivo da sua paixão pela capitosa Domitila leva-a para o paço e obriga a imperatriz a nomeal-a primeira dama do palacio.

No dia seguinte ao 7 de abril, já na fragata *Warspire*, á mesa do jantar (narra o Barão de Daiser, citado por Figueira de Mello), como a segunda imperatriz, a linda Dona Amelia, a mulher que elle amava perdidamente naquella quadra, lhe pedisse auxilios para alguns dos seus, D. Pedro berrou grosseiro para toda a mesa ouvir: — “Não posso. O nosso casamento só me tem custado muito dinheiro. E’ tudo quanto tenho tido até agora.”

Ao lado disso um ou outro gesto fidalgo. Uma tarde, como viesse pela estrada de Mata Porcos e en-

contrasse dous marinheiros francezes soccorrendo a um companheiro desmaiado e ferido pela quéda do cavallo, apeou-se e, sem nomear os seus titulos, prestou, pelas suas proprias mãos, soccorro á victima.

Elle que foi capaz de pisar o ventre da propria esposa, ao sabel-a finada, chora-lhe abundante e arrependidamente a morte. Elle que, em phases anteriores, arrostara as maiores iras do povo, ao receber uma imposição popular para recompor o ministerio, abdica inesperadamente o throno em duas linhas rapidas de papel.

Até ahi temos o inconsequente, o estrabulégas, o doido, o maluco, o pobre nevropatha que, ao lado dos bons assomos, tem deflagrações impetuosas de neurasthenia ou de epilepsia a arrastal-o aos máos declives.

Até ahi temos o Pedro I — impetuoso.

Mas quem fizer um mergulho mais fundo no estudo daquella estranha personalidade, verificará que o nosso primeiro imperador não foi apenas um homem de impulsos irreflectidos. Verificará, com pavor, que dentro daquella alma de maluco, havia tambem a alma de um monstro.

Ahi está a revolução do Equador. E' o acontecimento maximo para se aferir segura e definitivamente o character do nosso primeiro monarcha imperial.

Na rebellião de 1924 D. Pedro não se desenha o impulsivo que não póde nortear a harmonia de seus actos. E', ao contrario, frio, reflectido, meditado, premeditado, como em nenhuma outra passagem de sua vida. E, desgraçadamente, é tudo*isso para revelar uma

immensa perversidade, uma impassível e requintada monstruosidade de coração.

Para punir os infelizes confederados que Paes de Andrade chefiava, não se pôde dizer que se houvessem organizado tribunaes, organizou-se uma carnagem.

Foi a revolução brasileira que maior numero de martyres deu á historia. Foi a revolução nacional em que a legalidade mais se deleitou em ser carniceira e mais abusou do cadafalso.

E não se diga que tivesse sido aquella em que as iras do governo se justificassem pela difficuldade de debelal-a. Talvez tivesse sido a que mais facilmente se garroteou. Desde os primeiros choques, as forças imperiaes tiveram victorias decisivas; com tres ou quatro embates estavam suffocados definitivamente os elementos republicanos.

E, apesar da victoria facil, apesar do anniquillamento completo dos germens revolucionarios, Pedro I não perdoou, não perdoou ninguem, não teve a generosidade de perdoar um só, não teve ouvidos bondosos para attender a uma supplica. Mandou matar 'a todos, a todos os chefes e até áquelles que não tinham prestigio para chefiar cousa alguma.

Na Inconfidencia mineira só uma figura subiu ao patibulo — Tiradentes. Na revolução de 1817, naquella em que, na phrase de Oliveira Lima, os brasileiros aprenderam a combater e morrer pela liberdade, os tribunaes executaram muitos dos chefes do movimento. Mas só morreram os chefes, e não todos, e muita gente se salvou e pôde depois sahir dos carceres para a pro-

paganda da Independencia. E os tempos eram outros e o governo absoluto e o monarcha um velho.

Pela Confederação do Equador as idéas liberaes tinham avassallado o mundo, o monarcha se dizia constitucional e tinha apenas 26 annos de idade.

Antes dos 30 annos as almas são claras, brilhantes, translucidas, re floridas de sentimentalismo, de arroubos de amor e arroubos de generosidade.

Nenhuma dessas virtudes resalta em D. Pedro. Tem-se a impressão de que, alli, não está um moço na idade vulgar dos sentimentos nobres, mas uma féra irritada.

D. João VI, com todos os seus defeitos, conseguiu ser mais clemente do que elle.

Na Inconfidencia mineira e em 1817, a legalidade matou, mas apenas o que, na época, o juizo palaciano chamou "o menos possivel"; na revolução do Equador o que houve foi a pletóra de penas extremas.

D. João VI ainda consente que os carcerees punam as subversões das cabeças republicanas. D. Pedro, friamente, inaballavelmente, acha que, só com perda das cabeças, se devem castigar os que se rebellam contra o seu mando.

E ordena a morte de todos que lhe cahem nas mãos.

O anno funesto de 1825 elle o ensopa no sangue dos martyres. De janeiro a novembro, desde a primeira execução que é a de frei Caneca, a 13 do primeiro mez do anno, á de João Viegas Frasão, a ultima, a 9 de no-

vembro, vive a nação num arrepio de angustia a cada cabeça que rola decepada.

Os patibulos estão armados em Fortaleza, na villa Icó, no Recife e no Rio de Janeiro. São nada menos de vinte martyres sacrificados. Até um pobre diabo, o meirinho José Felix, até o ex-escravo Felix, um joão-ninguem, o tribunal executa com as pompas que se dão aos grandes rebelados.

E o que espanta em tudo isso é a inflexibilidade sinistra de Pedro I. Ao pronunciar-se a sentença de morte de frei Caneca o clero inteiro do paiz agita-se a provocar a clemencia imperial. Chovem as supplicas mais afflictas e mais prestigiosas.

Elle não cede, não cede uma linha. E depois, em documento para a commissão militar de Pernambuco, classifica as rogativas do clero de "louca e incurial pretensão".

No Recife, na vespera do sacrificio do grande frade republicano, o cabido vae em peso á commissão militar pedir que retarde a execução, até que chegue o indulto do Imperador que toda gente tem como infallivel. A commissão, que certamente tem instruccões secretas, expulsa e repreende os sacerdotes, e, ao que nos conta Ulysses Brandão, considera aquelle acto uma nova fórmula de rebeldia.

A' proporção que as penas de morte vão sendo impostas, chegam ás mãos imperiaes os rogos de perdão. O Ceará implora a favor do padre Mororó, Pernambuco invoca os sentimentos piedosos do soberano em

prol de Nicoláo Martins Pereira e Agostinho Bezerra Cavalcanti, major dos pretos.

Para estes dous ultimos a munificencia do principe é contada como certa. Nicoláo era o patriota arrojado da Independencia, conhecido pela bravura indomita quando foi da expulsão das tropas portuguezas do Rio e da Bahia. Agostinho, quando o povo do Recife, enfurecido, quizera queimar as casas dos commerciantes estrangeiros, tivera força e prestigio para conter o povo. Era o commercio inteiro a pedir por elle.

Mas D. Pedro não se commove. Nega e nega sempre.

E em vez de recommendar benevolencia, põe-se a enviar officios e officios ao conselho de guerra, ordenando que sejam apressadas as execuções e censurando-o por perder tempo em esperar o seu indulto. Não perdoará ninguém! quem fôr condemnado á pena maxima, que seja morto immediatamente!

A censura produz tal effeito no animo do conselho, que Agostinho Bezerra, com espanto de todo o mundo, é executado na Semana Santa, na tarde da procissão dos Passos.

Um abalo profundo produziu no paiz inteiro a morte de frei Caneca. As circumstancias de que se reveste o momento tragico da execução sacodem as almas mais indifferentes: não se encontra quem puxe a corda da força para sacrificar o grande frade: o carasco recusa-se, recusam-se dous ou tres presidiarios que se vão buscar nas cadeias com a promessa de liber-

dade, e, na impossibilidade de morrer no patibulo o pobre frade morre fusilado.

Deante de todos esses incidentes dramaticos a nação inteira arrepiava-se commovida.

Apenas uma pessoa não se sensibilisa. E' D. Pedro. Continúa surdo ás implorações e não cede a pedido nenhum.

Resôa de norte a sul um grande clamor de piedade pelos desgraçados que morrem e pelos que vão morrer.

E, entre essas vozes, ha uma que impressiona pelo nobre tom de angustia insopitada. E' a voz do brigadeiro Francisco de Lima e Silva, o presidente da sinistra commissão militar encarregada do julgamento summario dos réos. Os seus officios aó governo são gritos de revolta contra aquella carnificina e mãos supplices erguidas em favor das victimas. Se for executada, a rigor, a ultima carta imperial, seria preciso condemnar á morte mais de cem pessoas, diz elle em circular ao Conselho de Estado.

E está sempre a aconselhar moderação, "mais humanidade que severidade". Mostra ao proprio conselho de ministros que, o "rigorismo bem longe de firmar a integridade do Imperio e consolidar a paz, promoverá o odio e accenderá de novo o facho da discordia." E propõe que os revolucionarios, em vez de conselho de guerra, sejam julgados pór "tribunaes de justiça, os quaes, em todos os tempos, não são tão odiosos".

A sua voz é um constante appello á bondade imperial. E dia a dia vae-se tornando mais alta, mais clara

e mais audaciosa. Numa circular aos membros do governo aconselha suavidade nos julgamentos, lembrando a revolução de 1817, em que os criminosos “depois de justificados foram julgados innocentes”.

Numa outra clama fortemente: “V. Ex. (o presidente do Conselho de Estado) como sabio experimentado nos grandes negocios, estará bem certo quão difficultoso é classificar e punir crimés da opinião”.

Um homem desse não pôde servir. Elle proprio tem o coração aos engulhos, dando a vida para que o tirem dali. Pede demissão e dão-lh’a immediatamente. E’ o brigadeiro Bento Barroso Pereira quem o substitue. As execuções continuam:

A implacabilidade do monarcha não tem alteração. No Ceará, o almirante Cockrane, para aplinar difficuldades, offerece amnistia a Tristão de Alencar Araripe e José Pereira Filgueiras. O imperador vae ás nuvens, desautora publicamente o marinheiro inglez, annulla a amnistia, dizendo em documento official que o almirante se excedeu em amnistiar os revoltosos, pois “para isso não estava autorisado nem podia estar quando a causa ultrajada era toda nacional”.

Em todo o lance amargo que foi para o paiz a Confederação do Equador, D. Pedro revelou-se de uma crueldade e de uma abjecção clamorosas.

O caso de Ractcliff é de arripiar cabellos.

Ao que se diz (não pude ainda verificar em fontes autorizadas) Ractcliff veiu para o Brasil instigado pela diabolica Dona Carlota Joaquina, para crear difficuldades á politica imperial. Chega a Pernambuco ao de-

flagrar da revolução. Paes de Andrade confia-lhe o commando de pequenina esquadra revolucionaria. Fracassado o movimento, vem Ractcliff para ser julgado aqui no Rio. Deante de tanta dor que abala o paiz, parece haver, no Tribunal, uma certa repulsa em condemnar á morte o agitador portuguez.

O Conselheiro Torres Homem, no "Libello do Povo", conta a profunda infamia do imperador. D. Pedro manda chamar os desembargadores, pede, insta. Quer a cabeça de Ractcliff! quer que elle seja condemnado á morte para ter a gloria, o prazer, a volupia de perdoal-o!

Vem a condemnação e, com surpresa, o perdão não vem.

Os mordomos da Santa Casa de Misericordia e a maçonaria agitam-se para conseguir a piedade imperial. Nada. D. Pedro desaparece.

Moreira Pinto conta a scena miseravel do dia da execução. Uma commissão maçonica, tendo á frente o Dr. Domingos Ribeiro Guimarães Peixoto, vae em procura do monarcha no palacio de Boa Vista. Não está. Deve estar no largo do Rocio, em casa da amante, Dona Domitilla. A commissão corre á casa da linda paulistana. Ella propria já se condoeu da sorte de Ractcliff e vae conseguir o perdão do imperador. E bate no quarto em que este está trancado. Nunca D. Pedro lhe havia recusado um pedido. Mas D. Pedro, lá dentro do quarto, não responde. Ella insiste, nervosa, agitada. A porta não cede. Afinal, depois de muito tempo, um papelinho apparece por baixo da porta. Dona Domitilla devora-o

com os olhos. Eram apenas duas palavras seccas, frias, escriptas pelo monarcha: — “E’ tarde”.

Desgraçadamente era tarde. Ractcliff havia sido executado naquelle instante.

Elle esperava tranquillamente lá dentro do quarto que os minutos passassem, que a hora do sacrificio se extinguisse, para não ceder, para não perdoar.

E infamia maior (não se verificou ainda a exactidão) contam as chronicas. D. Pedro mandou decepar a cabeça de Ractcliff, pôl-a dentro de um barril, sãlgou-a e enviou-a á mãe, a D. Carlota Joaquina, para que ella visse em que estado se encontrava o agitador que enviara para perturbar a sua politica.

A Confederação do Equador é a treina aferidora do character de Pedro I. Não foi apenas um maluco. Foi muito mais do que isso (pelo menos naquella phase) — um monstro.

Festas seiscentistas

Tem um immenso sabor de curiosidade e o sabor particular das velharias curiosas aquella pagina do 5.º volume da *Revista do Instituto Historico*, em que um chronista anonymo descreve, em 1641, as solennidades estrondosas com que a heroica cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro festejou a acclamação de D. João IV ao throno restaurado de Portugal.

Para nós outros que vivemos no Rio fascinador da actualidade, nesse Rio moderno, babylonico, ruidoso e resplendente, o Rio das avenidas, palacetes, automoveis e electricidade, é sempre interessante saber-se o que era isto ha quasi tres seculos, o que, ha quasi tres seculos, eram os nossos respeitaveis e sizudos avós.

Ao que diz o chronista remoto, as festas foram exceptionaes e, de tal maneira ricas e de tanta e tanta fulguração, que “na mais opulenta cidade não podiam ser mais lustrosas”.

A chronica inteira é um regalo. Regalo pelo precioso tom engalanado com que o chronista empantufa o

estyllo, regalo pela expressão ingenua das sumptuosidades que elle descreve, regalo pela bizzarria dos costumes que os seculos afastaram.

Que podiam ser as taes festas que o escriptor seiscentista, no seu exagero imaginoso, volta e meia classifica de luzidas e lustrosas?

Em 1641, o Rio de Janeiro, de cidade só tinha o nome. Não era mais que uma aldeia, escorrendo pelo morro do Castello abaixo, com algumas linhas de casas ao sopé do monte e chacaras com cercas de varas onde hoje os palacios se elevam e a multidão borborinha.

A rua do Ouvidor, a fiar-se a gente no que narra Macedo, apenas havia deixado de ser a vereda longinqua a que se chamava *Desvio do Mar*, para ser a rua de *Aleixo Manuel*, com casinholas de sapé, com cabras e cabritos pastando no mattagal espesso.

Onde está hoje o templo da Candelaria era mar. Todo esse vasto trecho que vae da direita do actual largo de S. Francisco ao Campo de Sant'Anna, abrangendo a zona de S. Domingos, rua Marechal Floriano e Prainha, era uma immensa varzea pantanosa, cortada de valas e lagôas. No Cattete talvez houvesse uma ou outra chacara. Botafogo, Andarahy, Tijuca eram pleno sertão.

A municipalidade rendia uma pilheria — tresentos e sessenta mil réis por anno, ou menos talvez, pois em 1678, segundo conta Moreira de Azevedo, a Camara reclamava ao rei que, com aquelle rendimento, não podia custear o aluguel annual de cento e cincoenta mil réis da casa do governador.

Que festas podiam ser aquellas que o chronista de 1641 descreve com tanta pompa de estylo e impressãõ tão deslumbradora?

A capitania era governada por Salvador Corrêa de Sá e Benevides, aquelle illustre varão brasileiro que, por tres vezes, teve as honras do governo da cidade.

Foi a 10 de março do anno seguinte da restauração que o governador recebeu a primeira noticia do formidavel acontecimento.

Ao receber a grande nova da parte do vice-rei, o Marquez de Montalvão, — Salvador de Sá manda que D. Antonio Ortiz de Mendonça, sargento-mór e governador da gente de guerra da cidade, convoque os officiaes da Camara, ás autoridades civis, ecclesiasticas e militares para tratar de assumpto importante no Collegio dos Jesuitas.

O assumpto ficou em segredo. O governador temia manifestações hostis da gente hespanhola e dos que pudessem ser sympathicos á Hespanha. E, a cada pessoa que ia entrando no Collegio, Salvador de Sá chamava á parte, communicava o acontecimento e recebia a adhesão e, quando minutos depois, fez a communicacão official, os seus vivas a D. João IV foram entusiasticamente correspondidos por todos.

Ao som dos vivas o povo juntou-se á porta do Collegio, "sem saber porque, como, nem a quem se victoriava tanto".

O governador empunha o pendão real da Camara e, acompanhado das autoridades, sãe pelas ruas em procissão, a dar vivas ao novo rei. Ao mesmo tempo,

com todos tambores do presidio, manda lançar o bando pela cidade, communicando aos povos a restauração do reino portuguez. O bando ordenava que, naquella noite e nas duas seguintes (nas outras não, porque ia entrar a semana santa) puzesse o povo luminarias nas janellas e os navios e fortalezas dêssem salvas de artilharia.

A' noite, era a cidade um dêslumbramento. O chronista descreve com tal calor a illuminação festiva, que a gente insensivelmente sorri diante tanta exageração. "Viu-se aquella noite a cidade toda ornada de luzes, tão brilhante de invenções, tão lustrosa de fogos e tão inquieta de vivas pelas ruas, e artilheria nos navios e fortalezas, que de uma parte parecia que o céo havia trasladado as estrellas nas janellas e de outra que a abraçada Troia se representava na confusão das vozes e repetições da polvora".

No dia 19 de março havia festa no convento de S. Bento. Eram 4 da tarde, estava a igreja cheia, o governador assistindo as ceremonias e Frei Manuel pré-gando, quando o templo se alvoroçou com a entrada precipitada de um ajudante do governo que vinha acompanhado pelo mestre de uma caravela naquelle momento chegada do reino.

Trazia o mestre do navio duas cartas para Salvador Corrêa. Eram do rei. O frade suspende o sermão. O governador põe-se de pé, abre as cartas, "beijando e pondo sobre a cabeça a real firma que nellas viu", lê para toda igreja a communicação que D. João IV lhe fazia de ter subido ao throno de Portugal.

Um viva ao novo monarcha rebôa no templo. O

governador abraça o emissario e, para dar-lhe um testemunho tangivel dá alegria que lhe ia n'alma, ali mesmo diante dos altares, dispensa-lhe os impostos do vinho que a caravela trazia.

Frei Manuel, que exaltava as santas virtudes do padroeiro do convento, dá outro rumo ao sermão, para louvar as virtudes humanas do ex-duque de Bragança.

Foi no ultimo dia de março, dia de Paschoa, que começaram as grandes festas. "A cidade se viu tão ornada de luminarias, diz fogosamente o chronista, que não fazendo falta o brilhante esplendor do Planeta Monarcha, e substituidas as estrellas nas janellas e ruas, formavam tantos cambiantes, tornasóes no vario das invenções, que se enredou o pensamento nas luzes, e se confundiu no numero, pois o limitado do logar parece que se dilatava com ellas nesta occasião".

Aquella gente do passado, com toda a sizudez de costumes e toda a circumspecção de palavras e gestos, era capaz de exagerar e de mentir como qualquer de nós.

O chronista seiscentista não se satisfez em affirmar como lá acima que as luminarias de copinho de azeite (não podiam ser outras naquella quadra) davam a impressão de que "o céo havia trasladado as estrellas nas janellas". Achou pallida a imagem e, com a maior semceremonia desta vida, affirma que o sol, que elle bizarramente chama "Planeta Monarcha", nenhuma falta fazia diante do esplendor de tanta luz.

As festas começaram por uma *encamisada*. Era uma nota tipica daquellas épocas. Nada mais que farças

representadas ao ar livre por creaturas fantasiadas conforme natureza do acontecimento commemorado.

A *encamisada* compunha-se de 116 cavalleiros e percorreu todas as ruas da cidade.

Deviam ter sido um successo sem par esses 116 cavalleiros andandp carnavalescamente pelas ruas.

O chronista, com aquelle exagero bemaventurado, conta que elles se mostraram "com tanta competencia lusidos, e tão lusidamente lustrosos, e tão lustrosamente custosos que nem Milão foi avaro, nem Italia deixou de ser prodigamente liberal, desejando cada um não sómente exceder ao outro, mas ainda avantejar ao mais poderoso".

A *encamisada* tinha por chefes o capitão Duarte Corrêa Vasqueanes e o sargento-mór D. Antonio Ortiz de Mendonça. O proprio Salvador Corrêa de Sá e Benevides não faltou a ella. Lá estava *encamisado* tambem. Vestia de tella branca, "tão bisarro como alegre", diz o escriptor e, de pedaço a pedaço, em cada canto, em cada rua, agitava no ar o chapéo emplumado, berrando vivas ao rei.

Atraz ia a musica em dous carros forrados de seda e enfeitados de flores. O chronista descreve a novidade com as pompas maiores do seu estylo ostentoso: "E para maior alegria se lhe aggregavam dous carros ornados de sedas e apparatus de ramos e flores, e tão prenhados de musica, que em cada principio de rua parecia que o côro do céu se havia humanado; acção do licenciado Jorge Fernandes da Fonseca, e obrada

com seus filhos unicos nesta arte, e que mereceu o louro, assim da invenção, como do sonóro”.

Como se vê os unicos musicos da cidade eram o licenciado Jorge da Fonseca e seus filhos.

Muito poucos; mas isso revelava já um progresso formidavel, pois em 1584, ao que conta Fernão Cardim, nas *Narrativas*, só existia no Rio um musico apenas, o noviço Barnabé Telo, que tocava berimbáo!

A chronica descreve um por um os dias festivos. Na segunda-feira, primeira oitava da Paschoa, fizeram-se simulacros de combates. Tomaram parte nas escaramuças dois esquadrões postados no campo de Nossa Senhora da Ajuda e uma companhia de frecheiros com 118 homens. Commandavam-nos o proprio Salvador, vestido de tella encarnada e D. Antonio Ortiz de Mendonça.

Foi um lindo dia, muito povo, muitos soldados, muitos tiros e muitos vivas.

No dia seguinte córreram-se touros e o chronista julga indispensavel dizer que se não deu nenhum desaire, nenhum desgosto.

A' quarta-feira houve jogo de carros.

Os jogadores dividiram-se em duas quadrilhas de quinze figuras cada uma, commandadas por Salvador Corrêa e Duarte Vasqueanes.

O dia que o povo esperava com anciedade maior era o de quinta-feira. O programma official annunciava luxuoso spectaculo num theatro armado numa praça que a chronica não diz qual seja.

Mas a chuva, desabou tremendamente. Apezar dis-

so houve funcção, não no theatro, mas na sala mais vasta da casa do governador. Qual a peça? O narrador falla apenas em uma comedia, sem alludir ao titulo. Conta que houve "lôa de muitos vivas a El-Rei Nosso Senhor" no começo e no fim da representação. Apesar disso foi um dia perdido: muita gente voltou para casa por não caber na sala da casa governamental.

"A sexta-feira, falla a chronica, foi força inter-polar a festa, porque choveu tão rigorosamente que não deu lugar a nada".

Mas, no sabbado, o céu limpou. O governador e povo vieram para as ruas ver correrem as manilhas, por vinte oppositores.

O capitão Duarte Corrêa devia ter deixado em toda aquella gente uma impressão profunda. O chronista, contando-lhe as façanhas, diz que em todas as festas elle "lusiou bisarro e bisarreou lustroso".

O domingo foi o dia mais alegre de todas aquellas solennidades. Tudo quanto foi gente de posição e gente de dinheiro sahiu ás ruas em ruidosa mascarada, "vestida de gracioso burlesco com notavel regosijo".

Só na segunda-feira as festas terminaram.

Terminaram com "um alardo que os estudantes ordenaram, dando mostras de que tambem, quando fosse necessario em serviço de Sua Majestade, saberiam disparar o arcabuz, como construir os livros".

E ahi está o que foi o immenso esplendor com que o Rio, em 1641, festejou a restauração de Portugal e a ascensão da casa de Bragança ao throno portuguez.

A nós outros no seculo contemporaneo, do Rio ma-

ravilhoso da actualidade, o chronista anonymo, contando ingenua e exaltadamente aquellas maravilhas do seu tempo, fez-nos sorrir, como certamente, daqui a tres seculos, os nossos vindouros sorrirão das descripções que fazemos das maravilhas de hoje.

O que não quiz ser rei

Nenhum outro vassallo mais nobre e mais fiel poderia ter tido d. João IV, no Brasil, que aquella encantadora figura da historia paulista que se chamou Amador Bueno. Póde-se mesmo dizer que foi a mais bella fidelidade que o throno portuguez, em todos os tempos, encontrou em terras brasileiras durante os seculos pesados do seu dominio. Até mesmo se póde dizer que foi a mais exemplar abnegação que uma metropole já teve na politica de uma colonia.

Na velha e aventureosa historia de S. Paulo, Amador Bueno é o homem de mais fascinadora originalidade — o que não quiz ser rei, o que não foi rei porque não quiz, recusando e repellindo a corôa que o povo lhe entregára, pura e unicamente pelo respeito e pela fidelidade ao seu monarcha.

Tudo e tudo nesse singularissimo episodio da nossa vida de colonia é novo e original: Amador Bueno não é sómente o homem que recusa um sceptro que lhe querem dar, é tambem a creatura, talvez a unica no

mundo, que se vê na estranha contingencia de desem-
bainhar a espada para defender-se do povo que o quer
pôr no throno, e que foge, correndo pelas ruas, para
escapar da multidão que lhe quer pôr á cabeça uma
corôa de rei.

E não se pôde dizer que a acclamação de Amador
Bueno tivesse sido um desses lances de aventura de uma
minoría audaciosa. Foi uma conspiração tramada com
todas as regras e com todas as probabilidades de exito
que sempre tiveram as revoluções em que se insufla
a vaidade popular. Quem saiu á rua para acclamar um
rei paulista não foi um grupinho de amotinados, mas
toda a população da capital de São Paulo, orgulhosa
já dos seus primeiros ensaios de arrojós pelo sertão e
convencida do seu papel de povo que já pôde gover-
nar-se.

Ninguém dirá que Amador Bueno, recusando a
corôa que lhe quizeram dar, receasse o mallogro da
revolução que pretendia elevá-lo ao throno. Era um
homem intelligente, rico, já edoso, da mais alta estirpe
e, certamente, conhecia como ás palmas da mão o mo-
mento que se desenrolava. Sabia, de certo, que, se
collocasse á cabeça a corôa de rei, ninguém lh'a tiraria.

A situação geographica de São Paulo era uma bar-
reira a qualquer tentativa da metropole para suffocar
o novo reino. Fechado o porto de Santos, facilmente
obstruível, nunca as tropas portuguezas chegariam aci-
ma, no planalto. Teriam pela frente não só a audacia
aventureira do genio paulista, que já naquelle tempo se
ensaiava para o grande lance das "bandeiras", como a

serra do Cubatão, ali atravessada qual muralha intransponível.

E, mais do que isso, havia a situação precária de Portugal. Em 1641, quando se deu o episodio de Amador Bueno, o reino portuguez atravessava um dos periodos mais melindrosos da sua vida. Tinha acabado de libertar-se do jugo hespanhol, e a preocupação, unica, era solidificar a sua situação de paiz restaurado.

Nas occasiões difficeis atira-se, nos navios, a carga ao mar. A situação de Portugal era a de desdenhar a carga, para conseguir salvar a não do Estado. Pernambuco, onde tanto sangue portuguez foi derramado, no momento da occupação flamenga, esteve para ser atirado ás ondas. Na côrte de d. João IV pensou-se a serio em desistir dos direitos da capitania do norte, em favor da Hollanda, inimiga da Hespanha. E, só não se realizou a desistencia porque Pernambuco, na envergadura d'aço dos velhos heroes do *Arraial de Bom Jesus*, levantou-se para a guerra restauradora, após a saída de Mauricio de Nassau.

O reino paulista não teria contra si embarços serios. Amador Bueno reinaria tranquillamente. E só não reinou porque não quiz. E, a não ser nas razões de profunda obediencia que, no tempo, os homens tinham pela entidade então divina dos soberanos, nenhum outro motivo se encontra para explicar a recusa do aclamado pelo povo de S. Paulo. Amador Bueno, apesar de paulista, era filho de d. Bartholomeu Bueno da Ribeira, hespanhol. Sangue portuguez tinha apenas o de sua mãe, da nobre familia dos Pires.

Não só se póde tambem dizer que elle se tivesse acostumado a uma imperturbavel obediencia ao monarcha de Portugal. D. João IV acabava de subir ao throno e havia sessenta annos que o reino portuguez tinha a corôa subjugada pela Hespanha.

Só mesmo um excepcional respeito á entidade do rei, respeito que lhe apagava o orgulho e as ambições, poderia ter influido na alma do velho fidalgo paulista para desistir da corôa que, á força, os seus patricios lhe quizeram erguer á cabeça.

A scena, narrada por frei Gaspar da Madre de Deus, tem um sabor de curiosidade impressionante.

Ao dár-se, em Portugal, a revolução restauradora de 1640, os hespanhoes que viviam em S. Paulo sentiram-se logrados. Iam perder os empregos, iam perder as posições e a Hespanha perderia aquella maravilhosa região americana de fronteiras ainda desconhecidas.

E surgiu-lhes o plano admiravel — declarar a independencia da capitania, formando o reino de São Paulo.

O terreno parecia, de proposito, preparado para o exito. A alma paulista, num caldeamento galopante, já tinha os germens de todas as qualidades e defeitos que a fizeram depois a grande raça brasileira: o arrojo, a resistencia, a ambição, o orgulho, a vaidade, a constancia, o pendor pelas grandezas e pelas aventuras.

E os hespanhoes atiraram-se a estimular a vaidade do povo.

Não lhes, convinha apparecer. O movimento devia

ter um caracter puramente nativista. A revolução devia brotar da propria terra, do proprio orgulho do povo.

E tudo foi feito engenhosamente para sacudir os brios dos futuros bandeirantes. S. Paulo era grande, os filhos de S. Paulo tão grandes como a terra! Tinha vida propria, riqueza propria, sentimento proprio e não mais devia estar ao jugo de ninguem! Um povo com aquelle arrojo, com aquelles dons de vitalidade, era um povo que podia governar-se! Já que a fatalidade o tirava do dominio da Hespanha, por que voltar ao dominio portuguez?! Por que não ser livre? Por que, em vez de reconhecer os direitos de d. João IV, não se entregava o sceptro a um rei paulista, um rei que fosse dali, que sentisse como o povo, que estivesse ao contacto do coração popular? Por que não ser independente? Receio de Portugal? Ah! ali não chegariam nunca as tropas lusas! Bastava entupir a estrada de Paranapiacaba para que nenhuma hostilidade se temesse lá de cima, no planalto!

O fogo foi se alastrando no peito paulista.

E quem devia ser o rei?

Ahi a habilidade hespanhola culminou — Amador Bueno. Amador Bueno da Ribeira era, no tempo, uma das figuras mais preeminentes da capitania. Nobre, riquissimo, com estadão de fidalgo, de uma familia numerosa e toda ella opulenta, o povo respeitava-o pelos seus titulos, pelo seu bom senso e pela sua riqueza.

Mas não foi nada disso que influiu no espirito dos hespanhoes. Foi esta circumstancia mais importante: Amador era filho de d. Bartholomeu Bueno da Ribeira,

da nobreza sevilhana e sogro dos irmãos d. João Matheus Rondon e D. Francisco Rondon de Quevedo, fidalgos hespanhoes que passaram ao Brasil quando, em 1625, vieram na armada castelhana que arrancou a Bahia do poder dos hollandezes.

O nome de Amador Bueno tinha que ser recebido alegremente em toda a extensão da capitania.

Lançados sorrateiramente os germens da revolta, os hespanhoes recolheram-se á sombra. O enthusiasmo flammejou no coração paulista. Aquillo que se queria — deu-se: o movimento tomou a feição de puro nativismo.

Uma manhã o povo em massa corre á casa de Amador Bueno.

— Viva o nosso rei! Viva o nosso rei!

O fidalgo paulistano chega á escadaria exterior do seu solar para saber daquelle rumor e da significação daquelles gritos.

— Viva Amador Bueno, nosso rei! clama delirantemente a multidão, ao vel-o.

Amador surpreende-se. E' a unica creatura que não conhecia os fins da agitação.

O seu rosto fecha-se, enrugado.

— Que quer isto dizer?

Avança a commissão dos chefes da revolta. O povo de S. Paulo não prestaria obediencia ao duque de Bragança, elevado a rei de Portugal; tinha resolvido fazer a sua independencia, constituir-se em reino proprio! E, naquelle momento, acabava de escolher o seu rei! E

vinha acclamal-o, a elle Amador Bueno, rei de São Paulo!

— A mim?!

A multidão noyamente repetiu o seu nome unido ao novo titulo que lhe davam.

A physionomia de Amador fechou-se mais. Fez um gesto para falar. O povo silenciou, attento.

— Não quero ser e não serei rei! Viva d. João IV, nosso soberano e senhor!

A onda popular estremeceu, num choque. Com tudo poderia contar, menos com aquillo. Pois havia alguem, no mundo, que recusasse uma corôa? Certamente a modestia, as regras da galantaria, mandavam o acclamado esquivar-se no primeiro momento.

E o povo insistiu num brado unisono:

— Viva Amador Bueno, nosso rei!

O fidalgo tornou a pedir silencio.

— Não serei rei, já disse! Viva d. João IV, nosso senhor!

A multidão, enraivecida, avança até junto á escadaria de pedra. Ferve o tumulto. Uns querem chegar até perto de Amador para aggredil-o, outros continuam a acclamal-o. Mas a onda hostile vae crescendo.

— Ou a corôa ou a morte!

Amador Bueno comprehende a gravidade do momento. Recolhe-se ao interior da casa e fecha as portas e as janellas.

Mas a onda continúa a ulular aqui fóra.

— Viva o rei! Viva Amador Bueno!

Passam-se minutos, passam-se horas.

O povo continúa a exigir a presença do fidalgo paulista.

Amador, lá dentro, percebe que não poderá continuar naquella situação. Aquella gente acabará por perder totalmente a paciencia e aggre-dil-o ou matal-o. O remedio alli é fugir.

E, desembainhando a espada, esgueira-se á parede e escapa pelo portão do quintal.

Um homem do povo reconhece-o no momento da fugida e avisa aos companheiros. A multidão inteira desloca-se e segue o encalço do fugitivo, gritando:

— Viva Amador Bueno, nosso rei!

O velho paulistano estaca no meio da rua, bradando com todas as suas forças:

— Viva o senhor d. João IV, nosso rei e senhor, pelo qual darei a vida!

A onda popular investe a insultal-o. Elle corre, corre. Lá adeante está o Mosteiro de S. Bento. Some-se pela porta do Mosteiro a dentro, fechando-a.

A multidão estaca deante das janella's, rugindo. O abbade do convento, seguido da communitade, desce para entender-se com o povo. Amador Bueno desiste da excelsa honra de ser rei. E' leal, é fiel e acha que deve prestar obediencia ao duque de Bragança, aclamado em Portugal com o nome de d. João IV! Que ninguem queira perturbar a nobreza, forçar a linha de conducta de um vassallo que deseja ser fiel ao seu rei!

O povo exasperou-se. O abbade manda chamar os sacerdotes mais respeitaveis da villa. Vêm todos. Com habilidade e palavras mansas serenam os animos popu-

lares. O rei é rei pela vontade divina! Foi Deus quem elevou ao throno o senhor d. João IV, pelos direitos sagrados da serenissima casa de Bragança! E' Deus quem não quer a corôa na cabeça de Amador Bueno!

O povo começa a dispersar-se contrariado, resmungando.

Ao fim do dia está tudo terminado. Os hespanhoes tinham perdido a cartada.

Amador Bueno não foi rei porque não quiz. Preferiu a fidelidade e a obediencia ao seu monarcha á grandeza sempre fascinadora de um throno.

Foi certamente o mais bello exemplo de fidelidade que já houve no mundo.

Le Mariage Forcé

Quando, em 1664, Molière escreveu *Le mariage forcé*, não lhe podia ter passado pela cabeça que, cento e vinte e oito annos depois, num paiz remoto, de existencia politica ainda duvidosa, viesse a sua comedia servir de affronta aos sentimentos de um povo, no dia da morte do mais bello martyr da sua liberdade.

Ao guiar-se a gente pelo que conta Pires de Almeida foi aquelle pequeno acto burlesco do maior poeta comico francez que, na noite de 21 de abril de 1792, a do sacrificio de Tiradentes, subiu á scena para festejar a execução do grande rebellado.

A Inconfidencia Mineira foi para o Conde de Rezende o resto de um banquete opiparo. O melhor das iguarias havia sido comido pelo Visconde de Barbacena e pelo vice-rei Luiz de Vasconcellos. O primeiro em Minas, o segundo no Rio, fartaram-se nos pratos ricos que os inconfidentes lhes davam, para subir no conceito da côrte de D. Maria I, com a exhibição de solicitudes exageradas na jugulação dos crimes contra o throno.

Quando o Conde de Rezende chegou ao Brasil só havia migalhas sobre a mesa.

Mas o fidalgo vinha faminto. Aquelles restos serviam-lhe. E esmerou-se em quanto poudes para mostrar á metropole que, mesmo a simples sobejos, elle sabia dar tons de grandeza.

O que lhe cahiu nas mãos, da Inconfidencia, foi apenas a execução da sentença. Sobras de sobremesa...

Mas procurou comer o prato com todas as horas, com toda a soffreguidão e toda a gulõdice de quem está estalando de fome.

O supplicio de Tiradentes só teve aquella pompa apparatusa porque o vice-rei, invejoso das glorias do antecessor, quiz mostrar á côrte até onde ia o primor do seu zelo pelas cousas do Estado, o requinte dos seus odios quando se offendia a Corôa.

E foi subtil, e foi terrivel nas minucias benedictinas com que revestiu o spectaculo da morte. Mais pareceu um contra-regra escrupuloso de palco opulento, que a autoridade maxima da realza no Brasil.

Nada esqueceu e quasi tudo inventou. A força que deu ao alferes revolucionario tinha vinte e quatro degraus, a mais majestosa e mais alta força que já se levantou sob os ceus brasileiros. Não lhe bastaram as tropas de linha para dar á cidade, na manhã do sacrificio, o tom de alacridade dos festejos populares. Serviu-se ainda das forças auxiliares. Pareceu-lhe pouco que os magistrados montassem ginetes de raça. Mandou ferrar de prata as cavalgaduras, cobril-as de mantas ricas e arreios proprios de nababos.

Nem ao menos das caudas dos cavallos se esqueceu. Mandou enfeitá-las de laçarotes esvoejantes e de fitas cor de rosa.

Não se satisfez em engalanar de ramos as ruas. Obrigou o povo a enche-las, a dar uma expressão de festa deante da forca do grande Martyr.

Achou pouco o "Te-Deum" solenne que, á tarde, mandou cantar no Carmo, em regosijo da morte do que "conspirou contra a rainha"! Achou pouco o sermão de frei Fernando de Oliveira Pinto sob o thema — *Não traías teu rei e senhor, porque as aguas do monte, os passaros do ceu e os ventos da terra virão denunciar teu crime*. Achou poucas as luminarias que fez Balthazar da Silva Lisboa, como presidente do Senado da Camara, ordenar ao povo que puzessem nas janellas. Achou tudo isso insignificante e lembrou-se de um espectáculo, onde a população inteira rebentasse em gargalhadas, na hora em que o corpo do inconfidente, reduzido a postas, estivesse amontoado na carreta, para seguir para Minas.

E foi, ao que conta Pires de Almeida, com aquella peça de Molière *Le mariage forcé* que se fez a grande affronta ao povo.

No Rio de Janeiro, naquella época, havia apenas um theatro, a *Casa da Opera dos Vivos*, ou *Casa Nova da Opera*, no largo do Carmo.

Ao que dizem os chronistas, a denominação *Opera dos Vivos*, servia para distinguir o theatro dos theatros de bonecos que existiam pela cidade.

A *Casa Nova da Opera* havia sido creada por Ma-

manuel Luiz, que, no tempo dos vice-reis, exercia a função de *porta-toalha*. Manuel Luiz veio para o Brasil com D. Luiz de Vasconcellos. Era apenas cabelleireiro, porém, taes geitos tinha, taes maneiras e palavras, que se fez favorito de D. Luiz. O vice-rei era dado a mulheres. O cabelleireiro alcovitava.

Ou pelas virtudes da alcovitice ou por qualquer outra virtude, Manuel Luiz tinha no paço um prestigio excepcional. A *Casa da Opera dos Vivos* é uma consequencia desse prestigio. Era o theatro *chic* frequentado pelos grandes e até pelos vice-reis.

Vieira Fazenda ennumera as figuras do elenco: a Lapinha, a Marucas, o José Ignacio da Costa, com o appellido pouco lisonjeiro de *Capacho*, e o Ladislau, o conico querido e festejado da platéa, aquelle que a fazia vir abaixo em estrondos e applausos quando, de violão ao peito, se punha a cantar e a dançar no palco.

Naquelle tempo (que luxo!) o paladar do publico exigia Molière. O repertorio de Antonio José cheirando a *Alecrim e Mangerona* já não satisfazia ao bom gosto da gente grada.

Quando o Conde de Rezende pensou em accrescentar ás festas com que ia matar Tiradentes, uma representação theatral, foi do theatro de Manuel Luiz que se lembrou.

Mas a *Casa da Opera dos Vivos* era pequena para o aparato que o vice-rei queria dar ao espectáculo.

Fronteiro á capellinha da Lapa dos Mascates, nos fundos da actual igreja da Cruz dos Militares, existia

um terreno vago que se prestava lindamente a um palco ao ar livre.

Manuel Luiz lembrou-se delle. Armou-se o tablado com taboas e sarrafôs offerecidos pelos madeireiros da travessa do Paço dos Governadores, puzeram-se palmas e bandeiras por toda a extensão da área baldia, enfeitou-se o palco com cortinas de seda adamascada e sanefas de sentim-Macau offerecidas “pelos marejantes das Indias, aqui estacionados, em despejo de suas embarcações”.

A’ tarde, enquanto o vice-rei e a esposa e as altas dignidades assistiam ao “Te-Deum” que se cantava no Templo do Carmo, saia á rua o bando annunciador do espectáculo da noite. Eram “tres as principaes figuras do entremez, o *gracioso* e dous *barbas*, o primeiro vestido de *arlequim* e os segundos enfronhados em negro camisolão, burlescamente sarapintados, tendo ambos na cabeça um longo chapéo afunilado”.

O bando andou pela cidade até o anoitecer, aos rufos dos tambores, ás gargalhadas e ás chufas dos garotos.

A’ noite abriu-se o palco aos olhos da multidão. Molière foi certamente assassinado como, ao meio-dia, cahira assassinado o pobre Tiradentes.

Não sei qual a distribuição que Manuel Luiz deu a *Le Mariage forcé*. Não sei se Dorimena, a noiva de Esganarello, foi feita pela Marucas ou pela Lapinha. Uma affirmação, porém, se póde fazer com toda a segurança: no fim do espectáculo, o Ladisláu, o mimo dos comicos, dançou e cantou aos applausos delirantes da platéa.

O jantar em casa de Victor Hugo

Ao que parece, é Ernesto Mattoso, nas *Coisas do meu tempo*, quem reduz ás suas justas medidas aquelle episodio, que anda por ahi muito mal contado, do jantar de Pedro II em casa de Victor Hugo.

Dos episodios da vida do nosso segundo imperador é esse o de maior vulto, ou melhor, aquelle em que os chronistas encontraram mais vastos elementos para avultar. São duas grandes entidades em contacto, são duas majestades se defrontando: a do genio, na figura universal do poeta dos *Châtiments*; a do throno, na serena simplicidade do monarcha brasileiro.

Mas, a ser verdadeira a historia como ella anda por ahi nas chronicas, nos registros de curiosidades dos jornaes, revistas e almanaques, é a gente levada a fazer da educação de Pedro II um juizo muito precario e pouco lisonjeiro, quando, todos os traços de sua vida, revelam que, a par de sua encantadora singeleza, elle foi um dos homens mais finos do seu tempo e um dos varões de maior austeridade e circumspecção que já empunharam um sceptro.

E como se conta por ali o tal jantar?

Um dia, o de 22 de maio de 1877, Pedro II, ás nove horas da manhã, apresenta-se em casa de Victor Hugo, em Paris, á rua d'Eylau. Conversam longamente. No correr da palestra, o imperador fixa o olhar numa mesa, onde repousa um volume da *Art d'être grand-père*. O autor da obra levanta-se, apanha o livro e molha a penna.

— Que vae fazer? pergunta-lhe o monarcha.

— Apenas escrever dois nomes, o vosso e o meu, responde o escriptor.

D. Pedro sorri satisfeito.

O autor dos *Miseraveis* escreve: "A d. Pedro de Alcantara — Victor Hugo". O imperador recebe o livro alegremente.

— Esqueceu-se da data, diz.

Victor Hugo escreve a data.

— Eu desejava, fala d. Pedro, um dos vossos desenhos.

O poeta dá-lhe uma vista do castello de Vianden. Jeanne, a neta do escriptor, entra na sala. D. Pedro, gentil, pede fidalgamente:

— Dê-me a ventura de ser apresentado a Mlle. Jeanne.

Victor Hugo, com ternura de avô que quer deslumbrar a neta, dá um tom solenne á voz:

— Jeanne, apresento-te o imperador do Brasil!

A menina fita o monarcha, surpreendida, e diz ingenuamente:

— Mas elle não tem a vestimenta.

Risos.

D. Pedro segura as mãozinhas da creança.

— Beije-me, mademoiselle.

Ella entrega-lhe o rosto.

— Abrace-me, aperte-me o pescoço, insiste o velho.

A menina afoga-o nos seus bracinhos. Entra Georges.

— Sire, diz o poeta, apresento o meu neto a vossa majestade.

— Aqui não ha senão uma majestade: Victor Hugo, replica o imperador.

O velho escriptor commove-se:

— Sire, sois um grande soberano.

E d. Pedro chamou para o seu lado o pequeno Georges e acariciou-lhe demoradamente os cabellos.

Até ahi não ha nada mais cavalheiresco, nada mais correcto.

Mas, no fim da visita, o imperador pergunta ao dono da casa:

— A que horas janta?

— A's oito horas.

— Virei um destes dias pedir-lhe um jantar.

— Quando quizerdes; sereis bem vindo.

E, alguns dias depois, quando Victor Hugo entrou á noite em casa, encontrou d. Pedro II, acompanhado do visconde de Bom Retiro.

— Vim jantar, disse sua majestade, e trago comigo um dos meus melhores amigos.

Os chronistas vêem nesse gesto de d. Pedro uma

alta expressão de superioridade. O monarcha brasileiro era um homem de tão encantadora bonhomia que, além de se convidar para a mesa do escriptor da *Notre Dame*, apresentou-se inesperadamente e levando um companheiro. Quiz assim, com esse rasgo de camaradagem, mostrar a sua infinita admiração pelo grande vulto da literatura franceza e dar tambem um attestado eloquente de que, apesar de testa coroada, era uma creatura de extrema simplicidade.

Mas, senhores, isso não é ser simples, é ser simplorio.

É Pedro II era um homem culto, intelligente, e, principalmente, educado. Não se convidaria para jantar em mesa nenhuma. Quando quizesse distinguir uma creatura com a sua admiração, com a sua intimidade, levaria essa creatura para a sua propria mesa.

Devia ser um homem com a noção da medida e a noção dos meios. A Europa não é Brasil, onde quem chega á nossa casa, á hora das refeições, almoça ou janta.

Devia saber e sabia as exigencias sociaes do ambiente francez. Na França, principalmente na França, ninguem se apresenta em casa alheia para almoçar ou jantar, sem aviso previo e ainda mais com um companheiro.

Seria uma *gaffe* incompativel com o cavalheirismo do nosso monarcha.

É o curioso em toda essa historia, é que, quem concorreu para o seu desvirtuamento, foi o proprio Victor Hugo.

Tudo que se conta a respeito do celebre jantar foi tirado do diário do creador dos *Miseraveis*.

Lá estão, uma por uma, as palavras de Victor Hugo:

“Elle (o imperador) perguntou-me: — A que horas janta? — A’s 8 horas, respondi. Elle disse-me: — Virei um destes dias pedir-lhe de jantar. — Quando quizerdes, sereis bem vindo, retruquei”.

E mais adiante:

“Alguns dias depois, entrando para jantar, encontrei em casa o imperador com o visconde de Bom Retiro. E’ um homem bastante distincto.

— Senhor Victor Hugo, disse-me elle, vim jantar comsigo e trago um dos meus melhores amigos”.

E’ horrivel. Como lá está no diário do poeta, o nosso segundo imperador representa um papel tristissimo.

Mas teria o escriptor francez a intenção de diminuir e amesquinhar o monarcha brasileiro?

Nenhuma.

Em primeiro logar, o que lá está escripto são notas rapidas de um diário, simples lembrete á memoria, para uma posterior explanação. Não é nada definitivo. Em segundo logar, é muito perigoso acreditar a gente no que dizem os poetas.

Victor Hugo, além de ser uma creatura fastigiosamente imaginosa, tinha o culto ardente do seu eu. Sabia-lhe bem fazer suppôr que o seu pestigio era tanto que os testas coroadas se convidavam para a sua mesa, e, melhor lhe sabia se, aqui fóra, se acreditasse ser

a sua mesa tão opulenta que podia receber de improviso a honra de um imperador.

Ernesto Mattoso é quem reduz o episodio ás verdadeiras medidas. E redul-o pelo roteiro da versão que lhe veio do testemunho do visconde de Bom Retiro.

Ao chegar a Paris, em 1877, Pedro II fez saber a Victor Hugo quanto lhe seria agradavel um contacto amistoso. O escriptor, em termos gentis, mandou dizer ao imperador que os seus credos politicos impediam-lhe de ir ao encontro de monarchas, mas, se d. Pedro lhe quizesse dar a honra de falar-lhe, elle estaria em Versailles, em dia de sessão do Senado.

O imperador foi a Versailles. Não houve, porém, sessão; Victor Hugo não compareceu.

No dia seguinte, pelas nove horas da manhã, Pedro II foi bater á casa do poeta.

Aquellas scenas do offerecimento da *Art d'être grand-père*, do desenho, das caricias feitas a Jeanne e Georges, são verdadeiras.

Ao erguer-se para sair, o imperador não pediu jantar nenhum. O que fez é o que ha de mais gentil e mais fidalgo. Com a mão do poeta nas suas, disse:

— Agora os seus escrupulos devem ter desaparecido; fui eu que vim visital-o. Não ha mais razão para privar-me de sua visita. Não quero deixar Paris sem o grande prazer de jantar em sua companhia. Fixe um destes dias para vir jantar commigo no meu hotel ou onde melhor lhe convier.

Victor Hugo, encantado com a cortezia, respondeu:

— Sire, nesta casa janta-se sempre ás oito horas.

O poeta insistiu depois no convite. Ficou então assentado que seria numa terça-feira, dia em que Victor Hugo costumava receber amigos á sua mesa. O facto de ter sido o jantar numa terça-feira, dia de recepção em casa do poeta, mostra que houve combinação.

D. Pedro apresentou-se acompanhado do visconde de Bom Retiro, como avisara anteriormente ao dono da casa. Um imperador não pode apresentar-se sózinho, como um mortal qualquer, num jantar de certa cerimonia.

A' mesa — varios amigos do escriptor e, entre elles, o intimissimo Auguste Vacquerie.

Ao champanhe, Hugo brindou o monarcha. Pedro II respondeu exaltando o poeta.

Palestrou-se até meia-noite. A' meia-noite ceou-se. Só á uma da madrugada o imperador se retirou para o seu hotel.

Assim é razoavel. Assim deve ser verdadeiro.

Os cannaviaes de Fernandes Vieira

Fernandes Vieira, naquella noite, no seu engenho S. João, reunia os chefes da revolta. Tinha-os convocado, um por um, para que ouvissem e resolvessem sobre aquella tremenda ordem secreta de Telles da Silva, o governador portuguez na Bahia, determinando que se incendiassem todos os cannaviaes de Pernambuco, para que os hollandezes, desilludidos de resarcir os prejuizos da guerra, abandonassem a capitania conquistada.

Era para além dos meados de 1646. Estava-se no periodo mais sangrento da restauração pernambucana. A guerra contra o dominio flamengo estalara um anno antes nos sertões de Pernambuco e nas capitancias vizinhas, como um desabafo brutal de opprimidos contra oppressores.

Mas, desta vez, ao contrario de quinze annos atrás, no tempo da invasão neerlandeza, a sorte das armas sorria francamente aos brasileiros.

A victoria estrondosa das Tabocas enfraquecia os animos batavos, inflammando os ideaes dos nossos.

A reconquista dramatica de Casa Forte mais viva-

mente atizara o valor dos reivindicadores de terra. Blaer, o feroz, o flagello dos nacionaes, não mais mettia medo a ninguem: tombára morto por uma descarga em caminho de Serinhaem. O sitio de Nazareth passara ás mãos dos brasileiros pela traição do major Hoogstraten. O forte Mauricio, depois de um cerco de mais de tres mezes, tambem caíra ás armas dos patriotas. Christovão Lins, á frente de seu bando, reconquistara Porto Calvo.

Revezes muito pouco, e, o maior delles, o de Serção de Paiva, com os seus navios destruidos pela esquadra de Lichthard.

Mas a chamma de independencia ardia no coração de todos os filhos da terra. Na Parahyba, Cosme da Rocha, Francisco Leitão, Rodrigues Vidal, Simão Soares tinham levantado a resistencia do Arraial de Santo André, á guiza do Novo Arraial do Bom Jesus, das vizinhanças do Recife.

O dominio da Hollanda em Pernambuco sóffria golpes profundos. Olinda havia caído á intrepidez de Soares Barbosa; na Varzea, os restauradores conquistaram, dia a dia, as posições mais estrategicas.

Podia-se dizer que os flamengos no Recife eram senhores de um presidio. A situação da cidade ia além das forças humanas. Ninguem podia andar nas ruas que não fosse baleado pelas emboscadas dos insurgentes. Um pucaro dagua custava sempre a vida a quem ia buscal-o ás fontes. Morria-se de fome e de sêde em plena rua. O cerco dos pernambucanos cada vez mais apertava a cidade num élo de tormentos.

E era justamente naquella occasião, quando os reveses e o desanimo abatiam as almas hollandezas, que estalava nas hostes restauradoras aquella ordem secreta de Telles da Silva, mandando incendiar o cannaviaes da capitania!

— Quero ouvir-vos a um por um, disse Fernandes Vieira na larga sala da casa de engenho, illuminada a archotes. Não quero executar a ordem do governador geral sem primeiro saber o que pensaes.

E, deante do silencio dos chefes, voltou-se para a direita, apontando:

— Vidal de Negreiros, falae!

A figura morena do guerreiro parahybano ergueu-se. Achava que se não devia executar a ordem. Era insensata. Era absurda. A destruição dos cannaviaes não prejudicava os usurpadores flamengos que os não haviam plantado e sim os filhos da terra que os custearam, esperando os lucros certos da safra. Queimar os cannaviaes era empobrecer a guerra.

— E empobrecer a capitania! exclamou fortemente Soares Moreno.

— Até parece o proposito de aniquilar-nos! disse Borges Uchôa, exaltadamente.

Vidal de Negreiros, com a mão espalmada, pediu silencio. E falou:

— Não podemos duvidar, um só instante, das intenções de Telles da Silva para connosco. São as mais puras, as mais sinceras.

— Essa ordem faz duvidar dessa sinceridade e

dessa pureza, asseverou Cordeiro Mendanha, com ardor.

Negreiros insistiu:

— Não podemos duvidar, apesar da ordem.

E, durante algum tempo, só a sua voz resou na larga sala que os archotes illuminavam. Ninguém, mais do que Telles da Silva, era partidario da reconquista da terra brasileira assolada pelo dominio batavo. Todos aquelles que estiveram na Bahia, em combinações com o governador geral, sabiam disso abertamente. Mesmo contra as ordens da corte portugueza que, por interesses politicos, não se declarava a favor da revolução restauradora, Telles da Silva, até com os riscos da censura de d. João IV, estava, desde o começo, dando occultamente á insurreição tudo que lhe era possivel dar. Devia-se fazer justiça ao governador geral! Aquella ordem era absurda, violenta, inoportuna, contraria aos interesses da guerra, mas ninguem podia negar que ella fôra ditada pelo bom patriotismo do governador. Imaginava Telles da Silva que, com a destruição dos cannaviaes pernambucanos, mais promptamente conseguia a retirada dos hollandezes. Era um erro. Que se lhe não negassem, porém, intuitos sinceros!

Francisco Beranger, sogro de Fernandes Vieira, ergueu-se na austeridade patriarchal das suas barbas brancas:

— Penso que a ordem do governador geral não deve ser executada.

E, ouvido em silencio pelos guerreiros, falou por muito tempo. Qual era o intuito de Telles da Silva?

Destruir, nos hollandezes, as esperanças de resarcir os prejuizos da guerra, tirando da futura safra de assucar os lucros esperados. Essa razão, porém, não podia existir. Não podia existir porque os cannaviaes estavam, todos elles, nas mãos dos pernambucanos. O dominio hollandez actualmente residia na pequena faixa de terra da cidade do Recife. O Conselho dos Dezenove devia ter absoluta certeza de que as suas armas não mais avançariam um palmo de conquista pelo sertão. Só os filhos da terra, só elles, os reivindicadores, teriam que perder se se destruíssem os cannaviaes, porque só elles esperavam aproveitá-los. O momento era de absoluta angustia para os flamengos. A desmoralização das tropas intrusas era completa. No Recife morria-se de sede e fome. As esperanças estavam de todo mortas.

E, com a voz pausada, sonora e firme:

— Pois no momento em que infligimos ao inimigo as mais duras derrotas, no momento em que a victoria se coloca ao nosso lado, é que vamos destruir aquillo que conquistamos, apenas para apagar aos holandezes uma esperança que elles não têm, nem podem ter?! Acho que não se deve executar a ordem.

E, com a mesma serenidade e a mesma firmeza:

— Teles da Silva está na Bahia, nós estamos aqui. Nós é que sabemos o que se deve fazer. Acredito que, se o governador geral aqui estivesse, conhecendo como nós a situação, nunca escreveria tal ordem. Destruir os cannaviaes é destruir a nós mesmos, que amanhã não teremos de onde resarcir os sacrificios da guerra.

Ergueram-se todos, applaudindo-o.

— Não será executada a ordem, disse gravemente Fernandes Vieira.

A reunião desmanchou-se. Os guerreiros e os senhores de engenho vieram para o grande avarandado, onde a brisa da noite soprava levemente. O céu estava límpido e brunido, com todas as estrellas. De além, dos lados do Novo Arraial do Bom Jesus, chegavam apagamamente os sons de uns tiros de fusilaria. Era, de certo, alguma escaramuça dos insurgentes contra os holandeses.

Vidal de Negreiros aproximou-se de Fernandes Vieira:

— Acho-vos silencioso, apprehensivo. O chefe abalou-se com a ordem de Telles da Silva?

— Profundamente, respondeu o outro. Estou a pensar o que não irão dizer os meus inimigos.

— Por que?

— Porque não executo a ordem do governador geral.

— Não comprehendo.

— Irão dizer que a não executo porque tenho canaviaes.

— Mas a ordem recebeu a repulsa de todos os responsaveis pela guerra. Foram elles que a repelliram.

— Mas, unicamente sobre mim cairão as culpas. A maledicencia visará sómente a minha pessoa.

Os guerreiros e os senhores de engenho preparavam-se para partir.

— Volta hoje para o Novo Arraial do Bom Jesus?
perguntou Vieira a Negreiros.

— Se vossa mercê não volta e me dá hospedagem
por esta noite, ficarei.

— Voltaremos amanhã ao nascer o dia.

— Está bem.

Minutos depois Fernandes Vieira desaparecia.

Negreiros ficou sosinho a um canto do avaranda-
do, gozando a frescura da noite e as estrellas do céu.
Muito tempo ali ficou, como num repouso, á espera do
dono da casa. O cansaço rendeu-o: fecharam-se-lhe os
olhos.

Mas um clarão rosado, longinquo, foi tingindo
pouco a pouco as linhas do horizonte. Elle despertou.
Ficou de pé, a olhar. O clarão crescia, alastrava-se,
colorindo o céu. Era um incendio, ali perto, devastando
certamente as mattas dos arredores.

Vidal sahio para o terreiro.

Viam-se, á distancia, as labaredas cada vez mais
altas, lambendo o espaço. Que seria aquillo? Alguma
sortida, alguma escaramuça dos pernambucanos contra
o inimigo?

O vulto de Fernandes Vieira appareceu a dois pas-
sos.

— Vêde, chefe!

— Estou vendo, respondeu Vieira.

— E sabeis o que seja?

— Os meus cannaviaes. Incendiei-os.

Vidal de Negreiros recuou, aterrado:

— Incendiou-os?

— Para que ninguém diga que eu tive interesse em não executar a ordem de Telles da Silva.

— Mas vossa mercê, com isso, perde muito.

Fernandes Vieira calou-se e, depois, como se as palavras lhe sahissem mutiladas do fundo dalma:

— Sim. Uns duzentos mil cruzados.

Homens de Liliput

Naquella obra prima de Swift — *Viagens de Gulliver* — um simples decreto mandando quebrar os ovos pela extremidade mais delgada, desencadeou entre o paiz de Blefuscu uma guerra feroz e encarniçada que, por longos e longos annos, ensanguentou os dois imperios.

Um nada. Uma frivolidade. Uma insignificancia.

Mas, numa terra em que a estatura physica dos homens não ia além de seis pollegadas, só motivos daquella ordem podiam provocar as catastrophes.

Ao passar os olhos por aquella pendenga que tiveram o bispo e o deão desta cidade, quasi no fim do seculo XVIII, tive a impressão de que, se os nossos homens daquella época não eram physicamente de estatura liliputiana, moralmente, mentalmente, tinham a medida physica do povo do paiz bisarro de Swift.

Uma frivolidade, uma insignificancia, um nada, fez desabar nesta cidade durante tres annos — 1781 a 1783 — uma barulhada horrivel, em que se mexeu todo o

cabido, mexeu-se o clero e o vice-rei e a côrte portugueza e até a rainha de Portugal.

O desembargador José Feijó de Mello era de estatura tão pequena que dava abaixo dos hombros dos homens medianos. Como todas as creaturas a quem a natureza minguou o tamanho, era nervoso, açodado, irritavel, brigão. E ninguem lhe tocasse na pequenez physica, ninguem fizesse a allusão mais vaga ao seu vultosinho de creança entanguida. Ameaçava, brigava, perdia as estribeiras, perdia a compostura.

Aconteceu que, no domingo de Ramos de 1781, o magistrado, ao terminar a missa na Sé, encaminhou-se, como bom catholico, para o altar em que se distribuiam as palmas commemorativas do dia em que Jesus entrou ruidosamente em Jerusalem.

A distribuição era feita pelo bispo.

Naquelles tempos as palmas eram longas, muito longas, tal qual se apanhavam na floresta.

Diz o bispo que, quando viu á sua frente a figura pequenina do desembargador, de braços estendidos, quiz dar-lhe uma palma menor. Não o fez para não parecer uma allusão á sua estatura minguada. Entregou-lhe a palma que tinha nas mãos. Era duas ou tres vezes mais alta que o magistrado. A igreja estava cheia. Nesses dias não ha meio de conter as inconveniencias populares. E, quando o desembargador tão baixinho, foi empunhando a palma tão comprida, o povo rompeu incontinentemente, inesperadamente, numa gargalhada.

O magistrado era uma pilha, não se conteve. Agarrou o ramo, quebrou-o brutalmente nos joelhos e ati-

rou-o aos pés do bispo. E saiu immediatamente do templo, empinado, rugindo, chispando ameaças.

Um nada, uma insignificancia, um motivo de Liliput. E dahi se desencadeou toda a borrasca.

Na vida das aldeias as fogueiras ardem sempre porque ha sempre quem as sopra. Em 1781, o Rio de Janeiro não ia além de uma aldeia.

E havia gente interessada em que aquella fogueira crepitasse com bom fogo e boa lenha. Era o deão da Sé, o reverendo Pedro José Augusto.

Havia muito tempo que elle trazia o bispo atravessado na guéla. Ainda puro motivo liliputiano: o deão chegara de Lisboa ás nove da noite e, mal foi saltando, correu á fazenda do bispo, no Rio Comprido, para visital-o; o prelado, ou porque já estivesse recolhido, ou por outra razão qualquer, mandou-lhe dizer pelo laçao que estava no banho. No outro dia o bispo vae visitar o deão. Eram quatro da tarde. O deão manda dizer ao bispo que estava a banhar-se.

Dahi por deante começou entre os dois uma guerra surda.

As picardias são de uma infantilidade de provocar o riso. O deão nunca está a postos para receber o seu superior nos dias em que este vae á Sé. Se o prelado vae entrar pela porta da frente, elle corre para a porta da esquina, desculpando-se depois.

— Pensei que vossa reverendissima fosse entrar por ali.

Ao estalar na igreja o destempero do desembargador Feijó de Mello, o deão saiu pela cidade, a soprar

a fogueira do escandalo. Havia sido de proposito, sim! Fôra calculadamente que o bispo dera a palma comprida ao magistrado, para expol-o ao ridiculo deante do povo!

Não sei se foi o proprio desembargador a queixar-se, o certo é que a noticia do choque entre o juiz e o prelado, chegou a Lisboa, aos ouvidos da côrte. Não ha rastro de nenhuma providencia.

Ao aproximar-se a semana santa do anno seguinte, o deão, naturalmente para evitar que os homens de pequena estatura se melindrassem com palmas compridas, de parceria com o conego José de Souza Pizarro e o mestre-escola José Coelho Peres de França, propoz, em reunião do cabido, que os ramos a distribuir no domingo commemorativo da entrada de Jesus em Jerusalem, fossem pequenos, feitos de pontas de palmas, ornados de flores. O cabido concordou. Chamou-se o florista e fez-se a encomenda.

Mas o florista antes de começar o trabalho foi conversar com o bispo. O bispo tinha na guéla, atravessados, o banho do deão ás quatro da tarde e a desfeita do desembargador em plena igreja.

— Não senhor, não consinto. As palmas têm de ser como eram: compridas, bem compridas. Quem nasceu mirrado que não vá á igreja recebê-las.

Era uma creatura de maus figados, o deão. Ao saber da reprovação do bispo, interpella-o, insulta-o, na sacristia, deante dos conegos, dos outros padres. O relatorio do vice-rei Luiz de Vasconcellos diz que o bispo supportou com mansidão os insultos. E' possivel.

Mas o bispo era tambem teimoso. Diminuir as palmas não diminuia, mas já que insistiam em que ellas tivessem enfeites, os enfeites não seriam flores como o deão propuzera. Seriam laços das folhas das proprias palmas. E' mais: ellas teriam as pontas prateadas. E, para que se não dissesse que se ia sujeitar o cabido a uma despesa maior, elle pagaria do seu bolso as palmas e os enfeites.

Entre aquelles dois cabeçudos abriu-se um abysmo mais profundo que o que haviam cavado os banhos das nove da noite e das quatro da tarde.

O deão não era homem para conter impulsos e soffrer, no intimo, effervescencias de rancores. No domingo de Ramos, bem cedo, lá estava elle na Sé. Queria ver as taes palmas do bispo.

— Que bella porcaria! exclamou ao tocal-as.

E' aos conegos, aos padres, e a toda a gente que entrava na sacristia, mostrava-as com grandes gargalhadas, amesquinhando-as desenvoltamente.

— Bella porcaria! bella porcaria!

Disse a sua missa, foi depois ao côro e, á hora em que o bispo ia distribuir os ramos, retirou-se do templo com o conego Pizarro, só voltando á tarde, quando não mais havia o que fazer. Uma infracção gravissima dos estatutos. Nos dias em que o prelado assiste na Sé, nenhum capitular póde faltar ás ceremonias sem licença.

E aquella infracção tomava um tom de gravidade maior: era propositada, era acintosa.

Mas, ao que parecia, o intuito do deão era brigar.

O que se passou depois é de uma inconveniencia e de uma grosseria incriveis.

Na quinta-feira santa, o bispo distribuia a communhão ao clero e ao povo. A cerimonia era feita lentamente. O deão descobriu nos gestos lentos do bispo uma offensa á sua pessoa e á sua dignidade. E sem receber a hostia, retirou-se do altar e lá se foi para a sacristia a resmungar e maldizer.

No dia seguinte era elle quem cantava no officio de trevas. Por pirraça, por vingança, poz-se a cantar violentamente, apressadamente, desnordeando o côro. Duas vezes o bispo advertiu-o com calma. Na terceira bateu na cadeira, a voz alta:

— Devagar!

O deão parou immediatamente o canto, fechou o breviario, soprou a tocha que empunhava e, arrogantemente, desapareceu pela porta da sacristia, onde ficou a bradar em tom de insulto.

Escandalo. A igreja inteira percebeu-o, diz o vice-rei no relatorio enviado á côrte.

Mas, o que a toda gente causava estranheza e espanto, era a frouxidão do bispo. Nem uma medida repressiva, nem uma palavra de censura. Cabido, clero, o mundo das beatas, a cidade religiosa, cortavam a pelle do bispo: — estava com medo do deão.

Mas, no domingo da Paschoa, quando os sinos repicavam festivos pelos ares, a cidade teve a surpresa brutal: — o bispo havia mandado recolher o deão na fortaleza do Castello e o conego Pizarro na ilha das Cobras.

Toda aquella serenidade, aquella apparente frouxidão do prelado, eram a calma do forte que sabe as armas de que dispõe.

Hoje, se o acontecimento se desse, haveria em todo o Rio um *frisson* de espanto. Naquelle epoca, em que as novidades eram raras, a impressão devia ter sido de sobresalto. Dois padres presos, em fortalezas, por insubordinação!

Póde; não póde! E' justa a prisão! E a discussão estalou no meio catholico e fóra d'elle. Vieram á baila preceitos canonicos, resoluções de concilios, tricas de theologia, o diabo a quatro.

Podia. O acto do bispo estava dentro das leis ecclesiasticas. Os estatutos da egreja, em falta como aquellas, davam-lhe poderes para impor a pena que lhe parecesse.

E o fogaréo cresceu, subiu, tomou proporções tremendas, dias depois, quando o deão saiu do xadrez.

Vinha tinindo de raiva, vinha peor que uma féra. Era um temperamento de arame farpado, o ministro da egreja.

E berrou clamorosamente. A violencia que havia soffrido era indecorosa para a sua dignidade e para o direito canonico. Um deão não podia ser mettido nas masmorras de uma fortaleza! Ninguem podia ser preso sem culpa formada!

Ah! mas o patife do bispo não ficaria a espalitar os dentes! Ia queixar-se ás autoridades, á côrte, á propria rainha, em Lisboa.

E, de facto, sem dar satisfações a ninguem, partiu para o reino.

As accusações que lá fez ao prelado, deante da côrte, são tremendas. O bispo era um negociista: protegia uma fabrica de cêra, da qual se fizera socio. Não ia á Sé, não exercia as suas funcções de sacerdote: vivia na sua fazenda do Rio Comprido, inteiramente esquecido dos seus deveres. Primava em ultrajar a dignidade da magistratura: e lá vinha em tintas fortes o episodio do domingo de Ramos com o desembargador Feijó, num luxo de minucias, para mostrar o proposito do bispo em amesquinhar o magistrado. Era um deshonesto: recolhia ao bolso as propinas das religiosas de Nossa Senhora da Ajuda, deixando as pobrezinhas em penuria. Não dormia em casa; saia horas altas da noite, para repousar em leitos duvidosos. Vivia em scenas galantes no meio de saias, em pateos de fazenda, onde se cantava e dansava.

E mais (esta é que foi a accusação tremenda): — tinha uma “moça”.

Devia ser um espirito infernal, o deão, na urdidura de uma trama accusadora. O bispo viu-se em palpos de aranha. Luiz de Vasconcellos, o vice-rei, a quem a côrte mandou averiguar da queixa, teve, no seu relatorio, necessidade de estender-se em quarenta e cinco longos paragraphos, para pôr o bispo a salvo de penas.

O relatorio do vice-rei, com a data de 18 de janeiro de 1783, é francamente apaixonado. Sente-se que não vae á missa do deão, preferindo e exaltando a do bispo.

Destroe uma por uma das accusações. A historia da cera — uma infamia, a das propinas das religiosas da Ajuda — uma mentira. Quanto ao caso do bispo não apparecer na Sé — invencionice pura. De facto morava fóra da cidade a conselhos medicos, mas não descurava dos seus deveres.

Affirmar-se que elle, ás vezes, não dormia em casa e que saía furtivamente para leitos estranhos — uma calumnia. De facto, certa vez, saíra de noite para dormir em outra casa, mas na casa de sua velha mãe agonizante.

As scenas galantes no meio de saias, em pateos de fazenda — infamia das mais baixas. O que houve é innocentissimo: na quinta Sant'Anna, onde convalescia a mãe do prelado, uma senhora da mais alta sociedade e da mais pura reputação — D. Rosa, mulher do ajudante das ordens Camillo Maria Tonelet, — executou, ao cravo, trechos de musica e cantou. Mas nem o bispo estava presente.

Quanto ao episodio do desembargador Feijó (o vice-rei é francamente apaixonado) nada havia de anormal: o magistrado de facto quebrara a palma na igreja, mas nunca por despeito ao bispo, mas porque lhe era mais commodo transportal-a em pedaços para casa.

Na explicação da “moça”, Luiz de Vasconcellos detem-se em tres capitulos. “Esta materia é tão delicada, diz, para ficar ainda em duvida, que, posto que eu a não tivesse, me não pareceu justo deixar de ouvir as mesmas pessoas que o deão aponta, debaixo do possível segredo que v. ex. (o ministro) me recommenda.”.

A “moça” era uma sobrinha do bispo. E só com muito boa vontade se podia chamal-a de moça. Tinha já quarenta e dois annos de idade e era uma senhora da “maior decencia”, pobre, sem arrimo, que vivia na companhia da mãe do prelado.

Ao que parece o relatorio do vice-rei salvou o bispo. Nada mais encontrei a respeito do caso.

O deão, que era portuguez, esse ficou em Lisboa, a roer o seu odio, o seu caso, caso que, por infelicidade, chegou até nós, para mostrar que, naquelle tempo, havia homens physicamente grandes, mas que, no fundo, eram pequeninos como a gente de Liliput.

O delator da Conjuração

Quando Joaquim Silverio dos Reis, na Cachoeira do Campo, a 15 de março de 1789, entrou no casarão em que morava o visconde de Barbacena, para denunciar a conspiração mineira, tinha apenas uma finalidade — livrar os costados da cadeia ou a cabeça da forca.

Contratador fraudulento da arrematação dos direitos de entrada na capitania de Minas, ou porque o negocio fosse máo ou porque não tivesse geito para o negocio, em 1789 estava elle alcançado com a Real Fazenda em quasi duas centenas de contos de réis, com o processo ás costas e já com a intimação para entrar com o dinheiro. Ou pagava (e isso era impossivel) ou a desgraça lhe desabaria sobre a vida: se escapasse da forca não escaparia da Costa d'África.

Ao entrar no palacio do governador ia como esses desesperados que, entre duas soluções funestas, encontram uma terceira salvadora. A terceira solução era, para elle, o perdão da divida.

Não foi a alma traidora de Judas que o levou a delatar a conjuração. Não foi a ambição de um premio

que o fez contar o que sabia. Foi o instincto de conservação.

Quando chegou á presença de Barbacena tinha uma intenção unica — salvar-se da morte ou do degredo africano que era quasi a mesma cousa.

E poucos os delatores com a infelicidade de Joaquim Silverio. Soffreu as injustiças da opinião publica, como soffreu as ingratições da rainha a quem serviu.

A opinião publica, por deficiencia de conhecimento dos factos, vestiu-lhe a roupeta negra de traidor, quando elle foi apenas um delator. Odiou-o, repelliu-o, malquistou-o, fel-o andar por Séca e Méca, ás humilhações mais tristes. E para completar a obra, entregou-o á historia coberto de lama.

A rainha, ou melhor, a côrte de D. Maria I, só tarde e muito tarde lhe pagou o serviço da delação.

Desde os primeiros dias da suffocação da Inconfidencia que se ouve a voz de Joaquim Silverio pedindo, rogando, supplicando ao vice-rei no Brasil e á côrte em Portugal, que meçam o valor do seu serviço. E' o clamor ancioso do desesperado que sabe que morrerá se lhe não derem a mercè. E, dia a dia, essa voz se vae tornando mais alta, mais supplice, mais commovedora. Não é um premio que pede, é o perdão para a sua dívida. E' a vida emfim.

Mas os contratempos abafam-lhe todos os clamores. O vice-rei não lhe ouve a voz, a rainha está mais surda que um penedo.

Faz-se a devassa, os conspiradores são recolhidos

às masmorras, constata-se um por um os artigos de sua denuncia.

Mas o reconhecimento da côrte não vem, não vem a suspirada mercê da rainha.

Passam-se quasi tres annos, conclue-se o processo, lavra-se a sentença. Tiradentes sóbe á forca, os outros conjurados seguem para o degredo, e elle pedindo, insistindo, com a tragica desesperação de quem sente a morte deante dos olhos.

O governo, em vez de lhe mandar um consolo, uma prova qualquer do seu reconhecimento, continua a agir, a perseguil-o, a processal-o, como a uma creatura vulgar que nenhum serviço tivesse feito em prol do throno. Os seus bens são sequestrados, a sua prisão é decretada, constringem-no a entrar para a cadeia.

Só em outubro de 1794, dous annos depois de concluido o processo da Inconfidencia e de Tiradentes subir ao patibulo, é que a soberana portugueza, pela primeira vez, ouve a sua voz.

Assim mesmo porque teve elle a felicidade de commover o vice-rei do Brasil, o conde de Rezende. A correspondencia do vice-rei, pugnando pelos direitos do delator, tem a data de 2 de maio de 1794. E' uma pagina forte, feita de proposito para abalar uma côrte. Mostra que Joaquim Silverio foi o "primeiro denunciante da conjuração de Minas", que se conduziu "naquella gravissima e arriscada conjectura com uma fidelidade propria de vassalo de S. M. Fidelissima". Foi elle que, "apezar do imminente risco de sua vida, dos prejuizos de sua casa, e até da separação de sua familia,

foi communicar ao visconde de Barbacena “os planos da conspiração”, as perversas e abominaveis maximas dos conjurados que, com o seu illimitado desaccordo, não só difundiam as suas erradissimas idéas naquella capitania, mas até pretenderam infeccionar esta, a do Rio”.

E fallando com a mais limpida clareza diz que Joaquim Silverio “justamente capacitado de ser relevante o serviço que fez á Sua Majestade” se considera “digno de ir a sua real presença (a de D. Maria I) ainda mais para conseguir tão grande honra, do que para supplicar a mesma Senhora o premio, que por esta accção, elle pudesse merecer da sua real e inimitavel grandeza”.

E conclue affirmando que ha na população um “reparo geral em se conservar nesta cidade como preso um homem que, pelas suas attendiveis e louvaveis qualidades, se tem feito digno das maiores distincções”.

A recommendação do conde de Rezende surte effeito. A 4 de outubro do mesmo anno, a rainha, em consideração “aos distinctos serviços” e á exemplar lealdade de Joaquim Silverio, mimoseia-o com o habito da ordem de Christo, com 200\$000 de tença, pagos effectivamente.

Mas não é isso que elle quer. O que quer é o perdão da divida, é livrar os costados do degredo africano ou a cabeça da corda da força.

Em 14 do mesmo mez e do mesmo anno respira á vontade — consegue finalmente a graça almejada. O decreto manda levantar o sequestro e entregar-lhe “os

bens apprehendidos pela real fazenda pelo alcance de 167:553\$770”.

Isso “como testemunho da real aprovação pelo fiel e louvavel comportamento com que tem honrado o nome Portuguez”.

Era de facto a vida que a rainha lhe restituia nas linhas rapidas do decreto. Mas não era tudo. Penosa como a Costa d’Africa de que elle tanto procurou livrar-se, sentia, em derredor do seu nome, a repulsa viva dos homens no Brasil.

E o desgraçado imaginou que um titulo de nobreza podia influir no coração dos homens e acobertal-o do desprezo. Pede a graça á soberana. Ella fal-o fidalgo da sua casa a 20 de dezembro do anno em que lhe perdoou a divida.

De nada serve o titulo. Antes tivesse ido arreben-tar ao sol da Africa, antes tivesse perdido a cabeça no alto de uma forca, pela culpa da divida.

Quem o via — virava-lhe as costa, onde chegava — todo o mundo fugia.

Não pôde mais pisar em Minas, não pôde morar no Rio. E lá se foi para o Maranhão e, assim mesmo, que vida a que lá teve! — odiado, humilhado, repellido como um cão leproso a que toda gente afugenta a pedradas.

Poetas, eternos poetas

Ha no *folk-lore* indiano uma lenda offuscadora: Um poeta faminto estava uma vez a escrever um poema quando a morte o colheu, arrebatando-o para o Céu. A vida do desgraçado mudou inteiramente. Em vez da amargura da terra, de desprezo dos homens, da luta, da fome, abriu-se-lhe deante dos olhos o esplendor maravilhoso das delicias paradisiacas. Era só estender as mãos — tinha profusas e inexgotáveis as mais raras graças celestes. E elle gozou, gozou, num entusiasmo, num enlevo, num transporte. Um dia, porém, (ninguém o poudé deter) quiz voltar á terra.

— Que vaes lá fazer? perguntaram-lhe.

— Vou concluir o meu poema.

O conto é uma synthese subtil, delicadissima, da alma dos artistas. A obra acima de tudo. Aquelle desgraçado que vivia a morrer de fome na terra e agora, no Céu, gozava deleites nunca imaginados, não vacilla em abandonar tudo e á terra voltar de novo para, ao frio, á fome, á miseria, concluir o seu poema!

A lenda é velha, velhissima. Mas, nos tempos mo-

dermos, apesar de ser outra a feição da vida — a feição pratica, — ella tem um cheiro admiravel de actualidade. O poeta de hoje é a mesma creatura dos tempos lendarios — troca ainda os gozos paradisiacos pela realização da obra.

A poesia, como qualquer outra arte, é um fadario como outro qualquer. Mas não ha ninguem satisfeito com o seu fado, não ha ninguem que o não trocaria por outro mais risonho. Mas dêem aos poetas, aos de indole, aos de raça, aos verdadeiros, toda a riqueza do mundo para que nunca mais pensem na gloria, que recusarão sem vacillar.

Embora não pareça verdade, os poetas de hoje são as mesmas creaturas incorrigiveis de antigamente.

Se são sentimentaes, haja o que houver, sejam felizes ou desgraçados, vivam na opulencia ou na miseria, têm que chorar, têm que atravessar a existencia molhando as estrophes em lagrimas e lamurias penalisadoras.

Se são ferinos, se são satiricos, mesmo morrendo á fome, mesmo contra o rei, mesmo contra Deus, sabendo mesmo que vão soffrer, sacrificando até amigos sinceros e amizades puras, não resistem á tentação da pilheria contundente e do estro navalhante.

Devia ter sido um poeta de raça, o incorrigivel poeta satirico Manoel Pessôa da Silva que, na noite de 2 de Julho de 1846, produziu aquelle formidavel escandalo no theatro S. João, da Bahia.

Antes de dar o tal passo desastrado devia ter cal-

culado uma por uma as consequencias desagradaveis que soffreria. Amigos, certamente procuraram desviar-lhe os impulsos, mostrando-lhe as perseguições infalliveis que soffreria, a infallivel sova de páo a que ia sujeitar o costado. Nada o demoveu. As estrophes malfadadas tinham-lhe vindo á inspiração e havia de recital-as, offendesse a quem offendesse, succedesse o que succedesse, mesmo que ficasse com os ossos moidos de pancada, mesmo que recebesse pela prôa uma carga mortal de chumbo.

O episodio é de uma intrepidez que se aproxima da loucura. Só mesmo a cabeça desvairada de um poeta, sob o ferrete irremediavel do destino, seria capaz de conceber e realizar audacia tão impertinente.

Naquelle dia a Bahia festejava a grande data da victoria decisiva dos seus exercitos independentes. Estava toda a cidade resoante de pompa civica. A' noite haveria no theatro S. João um spectaculo de gala, com a presença do General Andréa, o presidente da provincia.

O General Francisco José de Souza Soares Andréa é um dos vultos interessantes do nosso exercito pelo valor, pela excentricidade dos gestos, pelo humor excentrico e pela violencia atterradora dos actos. Era uma envergadura inteiriça de despota. Só sabia corrigir pela violencia, pela tyrannia.

A vida dos homens desde que fosse uma vida subordinada e revolucionaria, não tinha para elle importancia alguma. Mandava-a liquidar com a despreoccupação com que fumava um cigarro. Ou porque

de facto tivesse valor, ou porque a sua energia sinistra fosse necessaria naquellas épocas convulsionadas, o certo é que os serviços militares de Soares Andréa foram com frequencia utilizados por Pedro I, na Regencia que a principio os desprezou e nos começos do Segundo Imperio. E foi justamente na Regencia que o seu nome troou pelo paiz num clamor de maldição. A maneira brutal com que agiu na rebellião da *Cabanada*, no Pará, deu-lhe uma fama de espantelho.

Naquelle anno de 1846, estava o General Andréa presidindo a Bahia, ao serviço da politica dominadora na adolescencia de Pedro II.

Com aquella fama atemorizante, era natural que a terra bahiana o trouxesse atravessado á garganta. Mas ninguem era louco para acirrar a fera.

O espectáculo começou com todo o aparato de festa patriotica. O theatro, engalanado, não tem um lugar vasio. Ao apparecer Soares Andréa na tribuna governamental, rompe a musica, sobe o panno e, deante da effigie do segundo Imperador, canta-se, de pé, o Hymno Nacional.

Mal vão terminando as ultimas estrophes e os ultimos acordes, ouve-se uma voz gritar bem perto da tribuna do presidente.

— Peço a palavra!

Era o poeta Manoel Pessôa da Silva. A cidade conhecia-o pelas suas satiras, pelos seus versos que sempre queimavam como ferro em brasa. E lá de cima, do peitoril do camarote, a sua voz reboou pela sala:

Mote:

Nunca mais o despotismo
 Regerá nossas acções,
 Com tyrannos não combinam
 Brasileiros corações.

Era uma das quadras da letra do hymno que se havia acabado de cantar.

Silencio completo. O poeta continúa:

Glosa:

Pela marcha lisongeira
 Que leva o genero humano
 Hoje tentar ser tyranno
 E' inaudita cegueira.
 Ver-se-á frustado o que queira
 Renovar o terrorismo;
 Uma vez com heroismo
 Conquistada a liberdade
 Reger, dominar não ha de
Nunca mais o despotismo.

A allusão era claríssima. Os versos iam directamente ao General Andréa. E o diabo do poeta que não tirava os olhos do General, como que a arremessar-lhe uma por uma as rimas, uma por uma as allusões.

E a voz, cada vez mais alta, cada vez mais inflamada, resoava pelo theatro inteiro:

Erra o que, amamentado
 Por leite do captiveiro,

Queira o Povo Brasileiro
 Dominar pelo passado.
 Vae caminho desviado
 Nutrindo taes intenções,
 Varie de opiniões,
 Pense melhor e conclua
 Que nunca vontade sua
Regerá nossas acções.

Na platéa havia um sussurro de inquietação. Os homens, as senhoras mexiam-se como sob a ameaça de uma tempestade que ia explodir. Estaria doido o Manoel Pessôa! Na tribuna presidencial os officiaes tinham-se erguido numa surpresa, estarrecidos.

E agóra, com os olhos bem fixos no General Andréa, cara a cara, como num desafio, o poeta clamava:

Escoria da humanidade,
 Que seu berço renegou,
 Noutra terra nunca amou
 Lealmente a Liberdade.

Um rumor abafado correu de ponta a ponta da platéa. Os corações como que pararam dentro dos peitos. O General era portuguez; fizera-se brasileiro com a Independencia.

Que corresse um homem lá em cima e arrolhasse a bocca do Manoel Pessôa!

E o Manoel Pessôa, ardente, triumphante, proseguia, mais alto, erguendo a voz:

Porém, calcal-a não ha de
 Nos que della heroes se assignam;
 Entre si elles se ensinam
 De gozal-a eterno jus;
 São filhos da Santa Cruz
Com tyrannos não combinam.

Ouviu-se na tribuna presidencial uma agitação de palavras. Era o filho do General, seu ajudante de ordens, em gestos assomados, resmungando, protestando. A platéa erguia-se, rumurosa, assustada.

Mas não havia ninguem para calar o maluco daquelle poeta!

E o maluco do poeta, ufano, muito concho do seu papel, glorioso, impavido, continuou:

Este, que heroicos Bahianos
 Memoram tão nobre feito,
 Seja profícuo preceito
 A' correcção dos tyrannos.

O theatro inteiro tremeu: o filho do presidente, na propria tribuna do pae, agitava ameaçadoramente um chicote.

Escarmente-os para que, insanos,
 Não manchem nossos braços.

recitava o poeta, fogosamente.

Ninguém mais ouvia os versos. A inquietação vibrava nos olhares. O filho do General havia sahido impetuosamente da tribuna, agitando o vergalho.

Só o Manoel Pessôa não se alterava. A sua voz era mais clara, mais limpida, mais reboante:

Vejam nelle seus Mandões
Que, livres em peitos bravos,
Jamais podem ser escravos
Brasileiros corações.

E estava ainda de braço no ar, quando a vergastada lhe golpeou o rosto.

De ponta a ponta a sala estrugiu num protesto. Na platéa, nos camarotes, nos corredores, bengalas agitaram-se ameaçadoras.

— Não póde!

— Não póde!

— Covarde!

O barulho crescia; o rôlo estoirava aqui, ali. O General Andréa ergueu-se da sua cadeira. Veiu até o camarote, segurou o filho pelo braço e levou-o para a tribuna.

E depois voltando-se ao seu ajudante de ordens:

— Mande começar o espectáculo.

Quando o espectáculo começou tudo havia voltado á calma.

Só o rosto do Manoel Pessôa estava em brazas.

Mais tarde voltava elle para casa, cercado de amigos. As chicotadas ardiam-lhe, faziam-no soffrer. Mas

que diabo! um poeta não deixa nunca de realizar o fatalismo dos seus impulsos.

Podia ter evitado, podia. Mas a dor das vergastadas era menor que a satisfação que levava n'alma de ter cumprido aquillo a que elle chamava o seu dever.

Esses poetas, esses poetas, são uns eternos poetas.

A meninice de Pedro II

Das creanças do seu tempo, Pedro II foi uma das que menos brincaram. A sua meninice arrastou-se num ambiente de austeridade ás vezes excessiva, na atmosphera amargurada que os vendavaes da Regencia annuviavam.

Depois do 7 de abril, com a retirada de Pedro I e da segunda imperatriz, o velho paço da Bôa Vista deixou de ser um tecto alegre, para transformar-se num casarão bocejante onde todos bocejavam.

Quando uma creança é cercada de muitos cuidados fica sisuda ou malcreada. Pedro II ficou sisudo. Desde os seus primeiros dias o pae entregou-o ao carinho maternal de d. Marianna Carlota Verne de Abreu, senhora de altas virtudes por quem o primeiro imperador tinha um respeito enternecedor. Dona Marianna, sentindo o peso da responsabilidade, excedeu-se em cuidados e mais solicitude teve, depois da Abdicação, quando o imperial menino, já orphão de mãe, foi surpreendido com a ausencia do pae e da madrasta carinhosa, numa quadra de perturbações politicas, em que a quinta

de S. Christovão era ás vezes abalada pelos pampeiros partidarios que zoavam nas ruas.

O ambiente de apprehensões que as *Rusgas* crearam, os excessos de vigilancia que as incertezas politicas fizeram com que se cercasse o imperador menino, tiraram da meninice de Pedro II todas as expressões de estouvamento e de alegria ingenua que são o encanto das edades infantis.

Percorrendo-se as chronicas intimas da vida daquella quadra no palacio da Bôa Vista, vê-se quanto foi monotona e arrastada a primeira idade de Pedro II.

Sua Majestade quasi não brincou. Quando pequenino, as suas companheiras de folguedos eram as suas irmãs, as princezas d. Francisca e d. Januarina.

Eram, porém, uns brincos enfadonhos. D. Francisca arranjava uma saia preta, muito comprida para fingir de padre. D. Pedro e sua irmã Januarina serviam de acolytos. Simulavam as cerimoniaes da missa, das procissões, dos baptizados e outros ritos religiosos.

Quando d. Pedro foi crescendo, d. Marianna comprehendeu que o menino tinha necessidade de recrear-se mais expansivamente. Chamou para as alamedas da Bôa Vista os meninos que lhe pareceram mais dignos de brincar com o imperador. Eram elles João e Luiz, filhos de Luiz Pereira do Couto Ferrer, desembargador aggravista da Casa de Supplicação e vizinho de d. Marianna no Engenho Novo, o depois poeta Francisco Octaviano e d. José de Assis Mascarenhas, filho do marquez de S. João da Palma. Todos excellentes camaradas, com excepção de D. José que, por exceder-se em

confiança e inconveniencias, foi diplomaticamente, por d. Marianna, retirado da imperial companhia.

Que recreações tinham elles? O que mais divertia d. Pedro era “brincar” de soldado.

Mas, tão pouca gente, não podia formar os pelotões marciaes. Chamavam-se então para o palacio, entre outros meninos, os filhos do ministro Aureliano de Souza Coutinho e de Candido José de Araujo Vianna, professor do monarcha.

Eram esses os melhores dias de d. Pedro. As sombras da quinta enchiam-se de alaridos, de gargalhadas, de sons de cornetas e rufos de tambores. Era, quasi sempre aos domingos, na folga das lições, o “brinquedo” dos soldados.

Em 1837 (D. Pedro ia completar os seus doze annos), o deputado Raphael de Carvalho clamava contra a falta de divertimentos aos nossos principes. E dizia: “Os divertimentos que fazem parte de uma boa educação são tão escassos para as pessoas imperiaes que se não pôde passar em silencio tão grande falta. O tanque onde navega um bote e o jogo de cavallinhos eis a que se reduzem os divertimentos de exercicio; o jogo de cartas e o theatrinho são os de entendimento”.

Quanto ao theatrinho, Raphael de Carvalho faz duras objecções. Uma dellas é a respeito do panno de boca e outra sobre a lingua, a franceza, que os principes usavam em scena, quando declamavam.

Sobre o panno de boca dá-nos elle uma descripção minuciosa. O painel representa o Brasil nos seus tres estados de categoria. Em um porto está ancorado um

navio com tres mastros muito compridos e sem bandeira; na praia, a um lado, uns homens vestidos affonsivamente, a levantar uma immensa cruz; ao longo da praia — indigenas, trajados marcialmente, assentados sobre montes de bananas, cajús e ananazes, de costas viradas para os frutos e, de tal maneira indolentes e com ar de tão estúpida indifferença que parece “que elles não partilham a natureza humana”; um anjo alado tem na mão esquerda uma bandeira do Reino Unido e na direita a bandeira imperial. O escriptor acha tudo isso desharmonico e feio.

Os seus clamores não attingem unicamente o theatro.

“O imperador, continúa, tem o seu jardinzinho, onde se distrae algumas vezes plantando flôres; se, peio que vi, tenho de julgar da assiduidade, ella é muito escassa. A princeza imperial não tem um jardim seu, e nem a princeza d. Francisca, existindo naquelle paço um só jardim muito pequeno, mal collocado e muito pobre. A administração não devia ter sido tão negligente a este respeito; não ha um palacio, dos imperiaes, que tenha um jardim!”

Não tendo jardim para lidar com as flôres, as princezas divertiam-se na cozinha. D. Januaria e d. Francisca, pelo que nos informa Raffard, eram perdidas pelos bons petiscos por ellas mesmas cozinhados. Um tal Cesario matutinamente lhes trazia um pedaço de carne fresca, escolhida, um lombo especial para que “brincassem” de cozinheiras. Um dia, o imperador menino, estranhando que ellas, na mesa, á hora das refeições,

não tivessem appetite, poz-se de espreita e descobriu a maroteira. Dahi por deante exigiu a sua parte nos quitutes.

Pedro I, com aquella franqueza de mal educado, costumava affirmar que o seu filho havia de ser um homem de saber e não um ignorantão como elle e como o seu irmão Miguel.

De facto, desde os primeiros tempos, Pedro II se mostrou uma creança estudiosa. Aos sete annos de idade produz desenhos razoaveis e, um delles, o da ilha das Cobras, vista do paço da cidade.

Antes de completar seis annos de vida, começou a estudar primeiras letras; no dia 3 de novembro de 1831 dá a sua primeira lição de geographia. Em 1837, conforme a informação do marquez de Itanhaem, começa a estudar latim, faz correntemente as operações arithmeticas de inteiros, fracções e complexos; lê, fala e escreve razoavelmente o francez e tem uma quêda accentuada pelos estudos de historia.

Antes disso, em 1835, aos dez annos incompletos, conhece já os rudimentos de inglez; está familiarizado com o globo terrestre; diz de cór as capitaes e os accidentes physicos mais importantes; não vae mal na dança; lê musica com perfeição, "cambiando muito bem as mãos no piano", e está adeantadissimo no desenho. Naquelle mesmo anno começa os exercicios de equitação.

No anno seguinte, pelas informações de Boiret, o menino imperador já decora trechos escolhidos do francez, sabe a carta da America e da Europa e vae passar

á da Asia e, pelo testemunho de Mazzoti, seu professor de musica, "já tira as lições por si".

Mais tarde estuda esgrima com o coronel Luiz Alves de Lima, que foi o duque de Caxias.

Poucas creanças tiveram, nos estudos, a applicação de Pedro II. Mal deixava os poucos divertimentos no parque da quinta, agarrava-se aos livros. Muitas vezes, alta noite, conta Joaquim Pinto Campos, o piedoso frei Pedro de Santa Marianna, ia ao quarto da imperial creança pedir-lhe que fechasse os livros e fosse para a cama, dormir. E em algumas occasiões, voltando meia hora depois encontrava o menino, de novo com o quarto illuminado, de novo sobre os livros.

Ou porque não lhe dessem brinquedos ou porque não tivesse gosto para brincar, o maior divertimento de d. Pedro, na meninice, eram os estudos.

Foi sempre uma creança docil, pacata, extremosa e de costumes exemplares. Aquellas virtudes de bondade que foram as suas virtudes maiores de monarcha, revelou-as desde pequenino. Ainda de calças curtas, na sua extrema infancia, quando saia a passeio, fazia questão que lhe dessem muito dinheiro em moedas de prata. Ao voltar trazia sempre os bolsinhos vasios. O dinheiro distribuia-o todo aos soldados e aos pobres, pelas ruas.

Nunca lhe sobrava um vintem da mesada de doze mil réis que recebia, em creança, do Thesouro da Casa Imperial.

Pedro I tinha razão. O seu filho não se pareceu nem com o pae, nem com o tio D. Miguel.

A princeza tabajara

Mais cedo que nos outros dias de sacrificios de prisioneiros as trompas e os tambores de festa tocavam naquella manhã na aldeia dos tabajaras.

Arcoverde tinha pressa em liquidar aquillo. Na vespera a sua filha, a formosa princeza que veiu depois a chamar-se Maria do Espírito Santo, atirára-se-lhe ao pescoço, pedindo-lhe que poupasse a vida a Jeronymo de Albuquerque que, lá no terreiro da taba, amarrado entre dois mourões, esperava a morte.

O velho cacique dos tabajaras tinha o rosto sulcado de desgostos. Nunca lhe passára pela cabeça que a sua filha, o sangue do seu sangue, de um momento para o outro, ficasse assim ferida de amor por aquelle branco, a quem elle e toda a tribu do seu mando juraram um odio implacavel. Nunca!

A historia daquelle amor da filha de Arcoverde era a historia dos primeiros dias da terra pernambucana. Occupando a orla de mar que ia das collinas de Marim para o norte, os tabajaras viram um dia, inesperadamente, velas brancas, mastros e gente desconhecida á

beira da praia. Era a expedição de Duarte Coelho que chegava para conquistar a terra. E foi conquistando-a ostensivamente, a espalhar-se pela collina acima, pelos valles, por toda a parte, num ruido de armas, cavallos, mulheres e bagagens. A alma gentia sentiu-se subitamente abalada. Aquella gente entrava como se aquelles dominios tivessem sido sempre seus. Aldeias que existiam nos arredores foram desalojadas, indios que viviam nas vizinhanças fugiram, afastados pelo rumor da invasão. Arcoverde convocou na sua taba uma assembléa de guerreiros. Era necessario repellir aquelles intrusos que, de um dia para o outro, se apoderavam da terra nativa, terra sagrada em que seus paes nasceram e em que elle tinha visto nascer os filhos, terra que sempre fôra dos seus e d'elle na plenitude de sua grandeza e na belleza maravilhosa de sua fartura. Accendeu-se a guèrra. E, durante os dias ferozes de cerco em que levára a sua gente a combater os brancos, o branco mais ousado e mais valente era justamente aquelle que os companheiros chamavam Jeronymo. O seu cuidado maior, durante a guerra, foi feril-o ou matal-o. E, depois de muitos dias, conseguiu finalmente varar-lhe um olho com uma flexada e prendel-o. Um inimigo daquella ordem trazia-se á aldeia para se lhe dar a morte cerimoniosa dos ritos indigenas. Trouxe-o. E, como se tratasse de um dos principaes dos brancos, quiz dar-lhe as honras que lhe cabiam nos preparativos da morte. Escolheu entre as raparigas da taba a sua propria filha, a linda Espirito Santo; entregando, aos seus cuidados de virgem, o guerreiro inimigo que em

breve, aos olhos de toda a tribu, seria festivamente morto.

Nunca lhe passára pelo pensamento que aquillo teria de acabar daquela maneira. A moça, naquelles poucos dias que estivera ao lado de Jeronymo, apaixonára-se por elle e, na vespera, entrára-lhe na óca, atirára-se-lhe ao pescoço, pedindo, banhada em lagrimas, que poupasse a vida do guerreiro portuguez.

Era preciso acabar com aquillo immediatamente. Tinha receio que a filha voltasse a fazer-lhe o pedido da vespera, apezar da dureza com que a puzera para longe de seus braços.

E elle mesmo, levando a trompa aos labios, soprou-a chamando a taba inteira ao terreiro do sacrificio. De toda parte surgiram mulheres cantando e dançando aos rufos de tambores.

Jeronymo de Albuquerque, amarrado entre os mourões, o pescoço preso em cordas, esperava de cabeça baixa, tranquillo. O terreiro encheu-se de uma multidão ruidosa. As mulheres correram a cantar e dansar em roda do prisioneiro, celebrando o valor da tribu, a firmeza do braço de Arcoverde que, com uma flexada, lhe varára o olho, prendendo-o, para trazel-o á pompa daquela festa sinistra. Velhas andam-lhe em torno injuriando-o com esgares e palavras.

Lá adeante ardem os tições da fogueira em que o prisioneiro vae ser assado para ser comido por toda aquella multidão.

Arcoverde leva de novo a busina á boca e sopra. Um bando de raparigas e moços parte em rumo la

óca fronteira e volta depois aos saltos, cantando, num alarido confuso. Tinham ido buscar o sacrificador da victima. E eis-o que apparece, rutilante de côres, todo em galas, capacete de pennas palpitando, a tangapema pesada na mão direita, olhos fitos no prisioneiro que vae sacrificar. Já tudo está feito. Os braços do fidalgo portuguez foram amarrados de tal fórma que elle se não possa defender dos golpes da tangapema do sacrificador.

Vae começar a cerimonia da morte. As mulheres mais edosas, os guerreiros mais brilhantes, acabaram de celebrar os feitos marciaes da tribu. O executor apanha de novo a arma, empunhando-a arrogantemente. Arcoverde entrega outra tangapema a Jeronymo de Albuquerque.

De subito um silencio pesado em tudo. Parece que, naquelle instante, ninguem respira.

— Defende-te que eu vou matar-te! grita o sacrificador, avançando.

E ergue a maça. E, vae descarregal-a sobre a cabeça do portuguez, quando um grito retine no meio da turba. A tangapema fica no ar, suspensa, segura pelo pulso estatico do lutador selvagem.

Todos volvem os olhos para trás, surpresos. E a filha de Arcoverde, a formosa Espirito Santo, a mais tentadora princeza tabajara, surge dentre o povo, desgrenhada, vibrante, olhos em fogo, braços palpitando num gesto de supplica.

— Parem! parem! parem!

E agora toda voltada para o pae, banhada em lagrimas, insiste:

— Poupe-lhe a morte, poupe-lhe!

Arcoverde fixa-lhe os olhos por instantes e, como que temendo a sua propria fraqueza, volta-lhe as costas e vae soprar de novo a trompa para que o sacrificio continúe, quando ella, a princesa, num salto, lhe arranca a busina da boca.

A aldeia inteira estremece. Ficam todos estarecidos deante daquella filha que assim, deante da tribu, desrespeita o pae; ficam todos transidos de susto deante daquella moça que, aos olhos da taba, affronta os odios do mais glorioso e do mais respeitavel guerreiro tabajara.

O velho Arcoverde defronta-a. Sentè-se que toda a sua revolta vae desabar tremendamente. Uns sons cavos saem-lhe do peito.

A rapariga compreende tudo. E, arrebatando uma flexa das mãos de um guerreiro ao lado, quebra-a nos joelhos e, com o pedaço da lança apontado ao peito, exclama desvairada:

— Se lhe não poupare a vida eu morrerei tambem.

Uma nuvem passa pelos olhos de Arcoverde. Seus braços ficam como que tolhidos, pesados, bambos, sem a energia de um gesto. De olhos zonzos fixa os olhos da filha. Ella alli está estatica, de lança apontada ao peito, á espera do momento para enterrar-a. Um segundo é bastante para que ella deixe de existir.

E uma onde de sangue sóbe ao rosto do velho che-

fe. A um gesto seu o executor atira ao chão a tangapema cruel.

Não ha um movimento, não ha uma palavra naquella multidão surpresa. Parece até que a natureza em roda, o ar, a vida, tudo, tudo silenciou.

Arcoverde caminha até á filha, toma-a pela mão, segue até junto de Jeronymo de Albuquerque, desamarra-o das cordas e fala:

— Queres poupar-o?

— Quero! responde a moça.

— Por que?

— Porque o amo.

O patriarcha tabajara impelle o fidalgo portuguez, já livre, aos braços da virgem selvagem:

— E' teu.

Na guerra da secessão

A' primeira vista deve parecer estranho e absolutamente inverosimil dizer-se que, um dos combates da guerra da secessão, se travou em pleno Brasil.

Deve parecer estranho e deve parecer inverosimil porque, estando os Estados Unidos em situação geographica tão diversa da nossa, tão distantes de nós e nós tão indifferentes áquella immensa luta fratricida dos americanos, viesse o sangue correr tambem em nosso paiz numa explosão de odio que só interessava á patria de Washington.

No entanto é uma verdade.

Todo o mundo sabe o que foi a guerra de secessão, a maior conflagração intestina que já teve o continente da America, talvez a mais feroz e a mais estu-penda, a mais sangrenta guerra civil que já se tivesse desenrolado no mundo.

Ao dar-se, em 1860, a eleição de Lincoln, estavam os Estados Unidos fervendo nos rancores de dois partidos irreconciliaveis. O norte queria a abolição dos escravos, o sul era, a ferro e fogo, esclavagista. Ao come-

çar a propaganda para a substituição de Buchanan na cadeira presidencial, tinham os odios attingido ao seu furor — o sul declarava que não admittia a victoria de candidato que trouxesse as idéas do norte. Mas o norte vence as eleições. Quem sobe ao governo é Lincoln, abertamente anti-esclavagista.

Explodem as dissensões. A Carolina do Sul e do Norte, o Mississipe, a Florida, o Alabama, a Georgia, a Louisiana, a Virginia, o Arkansas, o Texas, o Tennessee, emfim quasi todos os Estados meridionaes, separam-se da União, formam uma Confederação á parte e entregam a presidencia a Jefferson Davis.

Se Buchanan, o antecessor de Lincoln, achava que a Federação não podia coagir nenhum Estado que quizesse viver independente, Lincoln sustentava que a União era indissoluvel e que a nenhum Estado era licito retirar-se della por vontade propria.

E rebentou a guerra para trazer as regiões rebelladas aos laços federativos.

Foi aquella guera que todo o mundo conhece, encarniçada, deshumana, ferocissima, como são sempre os choques fratricidas.

E avultou na historia pelo tom de brutalidade e ferocidade, pela duração, pela torrente de sangue que derramou e pelo numero formidavel dos exercitos aguerridos que movimentou.

Ao começar a luta, o governo de Lincoln moveu a sua diplomacia para evitar que as nações da Europa concedessem favores aos confederados. Chegou a amea-

çar que consideraria *casus belli* o reconhecimento do governo de Jefferson.

A Inglaterra, que devia ter ainda atravessada á guélla a independencia norte-americana, a Inglaterra, que, em todos os conflictos do universo, procurou sempre tirar proveito para a sua politica commercial, em conluio com a França, acabou reconhecendo aos revolucionarios o direito de belligerantes. E apesar da Confederação ser inflammadamente esclavagista, apesar de ter sido fundada para conservar a escravidão, a Inglaterra com as suas candidas idéas liberaes, com o seu passado hostile ao regimen escravo, fingindo cordialidade com o governo de Lincoln, collocou-se disfarçadamente ao lado dos separatistas.

Quando os confederados quizeram encher os mares americanos daquella atrevida flotilha de navios corsarios, que tantos males fizeram ao commercio da época, foi nos estaleiros inglezes que construíram os seus barcos. O gabinete de Washington reclamava, protestava, ameaçava, mas a Inglaterra, velha raposa politica na politica universal, encontrava sempre meios de desculpar-se. Veiu dahi aquella celebre questão do *Alabama*, o mais terrivel dos barcos corsarios que teve a guerra da secessão, questão pela qual o governo inglez, depois de muito torcer e depois de muito humilhar-se, acabou pagando aos americanos a linda somma de quinze milhões e meio de dollars.

Um dos navios construídos pelos confederados nos estaleiros da Inglaterra foi o *Floriãa*, talvez o mais terrivel e o mais façanhudo depois do *Alabama*.

Ora, aconteceu que, em 1864, em pleno periodo da guerra americana, o *Florida*, numa das suas excursões bellicosas, voltando de Santa Cruz de Tenerife, entrou a 5 de outubro, no porto da Bahia, para prover-se de agua e carvão. Estava ancorado no porto o *Wassuchetts*, da esquadra legal americana.

O encontro surpreendeu aos dois. Mas, dentro das aguas de um paiz de rigorosa neutralidade, a dois passos de terra, deante de uma grande cidade governada e policiada, não era possível imaginar-se choque algum, conflicto algum.

Mas, na guerra da secessão os odios tinham um timbre que as creaturas não conseguiam sopitar em situação nenhuma. Basta lembrar um traço rapido do furor daquelles rancores: na Louisiana, senhoras de alto tom tiveram o requinte de tecer juntas a corda com que se pretendia enforcar o general Butler, commandante de tropas legalistas.

Ao entrar o *Florida*, o *Wassuchetts*, que estava de fogos apagados, accendeu as fornalhas.

Toda a gente imaginou que o navio ia fugir e fugir a todo o panno e a todo o vapor para evitar uma luta nas aguas neutras do mar alto. A propria equipagem do *Florida* assim pensou. Tanto que, tres dias depois, na noite de 8, o commandante e a officialidade vieram para terra tranquillamente.

E foi naquella noite que se deu a surpresa. As tres horas da madrugada, quando a bahia de S. Salvador dormia pesadamente, o *Wassuchetts* aproximou-se, de chofre, do *Florida*. Quando, no navio confederado,

as sentinellas bradaram, era tarde. Já o navio do governo legal americano completava a abordagem. Trouvou-se o combate, brutal, desvairado, a ferro frio, a revólver.

No *Florida* houve o panico desnorteante. O official de quarto, os marinheiros do primeiro choque, pereceram no primeiro ataque. Outros, aterrados, atiraram-se ás ondas.

Tudo aquillo se passou num instante, num abrir e fechar d'olhos. O *Wassuchetts* rebocou o *Florida*, e saiu com elle barra fóra.

Ao amanhecer estava a capital da Bahia agitada, surpreendida, melindrada por aquella offensa horrivel á neutralidade brasileira.

O povo quer uma satisfação immediata e corre ao consulado americano. O consul não estava. Tinha ido, de vespera, para bordo do *Wassuchetts* e, como o navio, andava em alto mar. O ataque, a offensa, tinham tido a sua approvação.

A multidão desespera-se. Arranca e despedaça a taboleta do consulado.

Mas é necessaria uma medida repressora. Estão no porto os barcos nacionaes: a corveta *D. Januaria* e o vapor *Paraense*. Saem para o alto mar a ver se capturam o *Wassuchetts*. Era tarde. Elle já ia lorge, fóra das vistas.

O governo imperial exige todas as satisfações que cabiam no caso. O governo de Washington reconhece a justiça das nossas reclamações.

E, dois annos depois, em julho de 1866, depois da

guerra terminada, o *Nipsic*, vapor de guerra americano, entra no porto da Bahia para dar as mais amplas satisfações á soberania brasileira.

A cerimonia é simples. No tópe do mastro grande, o *Nipsic* desfralda o pavilhão auri-verde e sauda-o com vinte e um tiros de canhão. A corveta *D. Januaria*, com outros vinte e um tiros, agradece as salvas.

O mesmo cerimonial repete-se dias depois aqui no Rio, deante de nossa esquadra.

É ahi está, como um dos combates da guerra da secessão, com a qual nada tivemos, se travou em pleno coração do Brasil.

D. Cosme

De toda aquella immensa cafila de bandidos que, na terra maranhense, chefiaram a chamada guerra da *Balaiada*, de certo foi aquelle negro d. Cosme Bento das Chagas a figura mais interessante, por ter sido a mais velhaca e, ao mesmo tempo, a mais vaidosa e a mais ridicula.

Das revoltas que ensanguentaram o grave periodo da Regencia, a *Balaiada* pode gabar-se de ter sido a mais estúpida. Foi uma floração ignobil de banditismo e nada mais.

Não houve um leve resquicio de ideal, nenhum outro motivo senão a volupia do assassinato e do saque, a ostentação da força e da ferocidade.

Uma verdadeira epidemia de facinoras. E, a não ser d. Cosme, que se destaca pela extravagancia caricatural de sua vaidade, todos elles são de uma hediondez revoltante, que assombra, mas não interessa.

O primeiro, o que inicia a revolução, é Raymundo Gomes. E' um negro analphabeto, covarde, voz timida,

olhar desconfiado, sempre prompto a fugir quando as coisas lhe vão ficando pretas.

Até a razão da sua rebeldia é grosseira. Um dia, na villa da Manga, prendem-lhe o irmão João Gonçalves, que assassinou um homem. Corre ao juiz de paz para que permitta a escapula do preso, e o juiz não o attende. No dia seguinte, com sete companheiros, vem arrombar a cadeia, solta o irmão e todos os presos. Dahi por deante ninguem mais lhe pode com a vida. É o bandoleiro terrivel, seguido de milhares de scelerados, saqueando fazendas, ora batido pelas forças do governo e fugindo, ora vencendo-as de surpresa, em emboscadas infames. Consegue alliar á covardia a tenacidade. E' um dos primeiros a fugir, abandonando os companheiros quando percebe a victoria dos inimigos, mas volta depois com bandos maiores e insiste até o final da guerra, durante tres annos, na mesma teimosia do começo.

Sente-se que, apesar de facinora, apesar de chefe de bandoleiros, não nasceu com envergadura para o mando. Elle, que iniciou a revolução, que lhe deu a primeira directriz, é completamente offuscado por Manoel Francisco dos Anjos Ferreira, o *Balaio*, que é quem dá o nome á guerra.

O *Balaio* talvez seja a figura mais terrivel da revolta. O seu primeiro passo revolucionario é de uma grandeza impressionante, que o teria dignificado se não fossem as infamias posteriores. Um dos officiaes da tropa legal que seguia para atacar Raymundo Gomes na Chapadinha, uma noite, na villa do Itapecuru-mirim,

desvirgina-lhe duas filhas. Pede justiça, não lh'a dão. Explode como um desvairado, incitando a revolta, atrahindo a gente e, quando se vê cercado de um punhado de homens, corre a Raymundo Gomes, engrossando-lhe as fileiras. Não é, porém, o typo fulgurante da lenda heroica que pretende parecer, é um miseravel dos mais miseraveis, matando pelo gosto de matar, furtando, roubando, saqueando com uma voracidade excepcional. Os proprios companheiros odeiam-n'o, elles proprios lhe temem os impetos de vingança. Começando como sargento de Raymundo Gomes, logo que verifica o terror que principia a infundir, nega obediencia ao chefe e dirige a guerra.

Um unico facinora se approxima de tamanha hediondez. E' o Ruivo. E' innatamente máo, organicamente bandido. Tem o garbo dos crimes: quando acaba de matar não lava as mãos, nem muda a roupa. Quer que todo o mundo saiba que elle matou, que lhe vejam e admirem as roupas e as mãos tintas do sangue das victimas. No fim da tarde, o seu prazer maior é contar nos dedos o numero das creaturas que assassinou durante o dia.

Os outros chefes são mais ou menos horrendos, mais ou menos ignobeis, mas todos grosseiros, sem uma nota interessante que os arranque da vulgaridade do banditismo: o Milone, o Mulungueta, o Pio, o Pedrosa, o Tempestade, o Coque — o mais cordato de todos, o Gavião e o velho indio Matroá, amigo de Raymundo Gomes, com cento e tantos annos, curvado pela velhice, mas alardeando façanhas aterradoras.

O unico capaz de impressionar um chronista de curiosidades pelos traços palpaveis de originalidade é d. Cosme Bento das Chagas, que morreu depois, na forca, ao terminar a guerra.

Esse d. Cosme é realmente uma figura de relevo comico. Antes de ser chefe de bando foi feiticeiro, com grande prestigio nas senzalas da escravatura.

Um dia, não sei se no exercicio da feitiçaria ou em alguma turra, matou um homem. Foi preso, levado para a cadeia da capital maranhense e condemnado á morte. A expectativa da forca fel-o cuidar seriamente da vida. Fugiu. Atravessou a ilha de São Luiz, mergulhou nas mattas do littoral da provincia e parou na vasta zona de areiaes e floresta que fica entre a barra de Tutoya e a fóz do Preá.

De feiticeiro e assassino transformou-se em quilombóla.

Agil, intelligente, com qualidades maravilhosas de seduzir, foi chamando para as vizinhanças da sua parchoça todos os negros das fazendas proximas. Em pouco tempo o seu quilombo era o mais afamado do Maranhão.

D. Cosme comprehendeu que, na vida, a ostentação vale tudo. Addicionou ao seu nome aquelle DOM pretencioso e, de negro Cosme que era, passou a chamar-se d. Cosme Bento das Chagas.

As exterioridades brilhantes nunca deixaram de impressionar. O quilombo cresceu. Os seus haveres de bandido cresceram com o quilombo. As fazendas em

redor soffriam horrivelmente com os assaltos e os saques.

D. Cosme passou a ter vida regalada e gostosa. Vivia como um rei, cercado por uma côrte numerosa, ladeado de negros possantes, que elle chamava *ministros* e servido por negras á guisa de aias.

Um dia, saqueando uma casa commercial, prendeu um rapazinho portuguez, caixeiro, que mais ou menos sabia ler e escrever. Exultou. Fez do portuguez seu secretario e, por uma excentricidade que scandaliza, instituiu um curso de primeiras letras, transformando o secretario em mestre-escola.

Ao rebentar a revolução da *Balaiada*, d. Cosme não se mexeu de onde estava, mas achou que era occasião de ostentar titulos maiores. E proclamou-se Tutor, Defensor e Imperador das liberdades *Bentivis*. *Bentivis* era a denominação que, na provincia, se dava ao partido liberal do qual os *balaios* se diziam alliados.

Mais tarde achou que, para um homem da sua importancia, do seu prestigio, chefe de mais de tres mil negros (o quilombo havia attingido áquelle numero) era muito pouco ser tutor, defensor e imperador apenas das liberdades de um partido. E passou a chamar-se d. Cosme Bento das Chagas, Tutor, Defensor e Imperador de todo o Brasil.

Devia ter sido, no fundo, um psychologo esse negro Cosme. Teve sempre a preocupação de ostentar, como se soubesse a força que a ostentação tem sobre os espiritos ignorantes.

Certa vez saqueou uma igreja. Na sacristia encon-

trou um andor e paramentos de padres. Mandou transportal-os para a casa e, dali por diante, não mais se apresentou aos olhos do seu arraial a não ser encurtado no andor e vestido com os paramentos religiosos.

Das figuras da *Balaiada* nenhuma foi mais astuciosa. Nunca se metteu declaradamente na revolução. Ajudava-a, mas com mão de gato.

Quando Raymundo Gomes, batido pelas forças leaes, fugiu, indo acoitar-se no seu quilombo, d. Cosme o recebeu, mas como se recebe a um vassallo. Pol-o debaixo de uma vigilancia rigorosa e, como o sabia habil na fabricação da polvora, aproveitou-lhe os serviços, como um senhor aproveita os serviços de um escravo. Por fim condemnou-o á morte, e só o não levou á forca, porque o condemnado conseguiu fugir.

Póde-se mesmo dizer que, com a guerra, d. Cosme só teve lucros, sem arriscar a pelle. As tropas *balaias*, ao soffrer destroços, corriam a acoitar-se no seu quilombo, pagando os impostos pesados que elle impunha.

O patife do negro tinha a habilidade de arrancar por todos os meios e modos os dinheiros dos seus subditos. Um dos mais decentes e dos mais comicos foi o que elle inventou, com a magnificencia de um monarcha, creando titulos para os seus governados.

Um dia notava que um preto qualquer do seu arraial gostaria de ter umas fumaças nobiliarchicas. Não vacillava. No dia seguinte nomeava-o barão, ou conde, ou marquez.

E nos papeis que, no fim da guerra, foram encon-

trados nos bolsos dos seus homens, ha coisas como estas, escriptas pelo portuguezinho e assignadas em cruz pelo negro: "Sae hoje na ordem do dia a nomeação de barão a d. Joaquim Cabinda, que foi de Ricardo Naiva, que pagará 100\$, sendo 50\$ á vista e os outros 50\$ fiados por um anno, ao qual se fará as honras da minha imperial casa e quem não fizer ficará desgraçado".

O intuito era arrancar os "cobres" dos vaidosos.

Uma das maiores façanhas do Cosme é o ataque á fazenda *Tocanguira* de Ricardo Naiva. O fazendeiro, temendo a vizinhança do quilombóla, denunciou-o ao presidente da provincia, Luiz Alves de Lima, mais tarde duque de Caxias. O presidente responde á carta do fazendeiro, agradecendo-lhe a denuncia. O portador é apanhado pela gente de Cosme e a carta é lida. A *Tocanguira* immediatamente soffre o assalto dos negros: Naiva é assassinado e a sua familia presa num paiol.

Só no fim da guerra o governo pôde pôr as mãos no caricato Tutor, Defensor e Imperador de todo o Brasil, levando-o á forca.

Talvez não tivesse sido menos bandido que os outros da *Balaiaáa*, mas, pelo menos, teve um traço de intelligencia e um grande traço de originalidade comica.

O Paraguay de antes da guerra

O livro mais divertido que, nestes ultimos tempos, me tem passado pelos olhos, é o de d. Ildefonso Antonio Bermejo, intitulado *Episodios de la vida privada, politica y social en la Republica del Paraguay*, publicada em 1873.

São aspectos interessantes da vida paraguaya no tempo de d. Carlos Antonio Lopes, pae do dictador que nos fez guerra, escriptos despretenciosamente, sem nenhuma intenção de armar o riso, mas com uma veia comica irresistivel.

D. Ildefonso Bermejo, emigrado politico da Hespanha, estava em Paris quando conheceu Francisco Solano Lopes, naquelle tempo apenas general do exercito paraguayo, que comprava na Europa armamentos para a guerra que depois sustentou contra o Brasil. Fizeram camaradagem estreita. A convite de Solano, Bermejo partiu para Assumpção, recommendado ao presidente da Republica como uma creatura que muitas luzes podia dar á boa marcha do governo. Viveu cinco annos no Paraguay, na maior intimidade com as figuras

preeminentes, ora como redactor do *Semanario*, a celebre folha official da dictadura dos Lopes, era como consultor ou conselheiro particular do presidente.

E' a historia desses cinco annos, dos homens que viveram ao seu lado, que o escriptor hespanhol conta pittorescamente no seu livro.

E' um volume que a gente deve ler e reler nas horas de máo humor. Embora conte barbaridades horribéis que caracterizam a phase dictatorial das republicas platinas, é, pela leveza e pela graça do estylo, um remedio excellente para as crises do figado.

Bermejo teve, no Paraguay, carinhos excepcionaes. Solano Lopes avisára anteriormente o pae da chegada do amigo e, quando pisou em Assumpção, já o emigrado hespanhol encontrou a casa da sua hospedagem preparada para recebê-lo.

Mas, a primeira noite na capital paraguaya, foi horrivel. Bermejo e a esposa não pregaram olhos um segundo. Era a casa um ninho assustador de morcegos.

A's cinco da manhã um soldado bate á porta. D. Carlos Lopes havia mandado chamar urgentemente o hospede.

Veste-se e parte ás carreiras para o palacio governamental. O commandante da guarda recebe-o amavelmente e, querendo desmanchar-se em gentilezas, enquanto se espera que o presidente comece a audiencia, depois de muito conversar, tira do bolso um cigarro, accende-o, chupa-o duas, três, cinco vezes e entrega-o, depois de bem acceso, ao escriptor.

A conferencia de Bermejo com o chefe supremo

do Paraguay é de um ridiculo encantador. D. Carlos recebe-o em ceroulas, na sala das audiencias, deitado numa rêde. Depois de uns dedos de prosa amistosa o ditador pergunta-lhe com um interesse amigo:

— Que tal passou a noite?

— Bem, respondeu. Se não fossem os morcegos que não me deixaram dormir...

— E ha morcegos na sua casa?

— Uma infinidade.

O presidente amarrou subitamente a cara, tocou uma campainha e, ao apparecer o commandante da guarda, gritou:

— Diga ao ministro da Fazenda que venha immediatamente aqui.

O ministro entra aterrado. D. Carlos, ao vel-o, rompe:

— Vocês não me servem senão de estorvo! São todos uns imbecis! E você é um animal! Acabo de saber que, uma das melhores casas do Estado, é um ninho de morcegos. Procure outra casa para este senhor e mande limpar o telhado daquella em que elle mora.

E, como o titular ficasse um momento aturdido, na difficuldade de gaguejar uma desculpa, o chefe paraguayo destabocou de novo:

— Que está você ahi a olhar-me? Cumpra o que lhe estou mandando, antes que eu lhe arrebeste a cabeça com esta campainha.

Momentos depois Bermejo despede-se. Ao chegar em casa tem, diante dos olhos, uma scena surpreendente: lá está no telhado, trepado, o ministro em pessoa, que

cata e destróe, por entre as telhas, os ninhos dos morcegos.

A' primeira vista parece que tudo isto é pilheria do autor dos *Episodios*. Um ministro a caçar morcegos num telhado! Mas, basta considerar que, os despoístas e tyrannos, sempre se cercaram de figuras que não eram mais que titeres.

A redacção do *Semanario* deu a Bermejo sensaborias tremendas. Um dia d. Carlos Lopes manda chamal-o. Quer que elle defenda pela folha official a execução de um preso que o governo tinha feito naquella manhã. Ali está o processo; elle que o leia e re-dija a defesa da presidencia.

O jornalista leva os papeis para casa e, ao passar-lhe os olhos, cae-lhe a alma aos pés. O executado tinha sido d. Cipriano Salcedo, um modesto fazendeiro de Itapoá. O crime era de uma insignificancia sem-nome. D. Cipriano possuia um excellente cavallo corredor que, em aposta com outro cavallo do vizinho, ganhou uma corrida ruidosa. O fazendeiro entendeu de festejar a victoria com uma formidavel carraspana. A' noite, no meio da praça da villa, poz-se a gritar: "*Viva mi "Ma-la-cara"* (o nome do cavallo), *el caballo mas corredor del Paraguay!*" O guarda prendeu-o. Pela manhã, curado da bebedeira, o fazendeiro pediu que o soltassem. O guarda recusou. "—A culpa não é tua, disse d. Cipriano, a culpa é desse diabo que nomeia autoridades imbecis."

O "diabo" a quem elle se referia era claramente o chefe da Republica. Era um homem morto. E foi.

Processo, testemunhas, o diabo, e o proprietario do cavallo mais corredor do Paraguay acabou na boca dos bacamartes dos executores da nação.

Quem conhece as figuras caudilhescas de Rivera, Rosas, Quiroga, Oribe, vultos estranhos daquella estranha quadra da vida platina, não póde duvidar que, no tempo dos Lopes, alguém morresse por appellidar de diabo o presidente da Republica.

Uma das paginas mais curiosas do livro de d. Ildefonso Antonio Bermejo é a narrativa de uma eleição no Paraguay.

No tempo de d. Carlos a Republica paraguaya dava-se ao luxo de ter um poder legislativo. O Congresso tinha uma unica funcção, a de reunir-se de dez em dez annos para eleger o presidente da Republica, ou melhor, para reeleger d. Carlos Lopes. Logo após isso dissolvia-se, por não ter mais nenhum papel.

Ao approximar-se o fim do seu decennio, o presidente remettia circulares ao juiz de paz de cada localidade, annunciando que se elegessem tres representantes em cada districto.

O que se passava pelo interior do Estado é de uma singularidade de opereta. Esperava-se um dia de festa religiosa em que o povo se reunisse na igreja. Após a missa, o juiz de paz falava á multidão:

— S. ex., o sr. presidente da Republica, d. Carlos Antonio Lopes, convoca seus deputados para que se dirijam á Assembléa que ha de abrir-se em tal mez e tal dia. Devendo proceder-se á eleição de representantes, e, sendo tres os cidadãos que hão de sair por este dis-

tricto, creio que devem ir para tão difficil cargo o juiz de paz, que tem a honra de dirigir-vos a palavra, o chefe dos urbanos desta localidade e o mordomo da egreja.

— Bravos! Bravos! gritava o povo.

E estava feita a eleição.

Bermejo descreve encantadoramente o dia do grande pleito. D. Carlos Lopes recebe os seus ministros, pela manhã, no palacio do governo. Entram todos elles vestidos de gala e mais o chefe de policia, o commmandante da escolta, o escrivão do governo e o collecter. Depois dos cumprimentos enfileiram-se á esquerda, silenciosos, á espera que o chefe supremo lhes fale. S. ex. dirige-se ao chefe de policia:

— Que ha de novo?

— O mestre-escola de Ibitimi, fala a autoridade, recebe jornaes estrangeiros e, não só os lê, como os empresta aos vizinhos dizendo: “Isto é que são governos e não o nosso!”

— Tem bens o mestre-escola? pergunta o presidente.

— Tres pesos mensaes que lhe dá o Estado e mais o que agencia com a colheita do tabaco.

— Mande castigal-o com cincoenta açoites.

Depois de varias queixas desta ordem, enunciadas por quasi todos os altos funcionarios, o presidente dirige-se ao ministro da Fazenda.

— Cumpriu todas as ordens que lhe dei?

— Hontem á tarde comprei os foguetes que indicou v. ex. para soltar-se esta noite em regosijo pela sua

reeleição, mas fomos experimental-os no pateo do quartel e nenhum delles arde.

— E por que está você com essa cara tão compungida e chorosa? Devolva-os e compre outros.

— Mas, senhor, não ha na Republica quem tenha mais foguetes.

D. Carlos bateu violentamente com o bastão sobre a mesa:

— Esta noite quero que se soltem foguetes na praça do governo, e não digo mais palavra.

Fala em seguida o ministro do Exterior:

— O consul dos Estados Unidos escreveu-me uma carta, pedindo-me permissão para assistir á sessão do Congresso.

O dictador toma a carta das mãos do ministro e vendo-a aberta, estrilla:

— E por que se atreveu a abril-a e a ler o que ella dizia?

— Como era um assumpto confidencial, acreditei...

— O que você é, é um animal! Não tem autorização para abrir correspondencia nenhuma de agente estrangeiro. Que respondeu ao consul dos Estados Unidos?

— Que vinha primeiro consultar v. ex.

— Outra animalidade! Desta maneira se dirá que os ministros do Paraguay não têm dignidade para dar um passo sem consultar o presidente. Vocês só servem para a minha vergonha. Estou rodeado de imbecis!

E todos os ministros a um tempo só, baixando reverentemente a cabeça: “— Sim, senhor!”

Minutos depois, ao mesmo titular das Relações Exteriores, d. Carlos indaga se se recorda das ordens que lhe dera, de vespera, para as solennidades daquelle dia da reeleição.

Em hespanhol o dialogo tem um sabor mais vivo.

— Si, señor, respondió el ministro; y las tengo apuntadas.

E tirando do bolso um papel, poz-se a ler:

“A la salida de la iglesia, no bien se divise al señor presidente, se izará la bandera, sonarán las trompetas y se hará una salva de veintiun cañonazos, y durante el tránsito desde la catedral al Congreso se darán vivas a s. ex.”

— Y se dispararán cohetes! (foguetes) anadió d. Carlos.

— No los hay todavia, exmo: señor, contestó Sanchez (o ministro) casi llorando.

— Pues le fusilaré a vd. mañana!

— Yo no sóy el responsable, exmo. señor. El encargado es el ministro de hacienda.

— Pues fusilaré á los dos.”

A descripção que Bermejo faz da praça do Congresso, no dia da eleição, é admiravel.

A porta do edificio onde se vae reunir o poder legislativo está fechada. Os deputados, em numero de duzentos, esperam que a porta se abra. Uns, sentados na calçada, conversam comendo pão e laranjas, outros tiram os sapatos para refrescar os pés não acostumados áquelles luxos. Ha indumentarias as mais extravagantes do mundo.

Afinal começam os trabalhos do Congresso. O pre-

sidente entra acompanhado dos altos funcionarios. Todos se levantam. O chefe supremo, depois de sentar-se, ordena que os deputados se sentem. E começa:

— Honrados representantes: a escolta de cavallaria que me acompanhou até aqui permanece á porta deste palacio; mas preciso dizer que ella não está ahí fóra para intimidar, nem para exercer coacção sobre a Assembléa, que é senhora absoluta da sua opinião. A escolta é um aparato que contribue para o decoro do primeiro magistrado da nação.

E depois de mais algumas palavras:

— Prohibo toda a classe de discursos acalorados, vivas e outros ruidos analogos que tiram á Assembléa a sua conveniente solennidade. E devo advertir-vos que o Congresso não está constituido. E' necessario nomear-se uma commissão composta de um presidente, de um vice-presidente, de um secretario e dois vogaes.

As palavras de d. Carlos não foram bem entendidas. Os deputados imaginaram que elle estivesse ordenando que se fizesse a eleição para a presidencia da Republica. E um deputado ergueu-se pressurosamente:

— Companheiros: já conheceis os grandes serviços do inclito cidadão d. Carlos Antonio Lopes. Estou no coração de todos proclamando-o novamente presidente da Republica.

D. Carlos fez retinir a campainha e, voltando-se para o orador, diz com toda a calma:

— O honrado representante que fala é um pedaço de animal; não me entendeu.

E explica novamente. De novo o não comprehendem. Outro deputado, com ares intelligentes, salta:

— V. ex. o que quer é um vice-presidente; pois quem melhor que seu magnifico filho, d. Francisco Solano Lopes, capitão general dos exercitos?...

E não pôde concluir. D. Carlos atalhou-o com o badalar da campainha e com um berro:

— Você ainda é mais burro que o seu compa-
nheiro!

E voltando-se para o bispo, que era tambem deputado:

— Que faz você ahi, que não guia os seus compa-
nheiros?

O bispo toma a palavra, explicando tudo. E termina propondo que o presidente do Congresso seja o proprio presidente da Republica.

Naquelle momento, antes da eleição, a Assembléa terá que examinar o expediente, a mensagem e os actos da presidencia durante o decennio que termina. Apesar disso é o proprio presidente quem irá presidir a esse exame.

— São dois poderes incompatíveis, explica d. Carlos Lopes a Bermejo, porém é costume da Republica, e o costume tem força de lei.

Após o exame dos actos presidenciaes vae-se fazer a eleição, ou melhor, a reeleição.

O presidente, sentando-se na sua cadeira, pergunta se o Congresso está de accôrdo com as medidas tomadas no decennio.

— *Iponaité!* gritam todos.

D. Carlos zânga-se:

— Quando vocês deixarão o costume selvagem de

falar guarany em actos tão solennes?! Diz-se: *Sim, senhor!*"

Vae começar a eleição. O dictador fala:

— Honrados representantes: ides exercer agora o acto mais grave desta sessão. Peço-vos juizo e patriotismo. Tirae os olhos de mim, deixae-me descansar, que a vossa pertinacia em eleger-me me tem estragado a saude. Escolhei na Republica um cidadão benemerito para terminar a obra que comecei.

Pede a palavra o padre Roman, párocho de Encarnação. Faz uma arenga comprida. O Paraguay só é feliz governado por d. Carlos! O paiz é grande, é glorioso, porque d. Carlos o governa!

— E seremos nós que havemos de pôr em perigo a patria, buscando um desconhecido para governal-a? conclue.

— Não, grita o deputado Manuel Pena, de pé, entusiasmado.

Soam as campainhas. O presidente dirige-se ao deputado que aparteceu:

— Outra vez que tenha de usar da palavra, lembre-se que deve pedil-a.

— Pois peço a palavra.

— Póde usal-a o honrado representante.

— Não! repete o deputado, mil vezes não. E continuarei dizendo não, até que sôe a trombeta do juizo final.

— Cidadão Pena, ralha d. Carlos, menos entusiasmo e mais compostura.

Faz-se a eleição. D. Carlos Lopes é constringido a continuar na suprema magistratura do seu paiz,

— Submetto-me resignado ao novo sacrificio, diz.

Dissolve-se o Congresso. Todos se levantam. Ha confusão. O ministro da Fazenda, no pateo do palacio, súa a abrir, com um martello, uma barrica de garrafas de cerveja.

As ruas estão cheias de ruidos. São vivas em cima de vivas, á passagem do presidente reeleito.

— Viva o illustre cidadão d. Carlos Antonio Lopes!

— Viva seu filho mais velho, d. Francisco Solano Lopes!

— Viva d. Venancio Lopes, tambem seu filho!

— Viva o filho mais moço de s. ex., d. Benigno Lopes!

— Viva a presidenta, d. Juana Carrilló!

— Viva sua filha mais velha, d. Innocencia!

— Viva sua filha mais moça, d. Assuncion!

E, por ultimo, só por ultimo:

— Viva a Republica do Paraguay!

E' um livro adoravel, o de d. Ildefonso Bermejo. Ao lel-o, nós, os brasileiros, devemos erguer as mãos para o céo, em agradecimento a Deus por nunca nos ter dado um chefe de nação dos moldes de d. Carlos Lopes.

A instrucção colonial

O Brasil physico é o esforço do aventureiro portuguez que, á procura de riquezas auríferas, desbravou sertões, alargando fronteiras; mas o Brasil mental é obra exclusiva do jesuita.

Durante mais de tres seculos a instrucção publica do Brasil foi clamorosamente desprezada pelo governo portuguez.

A febre do ouro, do ouro que se não encontrava nunca, mas que, dia a dia, parecia estar mais perto, fez com que Portugal só visse na grande extensão do territorio brasileiro um immenso thesouro que era preciso desentranhar. E quando, nos fins do seculo XVII para o seculo XVIII, o thesouro fulgiu rutilantemente aos olhos deslumbrados da metropole, esta só pensou que tivesse uma missão a cumprir — conseguir o maior lucro, gozal-o o mais depressa possivel.

Durante toda aquella immensa phase, a da procura e a da exploração, não houve, em Portugal, uma cabeça a que acudisse a lembrança de que o Brasil tinha necessidade de instruir-se.

Por mais de tres seculos não tivemos uma escola creada pelo governo. O que havia era a iniciativa exclusiva dos padres de Loyola.

O papel dos formidaveis apóstolos daquelles primeiros dias da nossa historia é de uma grandeza que surpreende e commove.

Desde o estabelecimento de Thomé de Souza na Bahia, que a grande obra começa. Mal pisou em terra. Nobrega, com a sua pleiade de allucinados religiosos, inicia o trabalho. Fitando a vasta extensão das terras que se lhe desenrolam aos olhos, compréende a extensão da obra que ia iniciar. Não perde um instante.

No dia seguinte não era sómente o apóstolo da cruz, era o pioneiro da instrucção do Brasil. No adro das palhoças que serviam de egrejas, ao mesmo tempo que se recitam os hymnos religiosos, solettram-se as letras do alphabeto.

Ao chegar Anchieta o trabalho avulta. Tem-se a impressão de que a selva inteira do Brasil vive em derredor daquelles apóstolos. São milhares de creanças, milhares de velhos, milhares de guerreiros gentios, como que magnetizados ao ouvir os padres. Não ha livro para toda aquella gente, não ha mesmo livro nenhum. Na areia branca dos terreiros e das praias escrevem-se os exercicios das primeiras letras.

No espirito dos selvagens a luz penetra difficil-tosamente. E' necessario amenizar o choque, é necessario tornar as lições divertidas e pittorescas. Anchieta theatraliza-se. Transforma o interior dos templos em palcos e mascára o ensino com a pompa e o brilho dos movimentos scenicos.

Funda-se numa pobre choça o collegio de Piratinga. A obra é formidavel, é de resultados immediatos. Antes de apagar-se o seculo XVI já ha figuras de jesuitas educados no Brasil. Ha a dedicação admiravel de Gaspar Lourenço e a eloquencia tropical de Leonardo do Valle, feitas ali sob aquelle tecto.

O esforço jesuitico multiplica-se. Por toda a parte, onde ha um nucleo de habitantes, ha uma batina educando.

Portugal não se lembra do menor auxilio. Os padres vivem de esmolos, rôtos, famintos, fazendo prodigios para alimentar as creanças selvagens. A's vezes, para não morrer de fome, são obrigados a comer restos de jantares dos criados dos governadores geraes.

Mas a obra caminha. A tréva a que Portugal atira o Brasil é espessa e profunda. Só nas vizinhanças dos collegios dos jesuitas ha claridade.

Na primeira metade do seculo XVII já se pôde dizer que os padres de Jesus tinham formado a mentalidade brasileira. O padre Antonio Vieira, com aquelle estylo e aquella eloquencia, nada mais foi do que um fruto admiravel dos jesuitas. Vindo para o Brasil pequenino, só voltou a Lisboa quando era o grande Vieira. Tudo e tudo deveu ao collegio da Bahia.

Gregorio de Mattos, chronologicamente o nosso primeiro poeta, é outro fruto dos continuadores de Anchieta e Nobrega.

Quando, no seculo XVII, se deu a conquista holandezza em Pernambuco, o espirito brasileiro estava formado, com a visão exacta do sentimento da patria.

Obra do jesuita, resultado da educação dos collegios religiosos.

Portugal não se satisfazia em desprezar a instrução da mais rica de suas colonias. Perseguia-a, tolhia-a. E essa perseguição foi maior quando a côrte de Lisboa, no grande periodo aurifero, verificou que o Brasil era um thesouro faustuosissimo. As cartas regias do governo são tremendas; impedem a circulação dos livros, prohibem a creação de typographias. Em 1747 funda-se no Rio um estabelecimento typographico, que publica dois ou tres opusculos. Immediatamente Lisboa envia o *ultimatum*. A typographia é sequestrada e remettida para o reino.

O primeiro movimento de Portugal em prol da instrução dos brasileiros vem quasi dois seculos depois do descobrimento, já nos ultimos dias do anno de 1699. E' a creação, na Bahia, de uma pequena escola de artilharia e architectura militar.

No seculo XVIII, com a riqueza embriagante do ouro, a população do Brasil cresce surpreendentemente. A ignorancia é assombrosa. A não ser um ou outro professor particular e quasi sempre máo, só nos collegios religiosos se encontram educadores.

São sempre as batinas ou buréis que continuam a trabalhar pela instrução. O bispo frei Antonio de Guadalupe funda no Rio os seminarios dos orphãos de S. Pedro e o de S. José. Em 1751, o bispo frei Miguel de Bulhões funda o seminario do Pará. No mesmo anno ergue-se o seminario da Lapa, no Rio.

Os nucleos de jesuitas são os centros irradiadores de cultura. Nos collegios ensina-se a grammatica latina.

philosophia, theologia dogmatica e moral e rhetorica. A matricula para as aulas primarias e de mathematicas elementares não se encerra nunca.

Mas a expulsão dos padres de Jesus vem abalar fortemente o ensino. A missão educadora fica com os padres benedictinos, franciscanos e carmelitas, que não têm a mesma habilidade e o mesmo gosto dos discipulos de Loyola.

No periodo culminante da riqueza mineral, a ignorancia do Brasil chega a ser aterradora. Portugal não toma uma medida e os collegios religiosos são muito poucos para a população que cresce. Os argentarios, vivendo em palacios sumptuosos, não sabem assignar o nome. Meninas opulentas, cobertas de ouro e diamantes, cruzam os salões em festa, sem saber quantas são as letras do alphabeto. Ha uma falta horrivel de caixeiros que saibam ler e de guarda-livros. Negociantes riquissimos, conta Southey, encommendam de Lisboa "um portuguez de bons costumes que saiba ler e escrever", para casar com a filha e fazer a escripta da casa.

E' nesse periodo de trevas que Pombal tenta dar o primeiro impulso á instrucção publica do Brasil, creando em 1772, o subsidio literario.

Pelo subsidio literario instituia-se o imposto de 80 réis por barril de aguardente fabricado no Brasil e 25 réis por boi levado ao matadouro. A renda arrecadada servia apenas para pagar os professores das escolas que se creavam.

Pode-se dizer que foi em 1772 que comçeou a ins-

trucção publica no Brasil. Quasi tres seculos após o descobrimento.

Criam-se então algumas aulas de primeiras letras, grammatica latina, philosophia e grego no Rio de Janeiro e nas outras capitánias.

Mas o subsidio literario é insufficiente. Em Minas, um dos centros de população mais intensa, a renda do novo imposto, em sete annos, produz pouco mais de trinta e quatro contos.

A receita, porém, não cobre a despesa com os professores. De Portugal não vem uma medida salvadora. Pombal, com todo o seu talento, seu grande amôr pelas artes e pela instrucção, nunca se resolveu a desviar das outras rendas, rendas vultuosissimas, um vin-tem que fosse para cobrir o *deficit* do subsidio literario. Quando a receita diminue, diminuem-se as escolas, exonerando os professores.

Minas, que annualmente produzia, com o imposto do ouro e dos diamantes, a renda colossal de mais de mil contos, afóra os "donativos voluntarios", teve muitas das suas poucas escolas fechadas porque o subsidio literario não cobria a despesa dos professores.

Mesmo com o impulso dado pelo ministro de d. José ao ensino official, os collegios religiosos não perdem o prestigio. Quasi toda a gente os prefere. Os mestre-escolas, nomeados pelo governo, eram quasi sempre de uma ignorancia de assombrar.

Em 1776 os franciscanos, no Rio, criam as cadeiras de rhetorica, grego, hebraico, philosophia, historia ecclesiastica, theologia dogmatica, theologia moral e theologia exegetica. A vitalidade que a instrucção toma

nessa época pôde ser assignalada por um marco. Os frades instituem as theses que são defendidas em'publico pelos alumnos, á guiza de torneios. O movimento intellectual em derredor do collegio franciscano aviva-se.

Ha como que um certo interesse em impulsionar a instrucção no Brasil. O marquez do Lavradio cria no Rio o horto botanico. Luiz de Vasconcellos institue a cadeira de rhetorica e entrega-a ao poeta Manoel Joaquim da Silva Alvarenga. Funda em seguida o gabinete de historia natural que o povo chamou "Casa dos Passaros" e que hoje se chama Museu Nacional.

O tempo de Vasconcellos foi o mais brilhante para a instrucção official. O Rio, com quasi cincoenta mil habitantes, tinha o luxo de possuir nove professores primarios, um de lingua latina, um de grego, um de philosophia, um de rhetorica e dois de mathematicas elementares. Quinze professores, ao todo. A côrte de d. Maria I achou que era muito luxo intellectual; no governo do conde de Rezende, o numero ficou reduzido a oito. Os professores primarios, de nove, passaram a dois.

Em 1800 ha em Portugal um tal zelo pela instrucção do Brasil, que faz a gente desconfiar deante da esmola. A regencia ordena ao governo do Maranhão que designe quatro alumnos para serem educados em Portugal, dois dos quaes em Coimbra. As despesas com os rapazes seriam tiradas do imposto do algodão...

Ao chegar d. João VI ao Brasil o numero de professores era mais ou menos aquelle do tempo do conde

de Rezende. Não havia, porém, uma só escola para o sexo feminino.

Portugal, até áquelle instante, se havia esquecido de que as brasileiras eram também seres humanos.

No governo do filho da rainha louca o aspecto foi outro. A instrucção teve o seu maior surto. E não podia ser, de outra maneira. Era o imperio dos acontecimentos. A côrte era aqui. Quer se quizesse, quer não, isto tinha que evoluir.

Por mais lerdo, por mais indifferente, por mais preguiçoso que fosse, o rei não podia conter a immensa onda de homens illustres que Portugal nos mandou pela invasão napoleonica.

A Semana Santa dos Guarany's

Extravagantemente tragicas e extravagantemente burlescas são aquellas scenas das cerimonia's da Paixão de Christo, que José Joaquim Machado de Oliveira descreve, no acampamento sulista de Alegrete, entre os Guarany's.

A' primeira vista surpreende que um povo, na phase selvagem, como os nossos avós indígenas, de fundo fetichista e de religião inteiramente diversa da nossa, tenha, nos seus habitos, o habito religioso de reproduzir os ritos catholicos.

A explicação é simples: durante longo periodo historico, as terras do sul tiveram a influencia decisiva dos missionarios jesuitas, estabelecidos no Territorio das Missões. Foi sempre da politica padresca e particularmente da muito subtil e muito pratica politica dos sacerdotes de Loyola influir nos espiritos pelos aspectos materiaes, impressionando mais os sentidos que a imaginação. Os principios catholicos foram ensinados aos selvagens mais objectivamente, mais em reproduções de scenas, que em doutrina que elles não podiam

compreender. Em toda a immensa região do Guayra, a dramaticidade da Paixão de Christo foi larga e repetidamente representada aos olhos indigenas. Tempos depois desapareceu o dominio dos padres. Mas a impressão ficou funda e indelevel no espirito dos selvícolas: Doutrina, principios, ritos, tudo e tudo ficou embrulhado, misturado e confuso na imaginação dos gentios. Sem mais os missionarios para lhes guiar religiosamente as solennidades catholicas, era natural que, guiados por elles proprios, os cerimoniaes soffressem a influencia barbara, aquelle mixto de selvajaria e de civilização que resalta da curiosa chronica de José Joaquim Machado de Oliveira. O escriptor descreve scenas de 1818, em Alegrete, no Rio Grande, no acampamento do general José de Abreu, entre os indios que serviam o nosso Exercito no tempo das campanhas do sul, quando batiamos o caudilhismo infrene de Artigas.

A Semana Santa dos Guarany's começa no Domingo de Ramos. Ao amanhecer, os gentios marcham para a matta proxima. Voltam mais tarde, em filas, silenciosamente, carregando, ou melhor, vestindo largas folhas de palmeira. E' a ingenua reproducção da entrada triumphal de Christo nas ruas de Jerusalem.

As palmas vão servir para a construcção de duas choças — uma para o ceremonial religioso e outra para os exercicios flagellatorios.

E' justamente na pratica dos flagellos que mais os Guarany's desvirtuam os officios catholicos.

A' tarde, o povo cerca a cabana do ceremonial. Deante do chefe apresentam-se os homens que se candi-

datam á honra divina de reproduzir, em pessoa, a figura torturada de Jesus.

E' interessante o costume. A aspiração maior de todos os varões valentes é aquella. Mas o papel do Christo não se póde dar a qualquer, por mais virtudes que tenha, por mais qualidades que apresente.

A escolha é feita por meio de um concurso.

Christo soffreu as humilhações mais dolorosas, os supplicios mais duros e crueis. Nas solennidades da sua Paixão só lhe poderá representar o papel aquelle que maiores torturas impuzer ao seu proprio corpo.

Os candidatos entram para a choça destinada ás penitencias. Começa a tragedia sangrenta dos cilicios. Vinte, cincoenta, cem, duzentos homens, nús da cintura para cima, ajoelhados, cortam as suas proprias carnes com açoites de couro, brutalmente, impiedosamente, numa furia e numa insensibilidade de esfriar os ossos. E' horrivel. Cada qual quer mostrar maior capacidade de soffrimento e de resistencia, maior numero de golpes na carne viva, maior porção de sangue nas feridas.

Aquelle que mais se flagellar é o que vae servir de Christo nas cerimonias de sexta-feira. Um servente assiste-os, limpando-lhes as chagas gotejantes, para que o sangue não se coagule. Uns desanimam, caindo desfallecidos; outros, desfallecidos, recomeçam, mal recuperam a lucidez.

E isto se prolonga até á manhã do dia em que Jesus morreu.

Quinta-feira de Endoenças. A cabana das orações amanheceu revestida de preto. Ao centro, numa alta banquetta branca, um crucifixo entre duas velas acce-

sas em castiças de barro. A sala está toda illuminada de velas mettidas em estacas de bambú. No chão — folhas cheirosas; na parede — a pia de agua benta, com um hyssope de cabello.

Ha no ambiente um tom de concentração; mas uma particularidade comica resalta aos olhos: o Redemptor crucificado é obra de escultura indigena — o Christo não tem aquelle ar biblico, aquella expressão suave que nós todos lhe conhecemos através dos esculptores civilizados — é um indio, a cara de um indio, com todos os traços de um habitante das selvas patrias.

Ao meio dia, pelos arredores da aldeia, bate o tambor. Desde os primeiros ruflos, as mulheres desatam os cabellos, vestem-se de negro e vêm sentar-se á porta das cabanas, dolentes, a cabeça inclinada para a terra, em recolhimento completo. Os filhos que chorem, a casa que caia, ellas dali não sairão, estaticas, como feitas de pedra.

A' noite é a adoração do crucifixo. A mais velha das indias, de mãos postas, ronca um pranto desabalado e terrivel. A multidão cerca-a compungida, lacrimosa. A carpideira vae narrando, lá a seu modo, em guarany, os martyrios de Jesus:

— Christo foi morto pelo demonio! sim, padecetu morte o pobre Christo!

E chora e lamenta-se e berra até cair no chão, sem forças, desfallecida. Substituem-na por outra e as lamentações se prolongam até noite alta. As carpideiras recebem pagamento pela muita lagrima que derramam e quasi sempre são encontradas depois nas vendolas

proximas (quem conta isso é o chronista) a beber cachaca, lampeiramente, com o dinheiro ganho na cerimonia.

O amanhecer de sexta-feira é silencioso como nenhum outro. Não se ouve uma voz; tem-se a impressão de que a aldeia foi inteiramente abandonada. Só quem passar pela cabana dos supplicios ouvirá o ruído dos açoites cortando as carnes dos candidatos ao papel do Redemptor.

A' tarde a aldeia se move. E' o exame dos flagellados — vae-se ver quem merece encarnar a figura macerada do filho de Maria. E' o que até ali resistiu com as mais fundas feridas no corpo, e mais sangue derramado das feridas. Põem-lhe aos hombros uma tunica preta e cinge-se-lhe a cintura com um cordão de couro.

Ao cair da noite o crucifixo da casa das orações foi substituido por uma grande cruz negra, com tiras de panno branco nos braços.

Só ás dez horas se faz a procissão do enterro. Não ficou ninguem em casa. A procissão sae á rua: á frente um menino, vestido de preto, com a cabeça coberta de panno branco e, sobre o panno, uma corôa de espinhos, carrega uma longa cruz de bambú; ao lado, creanças empunhando velas de cebo; seguem-se meninas de alvas tunicas, cabellos soltos e corôa de espinho cingindo a testa, a conduzir os instrumentos de supplicio da tragedia do Golgotha: o calix de amarguras, o azorrague, os cravos, a lança de Longuinhos, os trinta dinheiros de Judas.

Atrás seguem os musicos a cantar uma ladainha chula e a arranhar com os arcos, desesperadamente,

rabecas rudes, feitas na propria aldeia. Em seguida um grupo de homens armados de lanças. E' ahi que vae o Christo — o que teve a fortuna e a honra de alcançar as graças de symbolizar a figura do Salvador. Leva as mãos amarradas, a corôa de espinhos rasgando-lhe a testa.

Embora martyrizado, embora lanhado de chicotes, não apresenta um aspecto de penalizar. Sente-se-lhe em tudo o orgulho, a empafia da honraria. A escolta surra-o ainda, esbofeteia-o, maltrata-o, como se não bastassem as torturas de uma semana inteira. A' frente segue um pregoeiro, apontando o martyrizado e a gritar num latim horrivel:

— *Ecce homo!*

De cada vez que o pregoeiro grita, o Christo guarany faz esforços para mostrar-se aos olhos do publico. Tudo nelle é grotesco e rude: estica o pescoço, ergue a cabeça, abre desmedidamente a boca para denunciar que sóffre e cae depois em abatimento, em extase, querendo imitar e imitando miseravelmente, truanescamente, a expressão biblica do Jesus em caminho do Calvario.

Após elle, vae uma mulher desfallecida nos braços de um homem. E' Maria, a santissima mãe de Christo.

Atrás de tudo seguem as mulheres, com os filhos ao lado, de mãos postas.

A procissão gira pelos caminhos até meia noite. Inesperadamente, dissolve-se, como que por encanto.

No dia seguinte o sol nasce a ruflos de tambor e guinchos de pifanos. Desappareceu inteiramente a cabana dos officios divinos: o que se vê agora é um im-

menso poste erguido para o céu, e na ponta do poste, enforcado, Judas balançando.

Vão despedaçal-o. Ruge o tambor, resôam violas e rabecas, canta-se a Alleluia.

Um bando de creanças e mulheres, acompanhado pelos musicos, sae pelas ruas annunciando a morte de Escariotes e recebendo esportulas pelo annuncio.

Eis ahi, segundo José Joaquim Machado de Oliveira, o que ficou, na inculta imaginação dos nossos avós Guarany's, dos bellos ritos quaresmaes que lhes ensinaram os jesuitas das Missões.

O cortesão das saias

Não pude e talvez não possa nunca apurar a veracidade daquela curiosa anedota que por ahi se conta de Maciel Monteiro, em Lisboa, no Theatro São Carlos.

Creio que foi Plutarcho a affirmar que os homens não valem pelos seus feitos, mas pelas anedotas creadas em torno de suas vidas.

Aquella que se conta de Maciel Monteiro define maravilhosamente a existencia galante e casquilha do mais casquilho e do mais galante dos poetas românticos do periodo que avança da Regencia ao Segundo Imperio.

Maciel Monteiro, que começou a apparecer quando Pedro II era ainda menino, foi uma criatura feliz; dessas que trazem deante dos olhos a estrella da ventura numa eterna coruscação.

A natureza talhou-o para os bons destinos. Deu-lhe talento, deu-lhe abastança, deu-lhe cultura, elegancia, educação e, principalmente, o lubrificante infallivel das boas maneiras, que tudo ajeita e tudo consegue na vida. Foi talvez o homem mais feliz do seu tempo.

O que quiz ser foi e sem esforços extenuantes: o mais querido poeta da sua quadra, o primor da elegancia, o suspirado das mulheres, deputado geral em quatro legislaturas, presidente da Camara, ministro do Exterior, director da Faculdade do Recife e ministro plenipotenciario do Brasil em Portugal.

Mas o traço predominante de sua vida é o da galantaria. Mesmo os meritos de parlamentar ha quem os diminua. Sylvio Romero nega-lhe vigor oratorio, classificando-o de *dilettante* da tribuna, apesar do entusiasmo de Macedo em guindalo-o ás nuvens. Até mesmo o valor de poeta lyrico anda por ahi atassalhado, embora o autor da "Historia da Literatura Brasileira" o ponha entre os maiores do periodo de transição entre classicos e romanticos. As virtudes de politico e de estadista ninguem as encontra exaltadas nos seus biographos.

Foi principalmente o homem das mulheres, o incorrigivel corteção das saias. Essas qualidades, que constituiram, certamente, o seu principal defeito, ninguem lhe nega.

Maciel Monteiro teve, no periodo mais intenso do romantismo nacional, o brazão do mais fino, do mais seductor, do mais irresistivel dos *dandys* brasileiros.

Impressionava as mulheres á primeira vista. Não tinha essa belleza mascula que faz bater repentinamente os peitos femininos, mas teve esse quê que attrae as saias, sem que ellas saibam mesmo porque.

Sem ser bonito não havia nelle nada que, á primeira vista, se pudesse apontar como defeito: estatura vulgar, cara rapada, com as costelletas da época, testa lar-

ga, queixo fino, boca pequena, talvez menor do que devia ser, olhos languidos, nariz de boas fórmãs, cabello liso, reluzente, partido em pastinha ao lado direito. Tudo isso sob o prestigio de roupas elegantissimas, talladas ao primor da moda que fazia os requintes da quadra: a sobrecasaca; as calças de vinco, estreitissimas; a gravata de tres voltas; os sapatos de verniz e o chapéo alto, de seda lustrosa.

É tudo isso num halo de maneiras as mais polidas, de attitudes cortezes e fidalgas.

Quando os homens nascem com taes dons são sempre um perigo. Maciel Monteiro foi a creatura mais perigosa do seu tempo. Não havia mulher que lhe não caísse nas unhas.

Elle proprio affirmava que tinha os dedos callejados de tanto tocar em saias femininas.

A phrase é chocante, reveladora de uma dóse fortissima de cynismo. Foi isso, certamente, o factor mais decisivo dos successos amorosos do poeta pernambucano.

Quem não fôr cynico não seduz mulheres, não terá nunca um longo ról de amantes. A mulher será sempre a complexidade, a incongruencia. O que é defeito para nós é para ella virtude. Os homens puros nunca tiveram a côrte feminina. Um ligeiro traço de canalhismo dá, ao paladar das mulheres, um quê de picante que as excita e as arrasta. O conquistador de saias ha de ter eternamente um quê de canalha.

Maciel Monteiro teve-o com uma habilidade e um jeito originaes. Nunca a sua boca se abriu para desmentir os boatos de amores seus, mesmo boato falso,

mesmo quando a dama atassalhada lhe merecia respeito e veneração. Entregava á maledicencia a sorte de seus amores. A victoria era certa. Não ha homens que valham tanto para as mulheres como os homens que as mulheres disputam.

Deixava correr a fama de seus triumphos...

Abriam-se-lhe então as portas das alcovas mais fechadas, o cortinado dos leitos prohibidos. E tanto amou, tanto e tanto que, em vez de amollecere o coração, endureceram-se-lhe os dedos de callos, como elle proprio dizia na sua gabolice estudada e canalha.

Uma creatura do estofo de Maciel Monteiro devia ter tido na vida um turbilhão de malquerenças. Elle teve-o. Appellidaram-n'o o "doutor cheiroso"; cortavam-lhe a pelle desapiadadamente, envenenavam-lhe os amores sem dó nem pena.

Mas, não se dava por achado o poeta-politico. Atravessava a existencia impavidamente, gozando na intimidade o rastilho de inveja que espalhava, elle proprio atijando a guerra, por ver, na guerra, a sua melhor victoria.

Não ha nada que mais prejudique um poeta que a vida chamada mundana. O ambiente dos salões tem o poder de desafinar as lyras. As preoccupações de elegancia, o tempo que se perde nas futilidades, apagam inteiramente os surtos da inspiração. Foi o mal de Maciel Monteiro.

Não tivesse tido aquelle pendore incorrigivel pelo *dandysmo*, outro poeta seria de maior relevo e de mais alto vulto.

Nada lhe faltava, nem talento, nem inspiração,

nem sinceridade. Mas, livros, só os abriu no tempo de estudante. No Rio, quando parlamentar e quando ministro, não tinha tempo de os folhear. A elegancia, as alcovas, a galantaria, enguliam-n'ò. Dormia tarde, acordava tarde. E, era muitas vezes ao acordar, que se lembrava do discurso que tinha de fazer naquelle dia, e, sem uma nota, sem uma consulta, dava, á tarde, na Camara, a impressão de que passára a noite estudando.

Foi uma vida dispersiva, frivolisima, mulhereira de mais. Passou-a nos salões de baile, entre espumas de *champagne*, ao lado de cocotes, e nos camarins e nas alcovas das actrizes formosas.

A sorte dos poetas, mesmo hoje em que tudo mudou, parece que continua a ser o soffrimento, e Maciel Monteiro foi impenitentemente um gozador.

A sua fama de elegancia vem desde os primeiros tempos da mocidade. Ao voltar da Europa, formado pela Universidade de Paris, escandaliza os salões aristocraticos do Recife. Escandaliza os do Rio quando para aqui se muda em 1833.

No tempo da Regencia as salas mais *chics*, onde se reunia, em chás e bailes, a mais requintada sociedade carioca, eram as dos Calmons, os marquezes de Abrantes. O poeta pernambucano, deputado geral pela terra em que nasceu, installa nos salões dos marquezes o seu quartel-general de batalhas de amor. O seu nome cresce, a sua fama estonteia.

Ali pelos meados de 1840 a 1850 Pedro II era bem moço ainda. Nada mais natural que o seu coração batesse e se assanhasse como o coração de qualquer mortal. O monarcha, apesar de austero e de bons cos-

tumes, uma vez ou outra, arriscava a majestade de seus impulsos numas dentadas discretas a saborosísimos frutos prohibidos.

Nem mesmo o prestigio imperial do segundo imperador Maciel Monteiro respeitou. Contam as chronicas mexeriqueiras que o poeta casquilho se atravessou á frente de Pedro II, conquistando a linda mulher de um deputado sergipano, pela qual sua majestade perdia noites de somno.

A preocupação do mundanismo, a côrte das saias foram, em Maciel Monteiro, manias incuraveis. Chegava a ponto de, nas salas, já como presidente da Camara, já como ministro de estrangeiros, ser consultado pelas damas sobre modas femininas. Chegou a ponto de recusar a vitaliciedade senatorial para não confessar em publico que era maior de quarenta annos!

Uma creatura, assim tão singular e melindrosa, faz com que a gente acredite na veracidade da velha anecdota que scandalizou a sociedade lisboêta, certa noite, no Theatro São Carlos.

A anecdota é edificante. Passou-se entre 1855 a 1858.

Maciel Monteiro vivia em Lisboa como ministro plenipotenciario do Brasil em Portugal.

Nascido em 1804, devia ser, naquella época, maior de cincoenta annos. Mas era o mesmo homem dos salões de Pernambuco e dos salões do Rio: o mesmo apuro de elegancia e de maneiras, o mesmo seductor de mulheres formosas.

A sua sobrecasaca, o monoculo, o collete branco, toda a sua linha incorruptivel de almofadinha grisalho,

foi notada no Chiado, ao lado de Souto Maior, Rodrigo da Fonseca, Garrett, os elegantes decantados de Lisboa.

Nas celebres festas do palacio dos Farrobo e da baroneza de Regaleira, apesar de velho, apesar de usado, fez proesas incriveis em batalhas domjuanescas.

Mezes depois o seu nome era da intimidade aristocratica da capital portugueza. E, foi justamente por isso que, o facto do Theatro São Carlos, abalou fundamentalmente a sociedade de Lisboa.

Era numa noite de espectaculo. Cantava-se não sei que opera. O theatro fulgia, regorgitava.

Maciel Monteiro andava em preludios de paixão pela brilhante cantora da companhia, de quem a chronica não conserva o nome.

Não ha ninguem mais antipathico aos contra-regras de theatro que os apaixonados das artistas. As conversas de amor fazem-lhe perturbar o serviço.

Naquella noite o poeta-ministro inflámmava-se em palavras de seducção no camarim da actriz.

A campainha retine chamando-a. Ella vem para scena. Ia levantar-se o panno para o segundo acto.

Maciel Monteiro acompanhava-a, febril, vibrante, a cochichar-lhe promessas aos ouvidos. Ella recusava, elle insistia.

Estão ambos no palco, bem no meio da scena. O contra-regra, inquieto, batia com os pés, pedindo attenção, avisando que ia fazer o panno subir.

Mas os dois não o ouvem; o amor fal-os surdos. Para cumulo do desespero Maciel Monteiro tinha-se ajoelhado aos pés da actriz.

E' o momento angustioso. Não era mais possivel

remediar. A orchestra havia chegado ao ponto em que o panno devia subir. O signal do contra-regra impõe-se. O panno sóbe.

E, deante dos olhos da mais fina sociedade lisboêta, apparece o ministro plenipotenciario do Brasil ajoelhado aos pés da actriz.

A gargalhada estronda. Maciel Monteiro percebe a situação. Mas não se altera, não se perturba. Com a linha admiravel de distincção levanta-se e retira-se do palco, calmamente, como se não fosse o heroe da scena.

Foi o melhor espectáculo da noite.

Pedro II e a Abolição

A' primeira vista não se comprehende como é que Pedro II, com aquella grande alma humanitaria e aquella inconfundivel feição liberal que os proprios inimigos lhe não escureciam, não tivesse sido, com o poder de seu throno e o prestigio de seu nome, o factor predominante da abolição dos escravos.

Não haverá hoje quem seja capaz de affirmar, como no tempo o fogo das paixões affirmou, que o nosso grande monarcha não tivesse interesse e desejo de limpar do nome brasileiro a pécha da escravidão. Não haverá tambem quem não reconheça que, se a vontade imperial se manifestasse energica e decisiva, muito antes de 88, muito antes da opinião do paiz levantar-se revoltada, estaria extincta no Brasil a nodoa do captivéiro.

A verdade é que Pedro II não se mexeu pela abolição embora fosse partidario da emancipação, a verdade é que o throno, por quasi todo o periodo do segundo imperio, deu a impressão de que era indifferente á sorte da raça negra.

A' primeira vista é na realidade chocante, princi-

palmente quando se sabe que, á frente dos nossos destinos, estava um homem de coração e de cultura, um homem de bondade e de religião, um dos reis mais doces e mais benignos que o mundo até hoje tem tido.

Entre Pedro II e Pedro I havia os contrastes mais fundos.

O pae era o impeto explosivo em choques inesperados, o *panache*, o homem dos grandes lances, das resoluções fragorosas, dos golpes decisivos. O filho era a timidez, a transigencia, a irresolução. Um agia pelo impulso proprio, o outro esperava que o tempo agisse.

E' que ambos puxaram ás mães. Pedro I, de D. João IV não tinha nada e tinha quasi tudo de Carlota Joaquina: a impetuosidade, a grosseria, a turbulencia, o fogo amoroso, a decisão dos actos.

Pedro II era fundamentalmente o temperamento de D. Leopoldina. A primeira imperatriz passou pela vida transigindo, esperando, desejando e não realisando. Tivesse o character resolutivo de D. Amelia talvez tivesse tido uma vida domestica mais doce e menos desgraçada; fosse uma mulher de vontade, como foi a sua successora no segundo leito imperial, e a marquiza de Santos, certamente, não teria o imperio e o dominio que teve no coração de Pedro I.

Mas era a energia quebrada. Em vez de agir pela acção propria esperava que o tempo agisse por ella. E toda a sua desgraça na vida foi aquelle amollecimento de acção.

E ella, que teve a felicidade de transferir ao filho todas as excelsas virtudes que a natureza lhe deu, transferiu-lhe desgraçadamente o defeito da inercia.

E foi justamente por isso, por timidez, pela sua profunda feição irresoluta, que Pedro II não tem, na historia da abolição, o papel que lhe devia competir pela cultura, pela alma, pela bondade, pelo liberalismo e pelos seus dons humanitarios.

Foi uma força estatica quando podia ter sido o dynamismo efficiente. E nada por indifferença, tudo por medo.

Que Pedro II desejava profundamente a abolição, que lhe ardia na alma o mesmo fogo que escaldava a alma dos grandes propagandistas, é um facto. Quando se lhe não queira attribuir esse sentimento á formosura de sua alma, attribua-se-lhe á vaidade.

Pedro II era vaidoso, tinha o fraco de ser apontado no mundo como o rei mais sabio do seu tempo, tinha o gostinho particular de viver na intimidade dos vultos de fama universal. E elle proprio devia compreender, e certamente comprehendia, que não era nada lisonjeiro e nada recommendavel, o intimo dos sabios e o mais sabio dos reis contemporaneos, ser monarcha de um paiz cuja quarta parte do povo era escrava.

Mas o medo fel-o toda a vida um emancipador. A timidez não o deixou nunca ser um abolicionista.

Para elle a escravidão devia desaparecer do Brasil lentamente, gradualmente e não pelo golpe brusco da abolição.

Estava errado. E o seu erro era fundamental. O imperador nunca teve argucia para conhecer a psychologia do paiz que governava.

Nas regiões tropicaes como a nossa, em que tudo

é ardente, intenso e brutal, tudo deve ser violento como a natureza.

Os homens estão acostumados aos lances extremos dos elementos. E não estranham e até lhes sabem bem os lances extremos das mutações políticas e das mutações sociaes.

Todas as nossas grandes modificações fizeram-se de um rasgo, de um golpe, quasi de improviso: a Independencia, com um simples grito; a Republica, com uma simples deposição de gabinete; a Abolição, com um simples projecto que durou cinco dias.

Estava errado, mas era sincero.

O imperador temia a derrocada nacional. A fortuna brasileira era toda agricola e a agricultura era toda escrava. O golpe da abolição (e quasi toda a gente naquelle tempo pensava assim) produziria o desequilibrio: a fortuna do paiz desabaria fragorosa e irremediavelmente. O exemplo dos Estados Unidos, durante tanto tempo lavado no sangue da guerra da secessão, esfriava-lhe os ossos.

E o medo de Pedro II era tanto que temia até os homens capazes de soprar o furacão e de arrebentar a onda abolicionista. Quando subiu ao governo o ministerio Dantas, a intenção do imperador não era dar ao gabinete liberal prestigio e força para redimir a raça negra.

Era apenas uma experiencia, uma apalpação de terreno. D. Pedro queria que se fizesse alguma cousa, mas tinha receio que se fizesse tudo, e que se fizesse apressada e violentamente. E' celebre aquella sua phra-

se ao conselheiro Dantas: — “Quando o senhor quizer correr, eu o puxo pela aba da casaca”.

A phrase é clara, transparecendo o temor imperial pela brusca solução do problema negro.

Ha creaturas que nascem com uma ampulheta na mão: tudo e tudo entregam ao tempo. Se a areia se esgota no cone superior, viram-no para baixo e deixam a areia tornar a correr... D. Pedro era assim. Gostava de esperar, tinha o habito de transferir.

No caso particular da situação dos escravos, era para elle sempre um motivo de alegria, tudo que viesse abreviar a obra do tempo. Estava convencido que a abolição produziria a desgraça do paiz, mas batia palmas a tudo que viesse apressar a solução do grande problema. Fazia como essas creaturas que, para abreviar a quéda da areia, agitam e sacodem a ampulheta.

Quem libertava um escravo merecia-lhe atenções excepçoes. Quando os frades de São Bento em 1866 instituíram o ventre livre, foi em pessoa ao convento abraçar os frades. Dava titulos de nobresa aos fazendeiros que libertassem os seus captivos. Assignava tudo quanto era subscrição em favor da alforria de negros. Aos escravos do Estado pagava salario como para mostrar que se fizesse o mesmo no paiz.

Quando o Ceará, em 1884, proclamou a liberdade dos seus escravos, conta Osorio Duque Estrada, a commissão dos festejos, aqui no Rio, foi a S. Christovão convidar o imperador.

Sua Majestade recebeu os propagandistas encantadoramente. Lamentava não poder ir em pessoa ás festas da liberdade; é que o seu comparecimento podia ser

interpretado diversamente, por algumas pessoas, em cujo meio não estão os abolicionistas nem os que com elle pensam. Affirmou os seus sentimentos de sympathia pela causa da liberdade. Gostaria até de assignar qual-quer subscripção em favor dos escravos, como já tinha feito com a subscripção que o "Abolicionista Cearense" lhe fez chegar ás mãos. E concluiu fazendo votos para que os que trabalhavam a favor dos negros fossem felizes na sua brilhante jornada.

Tudo, tudo que viesse abreviar a acção do tempo. Nada, porém, de improvisó. Nenhuma resolução de chofre.

O paiz estremeceria, desorganizava-se o trabalho nacional, a fortuna brasileira resvalaria para o abysmo.

E essa convicção Pedro II teve até os ultimos dias de maio de 88.

Estava o imperador nos Estados Unidos quando lhe chegou o telegramma annunciando o grande advento do 13 de maio.

— Grande povo! nobre povo! exclamou.

Sua Majestade esperava noticias sangrentas, grandes abalos, agitações. O telegramma contava das festas, das ruidosas festas com que o povo brasileiro recebia a lei libertadora.

Nobre povo! grande povo! Pedro II conhecia muito pouco o seu paiz. Os homens das regiões tropicaes participam das impetuosidades da natureza. Só lhes sabe bem aquillo que é brusco, inesperado, violento.

O carro de bois

A multidão, no Campo de Sant'Anna, fremia des-
assossegada. Uma hora da manhã e o major Miguel de
Frias sem ter voltado ainda do palacio de S. Chris-
tovão.

Alguma surpresa? Devia ser. Quem sabia lá se
Pedro I, eternamente destemperado, não o havia pren-
dido no paço?!

Aquella tardança era signal de que, da conferen-
cia do official brasileiro com o imperador, surgira algu-
ma coisa desagradavel.

A inquietação crescia.

Era ás primeiras horas da madrugada de 7 de
abril. A revolução tinha rebentado na vespera, logo que
se espalhou pela cidade a surpresa do decreto da corôa
demittindo o ministerio liberal. Mas, os prenuncios da
agitação, esses, vinham já de muito tempo atrás. Desde
o anno seguinte ao da Independencia que D. Pedro não
era mais o homem que tanto inflammára o entusiasmo
do povo com o gesto do Ypiranga. Erros sobre erros,
oscillações, violencias e amores escandalosos, tinham-
n'o apagado da alma nacional.

O decennio que ia do grito emancipador de 22 até aquelle anno tumultuoso de 31 passára como um tufão destruindo o prestigio da corôa. A mudança começou quasi que nos primeiros dias da fundação do Imperio. Nos principios D. Pedro era o principe admiravel, ardente, entusiasta, em plena consciencia do seu papel de monarcha brasileiro, agitando, elle proprio, o movimento nacionalista que estalára hostile á metropole portugueza. Aquillo, porém, durára pouco tempo. Mezes depois, a sua cabeça de vento mudava alarmadoramente. Os velhos inimigos do paiz voltavam ao paço, o aulicismo da Bôa Vista era todo elle das antigas figuras que o povo odiava, a *entourage* do imperador compunha-se exclusivamente de portuguezes que lhe guiavam os pendores a favor de Portugal. Depois, os erros politicos uns em cima dos outros: a demissão de José Bonifacio, o golpe de estado de 1823, a execução dos levantados da Confederação do Equador, offensas sobre offensas á carta constitucional e, para aggravar tudo isso, a cegueira amorosa pela marquezia de Santos chocando a cidade, o soffrimento intimo da imperatriz magoando as almas boas. Em 1827, na Camara dos Deputados, começa a erguer-se a voz da opposição. O padre Custodio Dias, Evaristo da Veiga, Odorico Mendes, desenham os primeiros traços da liberdade. O povo reanima-se á palavra de seus *leaders*. Surge a *Aurora Fluminense*, com Evaristo á frente. E' o grito da reacção. D. Pedro comprehende o momento: é preciso transigir com a opinião publica que exige gente nova no governo. Araujo Lima é chamado para chefiar o

gabinete. E os animos sossegam, a paz volta novamente ao povo.

Mas aquillo não dura muito. O imperador parece não comprehender as predilecções populares, e mezes depois chama José Clemente ao ministerio. E' portuguez e o povo tem-n'o como figura preeminente do partido do paço, o partido das tendencias lusas. E reaccende-se a luta. Em derredor do monarcha concentram-se irritantemente os elementos sympathicos a Portugal. A gente portugueza governa a gente brasileira. O *Chalacha*, o favorito que Pedro I mais estremece, dá ordens aos ministros como aos seus lacaios.

Os desgostos avolumam-se pelo paiz inteiro. Aquillo não pôde continuar. E o ministerio cæe porque é preciso cair.

Parece que, daquella vez, o imperador vae crear juizo: chama ao governo homens capazes de levantar os brios da nação. Inicia o novo gabinete a luta contra a camarilha imperial. O *Chalacha* e o Rocha Pinto, accusados de governar o proprio D. Pedro e de arrastal-o a todos os actos hostis ao Imperio, são retirados do Brasil, com encargos diplomaticos no estrangeiro.

Mais uma vez a opinião publica sossega. Mas o monarcha é aquella mesma creatura incorrigivel. Quando menos se espera surge a demissão de Barbacena e o decreto imperial, nas entrelinhas, accusa de deshonesto o ministro demissionario. Novos desgostos, novos choques nos sentimentos populares.

Dahi por deante não ha mais remedio. A corôa como que se despenha numa quéda fragorosa. O imperador está inteiramente riscado da sympathia nacional.

E, ao raiar o anno de 1830, a situação é gravissima: os partidos degladiam-se — o portuguez que governa e domina, o brasileiro que se julga no unico direito de governar. D. Pedro entrega-se ostensivamente, escandalosamente aos braços do primeiro. Começam os ataques: disturbios aqui, disturbios ali — rusgas tremendas, a páo e a faca, entre portuguezes e nacionaes.

Os acontecimentos de S. Paulo vêm perturbar ainda mais a atmospheria. Ao cair em França a dynastia dos Bourbons, os estudantes paulistas festejando intencionalmente o movimento revolucionario, em passeatas pelas ruas, excedem-se com gritos e ameaças ás autoridades governamentaes. O ouvidor Japiassú quer firmar-se nos favores da corôa: abre devassas, prende estudantes a torto e a direito, perseguindo-os. O *Observador Constitucional*, dirigido pelo medico italiano João Baptista Badaró, protesta retumbantemente em prol da justiça e em prol da liberdade. Dias depois, á noite, o jornalista é miseravelmente assassinado á porta de sua casa. O crime assume proporções espantosas que o momento lhe dava: o paiz inteiro vê na morte do medico estrangeiro não o simples assassinato de um homem, mas a liquidação covarde de um procere do liberalismo. A ultima phrase de Badaró — “morre um liberal, mas não morre a liberdade” — resôa de sul a norte do paiz como um clarim revolucionario.

Os jornaes opposicionistas inflammam-se. Não ha mais quem possa conter a linguagem incendiaria da imprensa que é a linguagem apeteçada pelo povo. Antonio Borges da Fonseca, que dirige o *Republico*, processado

pelo governo, é unanime e acintosamente absolvido pelo jury.

Tinha-se chegado a uma altura tão inesperada, que fatalmente a revolução teria de estalar. Prégava-se abertamente nas ruas contra o throno, os jornaes falavam claramente em republica.

Os proprios ministros imperiaes não tinham mais prestigio para se fazerem eleger. O imperador, desapercibido do seu declive, corre affeito a Minas para impôr a eleição de Silva Maia, seu ministro. Em vez de festas, o povo mineiro recebe-o com dobres de finados.

E é na volta, já em principios daquelle anno de 31, que a revolução começa a desencadear-se. Os portuguezes esperam Pedro I com festas apparatusas para dissipar-lhe do espirito os sons funerarios dos sinos tangidos em Minas. E na noite de 12 de março transformam o bairro commercial da cidade numa apothese de fogueiras, coretos illuminados e fogos de artificio. Os brasileiros vêm para a rua impedir os festejos. Um principe como D. Pedro não merece aquella pompa! Mas, na noite seguinte, os portuguezes insistem nas luminarias. Aquillo parece uma pirraça, parece um insulto. A onda nacionalista impa offendida. E' preciso acabar com aquella historia! E marcha aguerridamente para desmanchar a festa. Prevenidos, os portuguezes entrincheiram-se ás janellas e ás varandas de suas casas e, mal os brasileiros vão chegando, uma saraivada de pedras e cacos de garrafas cae tremendamente sobre a multidão. O choque é imprevisto, horrendo, desigual: a turba dispersa, alarmada e ferida. Victoriosos, na noite seguinte os partidarios do imperador dominam

inteiramente a cidade, espancando o povo nas ruas, obrigando a população a festejar o príncipe. Os grandes vultos da opposição têm as vidraças quebradas a pedra e as portas arrombadas por se negarem a illuminar a fachada de suas casas.

O governo faz ouvidos de mercador a todos os protestos. Mas o elemento nacionalista vae falar mais alto. Na rua da Ajuda, em casa do padre Custodio Dias, vinte e tres deputados e um senador reúnem-se para suster a situação nos braços. São as figuras de maior relevo do sentimento nacional: Evaristo, Alves Branco, Odorico, Hermeto Carneiro Leão, o senador Vergueiro, o padre Martiniano de Alencar, Castro Alvares, Paulo Barros, todos os vultos reaccionarios do levantamento da patria. Pensa-se em pôr immediatamente a revolução na rua. Tem-se o apoio do povo que soffre e o apoio do exercito que vê a nação diminuida. Mas domina ainda o espirito de conciliação. Opina-se por uma mensagem ao imperador clamando em favor dos brios brasileiros. Evaristo redige o protesto. É uma peça de alta energia, desenhando com grandes palavras a gravidade do momento, terminando por mostrar que o povo, não tendo mais confiança no governo, acabará por vingar-se pelas suas proprias mãos. "A ordem publica, o repouso do Estado, o throno mesmo, tudo está ameaçado", se a côrte não recuar do caminho em que marcha.

Aquillo estoira como uma bomba. O imperador percebe que pouco falta para estalar a revolta. E recua. Recua formando o gabinete liberal, com o visconde de Goyana na pasta do Imperio.

Torña-se mais leve a atmosphaera. Mas já se havia avançado muito para, de um momento para outro, conter a machina revolucionaria.

Aproxima-se o dia 25 de março, anniversario da Constituição. O partido da liberdade vae festejal-o com solennidades estrondosas. Mas ninguem quer na festa Pedro I, o imperador inconstitucional. E, acintosamente, não lhe mandam o convite. E' na igreja de S. Francisco de Paula o *Te Deum* festivo. Quando menos se espera, eis que D. Pedro surge no templo, risonho, desenvolto, ao lado da imperatriz.

— Não me convidaram, mas eu sou constitucional e aqui estou.

A surpresa é commovedora. Apesar disso, o povo não se expande.

— Viva o imperador!

— Viva a Constituição!

— Viva Pedro I, emquanto constitucional!

Elle percebe o alcance daquelles applausos...

Emquanto constitucional... Empallidece.

— Sou e sempre fui pela Constituição! exclama perturbado, como se tivesse sentido uma punhalada no peito.

— Viva a Republica! ecôa pelo templo um grito claro.

O principe finge não ouvir e, para melhor convencer o povo de que não tinha ouvido, num gesto de galantaria, prende ao chapéo armado o tope nacional.

Entra o mez de abril. No dia 4, na paço da Bôa Vista, festeja-se o anniversario de D. Maria II, de Portugal. Não devia haver a menor sombra de arruaças

naquelle dia. O ministerio compromette-se a conter os desordeiros. Mas, á meia-noite, chega ao palacio a noticia de rusgas, que a policia não pôde reprimir, no centro da cidade. O principe excita-se, exaspera-se e, no dia seguinte, demitte o gabinete. O novo ministerio é de figuras reconhecidamente hostis á marcha liberal.

Mal a noticia corre pela cidade o partido nacionalista agita-se. Não é mais possivel evitar a revolução, não era mais possivel esperar-se alguma coisa do imperador incorrigivel.

E, pela manhã de 6, o povo amotinado vae-se juntando no campo de Sant'Anna, espontaneamente, sem que ninguem o congregue para ali.

A's 3 da tarde, a multidão avoluma-se. Ha de tudo: desde os militares, deputados e senadores, até os arruaceiros que o Girão, o Republica e o Lafuentes commandam. E' a população inteira da cidade conglôbada, ali, para levantar a dignidade da patria espedinhada pela corôa.

O pensamento é um só: a reintegração do ministerio demittido ou a revolução.

E' a massa popular de todos os tempos querendo impôr finalmente os seus direitos e a sua vontade.

Dessa vez triumphará. Ha de tudo para a victoria, até a tropa que o general Francisco de Lima e Silva enfeixa nas mãos.

Mas é preciso começar a agir. Aquillo não pôde ficar sómente na reunião do povo ali no Campo. Devem-se enviar parlamentares, afim de impôr a D. Pedro a renomeação do ministerio. E' necessaria uma commissão de juizes de paz das freguezias da cidade

para ir á Bôa Vista. Chega Custodio Xavier de Barros, juiz de paz de Sant'Anna, e mais tarde o padre João José Moreira, do Sacramento, e Araujo Azambuja, de S. José. A commissão, a cavallo, parte para S. Christovão, voltando ás 7 horas da noite. O imperador recusava-se a refazer o gabinete que demittira, por ser uma prerogativa sua, garantida pela Constituição.

Os proceres do levante reúnem-se na Camara Municipal. A resposta irrita os rebellados. Que o general Lima e Silva vá ao paço pintar a situação e convencer o monarcha de que o povo tinha direitos, direitos que elle agora exigia na praça publica por bem ou por mal.

O general parte. Ao voltar, ás 10 horas da noite, a decepção é maior: o ministerio não voltará ao poder; D. Pedro não capitulará.

A agitação cresce. A massa popular ruge desesperadamente. Chegam dois corpos de artilharia de posição e o batalhão de granadeiros que se vêm juntar aos revoltosos.

Na Camara Municipal os chefes liberaes combinam medidas. Será melhor e mais pratico evitar-se derramamento de sangue. Mais uma vez deve-se voltar a S. Christovão para desenhar o que ha de grave no momento, o exaltamento do povo, a adhesão das tropas.

O major Miguel de Frias, nomeado parlamentar, segue immediatamente para a Bôa Vista.

* *

*

Era justamente isso que estava inquietando agora a onda revolucionaria, acotovelada no Campo.

Mais de uma hora da madrugada de 7 e o major sem ter voltado, elle que partira na véspera, muito antes da meia-noite!

Por que aquella demora? Ninguém sabia. Bons prenuncios é que não podiam ser. D. Pedro era um temperamento em labaredas, arrebatado, caprichoso, detonante... Quem sabia lá o que se estava passando no palacio imperial?! Ferido no seu amor proprio, irritado, o imperador seria capaz de todas as loucuras e talvez estivesse agindo com a sua impavidez inconsciente. Era bem possivel que Miguel de Frias já estivesse preso...

Nos salões da Camara Municipal, Evaristo, Vergueiro, Odorico e os outros passeavam nervosamente, calados.

Fóra, a multidão rugia, picada de impaciencia.

— Abaixo o imperador!

— Viva o ministerio liberal!

— Viva a republica!

E as horas passavam. E o major sem voltar.

A falta de noticias, o ambiente de incertezas, iam creando um peso nos corações. Que estaria acontecendo, que iria acontecer?

Começam à correr, pouco a pouco, os boatos.

Dizia-se que o partido portuguez, se concentrava, armado, para vir suffocar a revolta.

Em S. Christovão, apesar do batalhão do imperador ter corrido a confraternizar com os liberaes, ain-

da havia elementos para a reacção. Não estaria D. Pedro á frente daquellas forças?

E os minutos corriam em sobresaltos. Boatos e mais boatos...

Um homem que tinha vindo de S. Christovão contára que, nas vizinhanças da Quinta, juntavam-se as forças leaes ao throno. A nova espalhou-se assustadoramente pelo largo apinhado. Houve quem detalhasse as informações: era o coronel João Carlos Pardal, com o seu parque de artilharia montada, que vinha marchar contra o povo. Marcharia tambem o conde de Villa Nova de S. José com a parte fiel da guarda de honra que commandava.

Um sopro de desassossego passou pela turba. A' janella da Camara Municipal um orador appareceu para falar á populaça. Que o povo serenasse, que o povo tivesse confiança na sua força! Era possivel que o choque estivesse por minutos, mas o povo, o povo liberal, o povo que se reunira ali para erguer os sentimentos sagrados, da patria, saberia collocar-se á altura dos seus brios e dos seus ideaes! Agora era que o imperador ia ver o valor da energia e da vontade populares!

O discurso, em vez de acalmar, inquietou mais a massa amotinada. Era então verdade que ia haver luta? Ia então haver encontro entre as tropas legalistas e as forças da liberdade? O coronel Pardal havia mesmo partido da Bôa Vista com o parque de artilharia montada?

Duas horas da manhã. Um ruido pesado começa a chegar dos lados da Cidade Nova. E' um rumor de

carros, cada vez mais proximo, lento, profundo, como um trovão rolando ao longe.

A multidão estaca, de respiração suspensa. Todo o mundo está de ouvidos aguçados na direcção do rumor.

Uma nuvem de angustia envolve a turba. O ruido aproxima-se, cada vez mais pesado, mais vivo, mais aterrador. Não pôde haver duvida. São as forças imperiaes, as carretas da artilharia rolando estrondosamente pelas pedras das ruas!

— E' o coronel Parda! grita um homem assustado, no meio do povo.

Não ha mais quem possa conter a multidão. Uma desordem doida agita a massa revoltada. Gritos, uivos, correrias. E' o salve-se quem puder, desenfreado, um turbilhão de gente a rolar na onda, a turba inteira em disparada pelas ruas que desembocam no Campo.

Nas janellas da Camara Municipal braços afflictos movem-se para conter o povo.

— Não é nada! não é nada!

Debalde. A praça esvasia-se. E, quando o general Lima e Silva desloca os batalhões para um possivel embate com as pretensas forças legalistas, tropa nenhuma encontra á sua frente.

Era apenas um grande carro de capim, com quatro juntas de bois, que vinha pacificamente do Andarahy em caminho da cidade.

*

* *

A'quella hora, justamente áquella hora, Pedro I, imaginando que não tinha elementos para resistir á força e á coragem do povo reunido na praça publica, entregava a Miguel de Frias o decreto em que abdicava o throno na pessoa de seu filho, o principezinho D. Pedro.

Entre o ceu e a terra...

Teve razão Oliveira Lima quando disse que, só com a revolução de 1817, se aprendeu no Brasil a morrer pelos idéaes. Na revolução do Equador, sete annos mais tarde, o brasileiro não sabia apenas morrer, já tinha a dignidade da morte em prol da liberdade.

Foi, na verdade, a revolução em que melhor se morreu, em que mais alto timbraram o heroismo e a abnegação dos martyres.

O que anteriormente tinha havido de mais culminante era a inconfidencia mineira. Mas a inconfidencia mineira foi, salvo a extravagancia da comparação, uma especie de rabanête da nossa historia liberal — vermelho por fóra e candidamente branco por dentro. Por dentro, como miolo, nada mais foi que um lindo sonho de poetas que não tinham coragem civica de ir até ao sacrificio da vida. E a prova é que, de todos aquelles idealistas mineiros, só um soube morrer, justamente o que não sabia dar fórmula riinada e metrificada aos seus sonhos — Tiradentes. As revoluções nunca se fizeram com poetas, fizeram-se com aquelles que sabem que a vida é o melhor pasto das revoluções.

Na revolução do Equador nada houve que deslustresse a dignidade de um movimento liberal: nenhum dos proceres a delatou, nem a trahiu, nem a negou.

Tudo concorreu para a illuminar e para a engrandecer: o numero dos martyres, a serenidade com que se entregaram ao sacrificio, a nobreza com que morreram, a coragem com que enfrentaram a morte, o apurmo de civismo com que caminharam para o cadafalso.

De grande nada faltou. E teve até a aureola radiosa do milagre.

E' aquelle caso estonteante, aquelle estupendo caso cearense, da villa do Icó, em 1825, o anno mais doloroso e mais dramatico de toda a historia liberal do Brasil. E' no fusilamento de Antonio de Oliveira Pluma que, apesar de figura secundaria da revolução, a munificencia imperial de Pedro I teimou em sacrificar.

O episodio é daquelles de deixar o historiador estupefacto. Não se sabe onde encaixal-o, se dentro do ambito da lenda, se nos dominios das cousas milagrosas.

A classifical-o como lenda é necessario assentar-se que, em historia, o testemunho dos coevos e os documentos do passado nada exprimem e nada valem.

Da vida, o que della sabemos, é quasi nada. Entre o ceu e a terra ha cousas que não alcança a nossa vã philosophia, já disse o velho Shakespeare.

Tudo que ahi está deante dos nossos olhos, palpado por nós, é para nós ainda misterio.

Vivemos em immensas trevas, ás tontas, ás cegas, na illusão de que vivemos no esplendor da luz.

É a verdade é que, do largo véo que nos envolve, apenas a pontinha se levantou...

Manda-nos a vaidade que se repilla o sobrenatural e, no entanto, a cada passo, o sobrenatural nos surpre-hende, como a zombar de nós mesmos.

O episodio de Oliveira Pluma, no Icó, é uma prova de que ha forças invisiveis acima das nossas forças, de que, entre o ceu e a terra, ha cousas que não alcança a nossa vã philosophia.

Por mais que se queira arrasar o fatalismo elle existe mesmo contra a nossa vontade. A vida ou melhor, a criação, é o rithmo. Tudo tem a sua cadencia, a sua medida, a sua ordem, a sua marcha, as suas leis, o seu compasso. O que foi creado para uma orbita, vive, cresce, evolue e morre dentro della. São trilhos azeita-dos onde tudo corre sobre trilhos. Nada se faz que não esteja regulado. Está tudo determinado, pautado, desti-nado. E' o rithmo, o grande rithmo que vae da terra aos astros, dos astros ao infinito. Tudo obedece á lei fatal: nasce quando tem de nascer, floresce quando é tempo de florir e morre quando deve morrer. Só se morre no dia, diz o povo, com o seu empirismo impres-sionante. E, de outra maneira, seria quebrado o rithmo da criação e, as leis da criação, nem ella propria as revoga.

O episodio de Oliveira Pluma deixa á primeira vista o chronista estatelado. Lenda? Milagre? Nem uma cousa, nem outra.

Apenas o fatalismo eterno da natureza.

O revolucionario cearense não estava fadado a

morrer naquelle dia em que o levaram ao fusilamento.

A scena é, na verdade, de abalar as almas mais endurecidas pelo materialismo.

E' na manhã dramatica do sacrificio.

Oliveira Pluma, na sua camisola de condemnado, está á espera da descarga dos fusileiros.

— Fogo! berra o commandante do pelotão.

Oliveira Pluma brada com toda a energia d'alma:

— Valha-me o Senhor do Bomfim!

Estronda a descarga. Mas, caço curioso! nenhuma das balas se foi cravar no peito do martyr. Cravaram-se todas no angulo da parede da cadeia.

Nova ordem de descarga se ouve. Novo brado do condemnado estruge vibrantemnte.

— Valha-me o Senhor do Bomfim!...

Para onde teriam ido as balas? O suppliciado lá está de pé, vivo, intacto, incolumé.

O commandante está tremulo, estupefacto.

E é gaguejante que elle dá novas ordens, que exige pontaria melhor.

— Fogo! grita.

— Valha-me o Senhor do Bomfim! brada Oliveira Pluma pela terceira vez.

Estoura e flammeja a descarga. As balas foram todas, todas ao peito do condemnado.

E oh, surpresa! oh, milagre! Oliveira Pluma está de pé, risonho, como se lhe tivessem atirado apenas um punhado de rosas.

Vae ser novamente ordenada outra descarga. Nes-

se momento a multidão intervem. A justiça não podia ter mais direito sobre aquelle homem.

È arreбата-o e leva-o corregado respeitosamente para a capella proxima, a capella do Senhor do Bomfim.

È só muitos annos depois Oliveira Pluma morreu.

Entre o ceu e a terra ha certamente muita e muita cousa que está acima do entendimento humano.

O heróe dos estudantes

Qualquer espirito de vulgarissimas qualidades de observação e senso commum, ao entrar na intimidade da nossa historia, fêm a cada passo um espanto. Não são as bellezas, os grandes lances, os surtos épicos que nos surpreendem. São as mentiras.

A historia do Brasil está atravancada de mentiras.

Todos nós que passámos pelas escolas primarias fomos ensinados que, pela invasão de Duclerc no Rio de Janeiro, Bento Gurgel do Amaral á frente de um punhado de estudantes, ali na rua Direita, destroçou e venceu a columna do corsario francez.

As creanças de hoje aprendem essa passagem gloriosa de uma maneira mais incisiva e mais brilhante, por aquelle admiravel conto de Bilac — *A defesa*, dos "*Contos Patrios*", escriptos rigorosamente para a meninada das escolas.

E' uma mentira da historia brasileira.

Raros são os historiadores que não falam dessa phalange de estudantes que Gurgel do Amaral commandou.

Varnhagen, o mestre, embora não se refira a Gurgel do Amaral, allude aos estudantes. Em Southey lá estão os estudantes, em Rocha Pombo também, em João Ribeiro a mesma coisa. Em todos, emfim.

Todos mentiram.

E não é necessario um grande esforço para verificar-se o erro em que caíram os nossos historiadores.

Quando se deu a invasão de Duclerc no Rio de Janeiro? Em agosto de 1710.

Que era o Rio naquella época? Que era a instrucção publica naquella quadra?

A cidade não era mais que uma aldeia grande, a instrucção era absolutamente nulla, inteiramente inexistente.

A instrucção publica no Brasil só foi creada pelo marquez de Pombal, e o governo pombalino começa com o reinado de d. José, em 1750, quarenta annos depois da invasão franceza. Antes disso não havia nada, rigorosamente nada, a que se pudesse dar o nome de escolas. Havia apenas o Collegio dos Jesuitas, mas o Collegio dos Jesuitas tinha a frequencia de creanças de calças curtas. A mocidade estudiosa, como hoje rhetoricamente chamamos, a dos arroubos, da abnegação patriotica, dos enthusiasmos civicos, a capaz de pegar em armas, essa não existia, pelo simples facto de não haver onde estudar. Quem quizesse ir além das primeiras letras ensinadas pelos padres embarcava para o reino.

Onde teria ido Gurgel do Amaral descobrir os bravos estudantes que commandou para derrotar os francezes? No Collegio dos Jesuitas? Não é possivel. Com

creanças não se arriscaria elle a empresa tão perigosa.

O erro é flagrante. Gurgel do Amaral oppoz de facto uma resistencia formidavel ás tropas de Duclerc, como no anno seguinte defendeu a cidade dos ataques de Duguay-Trouin, morrendo desta vez aos embates das armas francezas. Mas não foi com estudantes que se atirou ao combate. Foi com populares, talvez moços todos elles, mas nunca das escolas, que escolas nós não tínhamos naquelle começo do seculo XVIII.

*

* *

Quem é afinal esse Gurgel do Amaral, que a historia ruidosamente glorifica, levando-o até para os livros escolares como exemplo civico?

Apenas — um bandido.

A familia dos Gurgeis foi, no seculo atrazado, de uma fama estrondante em crimes horrosos. Bento Gurgel do Amaral Coutinho era negociante no Rio. Nos primeiros annos do século vamos encontral-o em Minas, fugido, por ter feito umas mortes, ali, na igreja de Campo Grande. Está acolhido á protecção de Paschoal da Silva Guimarães, aquelle celebre nababo da guerra dos *Emboabas*. Paschoal tinha sido seu empregado no Rio.

Lá em Minas, Gurgel é o mesmo homem. A historia surpreende-o em varios negocios, em movimentos que não desmentem a sua fama de facinora. Em 1706, quando terminou, em Minas, o contrato de fornecimen-

to de gado á população, eis que apparece Gurgel do Amaral, pedindo a renovação do contrato. Essa historia da renovação do fornecimento de gado, que foi o germe mais violento da guerra dos *Emboabas*, era o que hoje se póde chamar uma grossa negociata. O monopólio com todas as características. Estavam no negocio, além do heróe dos "estudantes", o celebre frade trino Francisco de Menezes, o bellicoso frade Menezes que defendeu o Rio da invasão dos francezes, Manoel Nunes Vianna, o governador dos *emboabas*, e Sebastião Pereira de Aguiar, proprietario da grande fazenda das Aboboras.

Os paulistas levantam-se contra o monopólio. O frade vem ao Rio com largas sommas dos seus socios, para vencer ao peso de ouro. Os paulistas cotizam-se. Aquillo já é uma luta entre portuguezes e os senhores da terra. Ganham estes a contenda.

Rugem então as rivalidades; as provocações de parte a parte accendem-se. Estala a immensa tragedia que se conhece pelo nome de guerra dos *Emboabas*.

E' no periodo mais intenso da luta que se vae encontrar a figura de Gurgel do Amaral, no celebre episodio do Capão da Traição.

Um dia, o arraial da Ponta do Morro amanheceu cercado pelas tropas paulistas, ao commando de Valentim Pedroso Barros e Pedro Paes de Barros. Ambrosio Caldeira Brant, commandante dos *emboabas*, ali no arraial, vendo que não podia vencer o inimigo com tão pouca força, manda pedir soccorros a Nunes Vianna. Nunes envia então Gurgel á frente de um grande bata-

lhão de reinões. Os paulistas conseguem saber a tempo dos reforços de Gurgel, e fogem. Quando o batalhão *emboaba* chega ás proximidades de Ponta do Morro não ha mais o cerco inimigo. Tresentos paulistas atrazam-se na fuga. Gurgel envia o capitão Thomaz Ribeiro Corço a perseguil-os. Corço não é homem para aquella empreitada, e volta do meio do caminho, allegando a superioridade das tropas adversarias. Gurgel enfurece-se, reúne a soldadesca e marcha nas pegadas dos contrarios. Os paulistas não contam mais com a perseguição: têm as barracas armadas num capão de matto e divertem-se a caçar, quando chega o batalhão perseguidor. O primeiro cuidado do commandante *emboaba* é pôr cerco ao capão. Começa o combate. Escondidos nas copas das arvores, os brasileiros defendem-se vantajosamente. Mas dois dias dura aquillo. Não ha nada que comer, não ha nada que beber. No capão não corre ao menos um fio d'agua. Não é possivel resistir a tão longa privação. Na manhã do terceiro dia enviam a Gurgel a bandeira branca da paz. Deante do emissario paulista, deante de suas forças, Gurgel jura e jura pela Santissima Trindade conservar a vida dos brasileiros em guerra. O juramento é formal — o bando de paulistas decide-se a entregar as armas. Desencadeia-se a tragedia. Gurgel revela-se o infame que sempre fôra. Apanhando os brasileiros desarmados, manda-os degolar, um por um, sem corar do juramento de horas antes. A carnificina é tremenda. São os proprios soldados *emboabas* os primeiros a condemnal-a, é Manoel Nunes Vianna envergonhado do proceder miseravel do seu

cabo de guerra. O éco daquella traição abala profundamente os animos dos reinóes. D. Fernando de Mascarenhas, que até aquelle instante não havia prestado grande attenção á guerra, segue do Rio para Minas para conter a insurreição.

Gurgel sente que os proprios correligionarios o repellem. Foge, como do Rio fugira por occasião das mortes na igreja de Campo Grande. Em 1710 parece-lhe que tudo está esquecido. Surge então no scenario do Rio de Janeiro. A occasião é maravilhosa para que ninguém lhe peça contas. A cidade está agitada pela invasão de Duclerc. O que se quer são braços, são peitos decididos para a defesa.

Elle é infame, mas é valente. Arregimenta de improviso um troço de homens, e atira-se na luta. A victoria, conquistada com heroismo allucinado, dá-lhe direito a viver tranquillamente.

Depois vem a invasão de Duguay-Trouin. A collição é maior. O corsario francez consegue conquistar definitivamente a cidade. As forças da defesa estão completamente desanimadas.

Gurgel luta com os invasores na Bica dos Marinheiros e no morro de S. Diogo.

Depois do saque, o almirante francez envia ao governador Castro Moraes a intimação para que resgate a cidade. Se o resgate não fôr feito, serão as fortalezas arrasadas, a barra entupida com os navios apresados e a cidade destruida a fogo. E, para mostrar quanto era seria a ameaça, o corsario conquistador enviára 300 soldados para talar os campos, meia legua

em torno da zona urbana. Bento Gurgel, com pouco mais de 20 homens, vae impedir o trabalho destruidor dos francezes. E' morto então pelas tropas de mr. de Brugnon, que lhe carregam o cavallo e as armas como trophéos.

E' ahi está o heróe dos estudantes. Era valente, era destemido, mas para uma glorificação historica, principalmente para uma glorificação civica nas escolas, é muito infame.

D. João VI, o clemente

O sr. Eugenio Silveira, com aquelle bello espirito de escriptor e aquella immensa e devotada sympathia pelas coisas monarchicas, traçou pelas columnas do *Correio da Manhã* um lindo artigo sobre a clemencia de d. João VI.

Com elogios claramente exaggerados ao autor destas linhas, affirma o publicista portuguez que foi uma das nossas reminiscencias historicas a dar-lhe a suggestão do trabalho. O artigo de Eugenio Silveira nega o que aqui dissemos — que a clemencia decantada do filho de Maria I não passa de uma escandalosa mentira historica. E, a proposito, conta o que se passou entre o monarcha e o marquez de Loulé. D. João foi com o marquez de uma clemencia exemplar.

Deve ser verdade.

Mas, para a historia, o gesto de d. João VI, naquelle caso, é precario para um julgamento imparcial.

Basta que a gente se lembre que Agostinho Domingos José de Mendonça, o 1.º marquez de Loulé, era pae do 2.º possuidor desse titulo, Nuno José Severo de

Mendonça e Moura, que se casou com d. Anna de Jesus Maria de Brangança e Bourbon, filha de Carlota e pretensa filha de d. João. E, segundo rezam as chronicas intimas da côrte, muito antes do casamento o marquez e a princeza era amantes.

O soberano foi forçado a ser clemente para o pae do seu futuro genro.

Não pôde haver em nós o proposito de negar as qualidades ao fundador do reino do Brasil. E' possivel que essas qualidades existam; mas, que existam, a ponto de elevar d. João ás culminancias de rei clemente — isso é que não.

E' preciso de uma vez suffocar pelo gasnete as mentiras berrantes da nossa historia. A visão moderna de historiar não permite mais repetir o que está convencionado; exige a verdade.

E, deante da verdade, d. João VI foi um dos caracteres mais esfarrapados, mais oscillantes e, pôde-se mesmo dizer, mais torvos do seu tempo, uma das almas mais estranhamente feias, das almas da sua estirpe.

Aquelle factó que, em 1803, scandalizou o reino portuguez, é a prova mais retumbante de que a apregoada e estabelecida clemencia d'el-rei não passa de uma mentira pueril da historia.

O caso é conhecido.

Em 1800 entrou para o paço real, em Lisboa, como dama de honor, a figurinha tentadora e linda de uma brasileirinha. Era d. Eugenia José de Mendonça Eça de Menezes, filha de d. Rodrigo de Menezes, o conde de Cavalleiros. Tinha ella nascido em Minas (*Mario*

Bhering — “*Monumento a D. João VI*”) em 1781, quando o pae, aqui pelo Brasil, andára como capitão-general e governador daquella capitania.

No esplendor dos seus dezenove annos, no viço rutilante de uma mocidade formosa, d. Eugenia era o sorriso e o corpo mais festejados da côrte. Havia na sua figura um quê de estranho e embriagador, um mixto de fidalga que possuia no sangue o sangue dos Marialvas e o travo exquisito de uma fruta selvagem. O ambiente voluptoso do Brasil, onde ella viéra á luz e passára os seus primeiros dias, deixára-lhe na carne uma vibração original; sentia-se-lhe na graça de fidalga o fulgor estonteante dos seres meridionaes.

Pelo que dizem as chronicas, d. Eugenia, pelos seus donaires, pela sua formosura, pela maravilhosa mocidade dos seus encantos, offuscára a côrte tabaqueira e carola dos primeiros dias da regencia do filho da rainha louca.

D. João não havia encontrado no leito adultero de Carlota Joaquina os gozos que devia encontrar nos braços de uma hespanhola. E, a primeira cabeça que a figurinha vaporosa e picante daquella brasileira desnorteou, foi a cabeça real do principe regente.

D. Eugenia tinha a leviandade natural dos dezenove annos irreflectidos, a vaidade naturalissima de uma dama do paço. A visão de amores com o rei, de facto, devia-lhe ter feito esquecer a beijorra caricata de d. João. Devia-a envaidecer e seduzil-a.

E foi o que se deu. Por meiados de 1802 já o principe é amante da filha do conde de Cavalleiros.

Ou porque tivesse mêdo da lingua desatina-la de

d. Carlota, ou porque tivesse o feitio e o jeito de santarrão, o regente procura cercar os seus amores de um ambiente de mysterio e dissimulações.

Um principe, um rei tem sempre alcoviteiros dedicados. D. João teve dois: o seu afillhado, o celebre padre João, e o dr. João Francisco de Oliveira, physico mór do reino e medico do paço. O papel a que essas duas figuras se prestaram foi o mais triste e o mais ridiculo. Em certas noites havia necessidade de passar a moça dos seus aposentos para os aposentos do principe. D. João, medroso, dissimulado, com aquella covardia que foi o traço predominante de sua vida, receia-va ser surpreendido por alguem, quando se esgueirasse pelas paredes dos corredores. E então, ao anoitecer, o padre e o medico entravam no quarto de d. Eugenia, para palestrar. Mais tarde saiam, dirigindo-se os dois para os aposentos do principe. Mas ahi já não entrava mais o padre. Havia ficado lá no quarto da dama de honor, sem a batina. D. Eugenia, disfarçada em sacerdote, com as roupas do padre João, era quem transpunha a porta da alcova real.

Mas, ao começar o anno de 1803, o regente está agoniadissimo — a brasileirinha será mãe naquelle anno. O escandalo estrondará.

O filho de Maria I tem a mania de passar pelo monarcha mais limpo de costumes e mais recatado de moral daquella época em que os soberanos não se envergonhavam de proles bastardas. E' preciso evitar de qualquer maneira o escandalo.

E d. João entende-se com o dr. João Francisco

de Oliveira. O que propõe ao medico é o que nenhum homem tem a coragem de propôr a outro. Quer que elle fuja com d. Eugenia, que elle passe por ter sido o conquistador do coração da fidalguinha. Para um principe regente um facto daquelles seria horrivel e desmoralizador, para um simples mortal não teria vulto o caso.

João Francisco é casado e tem dois filhos. Devia ser uma alma com uma noção muito estranha da honra e da fidelidade aos reis. Aceita a proposta. Sacrificará o seu nome, o nome de sua familia, a paz conjugal, o futuro, tudo, pelo bom nome e boa fama do soberano de sua patria.

A pretexto de doença, d. Eugenia licencia-se e retira-se para a casa de um irmão. E, no dia 27 de maio de 1803, o escandalo estala em toda a Lisboa. A moça desaparecera com o dr. João Francisco de Oliveira.

A côrte inteira formiga em mexericos. Os matadores da farça, magnificamente preparados para o grande effeito, não conseguem convencer ninguem. As cautelas do regente não tinham tido a virtude de afastar a sua culpabilidade. A maledicencia zune e fervilha. Carlota Joaquina é a primeira a afiar a sua tremenda lingua:

— Dos tres Joões um foi, que todos tres andavam lá, o padre, o medico e o principe, dizia abertamente, naquella desenvoltura sem peias que tanto a caracterizou.

Na carta que João Francisco escreveu á esposa communicando a fuga, carta de que a Bibliotheca Na-

cional possui uma cópia authenticica, escusa-se o medico de explicar as causas do seu gesto, e isto porque a mulher "tudo saberá". Confiava seguramente na lingua do povo.

D. João não contava com o máo resultado da farça. Não lhe havia passado pela cabeça que a côrte e o povo repellissem engulir a pilula.

È aquillo o irrita. A sua admiravel *clemencia* vem á flôr. È que se imagina do proceder, da grandeza de alma do monarcha? Volta-se contra a formosa creatura dos seus amores. Deante da mulher amada, da mulher que se amou, todo coração esbarra. O do regente, não. D. Eugenia foi perseguida tremendamente, infamemente, miseravelmente.

A 2 de julho o principe lança para o reino surpreso o alvará da perseguição. No documento ha phrases e sentenças que irritam e revoltam. Ha coisas destas: ... "tendo-se verificado na minha Real Presença que d. Eugenia José de Menezes, esquecida da honra e da decencia do paço, de si mesma e daquelles de quem vem, se precipitára (vejam isto, vejam isto) no crime torpe e abjecto de fugir com um medico, offendendo assim o respeito e o decoro do mesmo paço e injuriando a familia e a casa em que nasceu, com tanta infamia propria como escandalo geral"...

È mais ainda: "que sendo indispensavel não só zelar o respeito devido á casa real e a honestidade e louvavel procedimento da familia della, especialmente daquellas criadas que, pela sua qualidade e representação devem servir de exemplo (grande farcista!) na pu-

reza dos costumes e gravidade de todas as suas acções; mas também conservar illezas a memoria e a nobreza das familias illustres que não podem ser representadas por pessoas (e essa pessoa elle liavia amado!) indignas, as quaes envilecendo por factos torpes, abjectos e escandalosos a distincção com que nasceram se desherdam por elles da grande representação dos seus maiores e das prerogativas e privilegios que os mesmos lhes transmittiram por virtudes assignaladas, feitos heroicos e sacrificios gloriosos”...

E não é tudo. Tudo isso elle affirma desassombradamente para mandar que dona Eugenia seja riscada do titulo de dama, privada de todas as mercês e honras, e excluida da successão dos bens da corôa e ordens a que tenha ou possa ter algum direito.

Mas isso não é nada ainda em comparação ao resto. Nem mesmo deante do fruto de seus amores, nem mesmo para o filho imminente que elle sabia ser seu, d. João, com toda a sua clemencia, vacilla e recua. O alvará termina com estas sentenças horrendas: “ordeno que seja degradedada (d. Eugenia) da familia e casa em que nasceu e de que ficará estranha (é necessario gryphar) *por si e seus descendentes, se os tiver por todos os actos de feito e de direito sem poder succeder em herança “ab intstato”, nem em vinculos e prazos familiares, como se houvesse nascido de infima plebe, extinctos todos os direitos de sangue”.*

Havia nas *Ordenações* dispositivos que contrariavam aquelle rigor. Mas elle os derroga com este final: “pois assim é minha vontade, e o determino definitivamente”.

mente de motu proprio, certa sciencia, poder pleno e supremo, para que mais não possa vir em duvida em juizo ou fóra d'elle”.

Ainda não é tudò. D. João está empenhado em convencer o reino da sua pureza de costumes. E manda perseguir, mas perseguir a valer, o casal de fugitivos. D. Eugenia é presa em Cadiz; o medico, esse teve tempo de escapulir e embarcar para a Inglaterra, passando-se depois para os Estados Unidos.

Desilludida, amargurada, a moça recolhe-se ao Convento das Monjas de Cister, em Tavira. Mezes depois dá á luz Eugenia Maria de Menezes o fruto da sua união com o regente. Dahi por deante a sua vida é a pagina commovedora de um coração sangrado. Volta-se para a religião, volta-se para a ternura e para o amor de sua filha. Frei Thomé de Castello de Vide é o seu grande amigo, a quem ella confessa toda a immensa amargura que lhe vae na alma. Tempos depois, em 1814, o frade é transferido para o Convento de S. Bernardo de Portalegre. Ella não pôde mais viver sem a consolação suave daquelle velho, e para lá se transporta tambem. Aos quarenta e sete annos parece uma velha centenaria, sem um fio de cabello preto, sem um traço que não seja uma ruga. E, em 1818, morre ao peso da immensa dôr que a “clemencia” de d. João lhe poz sobre a vida.

Mas não é tudo ainda. O processo contra o dr. João Francisco de Oliveira segue toda a sua marcha até a sentença final. O medico é condemnado “pelo torpissimo e abominavel attentado com que prevaricou

no exercicio do seu emprego” e por ter “abusado da faculdade e entrada que por elle (o emprego) se lhe permittia na pousada de d. Eugenia, aliciando-a até ao ponto de a raptar”.

E’ condemnado a que? Apenas á forca. A’ forca, na qual, diz a sentença, “morrerá morte natural para sempre”.

E, como estivesse foragido, a sentença o considerava banido e mandava ás “justiças que apellidassem contra elle toda a terra para ser preso ou para que cada um do povo o pudesse matar não sendo seu inimigo”.

Ainda mais. O dr. João Francisco foi castigado com a “confiscação e o perdimento de seus bens para o fisco”.

Elle e d. João se equivaliam. Muitos annos mais tarde o medico, vindo dos Estados Unidos, desembarca no Rio de Janeiro. El-rei recebe-o bem e em 1821 está nas côrtes geraes como deputado pela ilha da Madeira.

A menina Eugenia, a filha do monarcha, conserva-se no Convento de S. Bernardo até 1826. Depois apparece casada com Guilherme Smith, consul geral da Inglaterra em Portugal. Em 1849, com d. Maria II no throno, o consul intervem e consegue que se revogue o alvará de 2 de julho de 1803, reconquistando assim a filha de d. João todos os direitos e honras da sua mãe desgraçada.

E ahi está a excelsa clemencia de el-rei. Nem mesmo deante do amor ella teve existencia e grandeza.

O rebuçado

A historia da Inconfidencia Mineira vive até hoje atravancada de duvidas e obscuridades. Muita coisa está ainda em pleno nevoeiro, sem uma explicação razoavel.

Aquella historia do rebuçado é um ponto de inter-rogação que perdurará por muito tempo.

Nos primeiros annos do malogro da conjuração corria em Minas que, numa certa noite, depois do visconde de Barbacena suspender o lançamento da “der-rama”, um vulto mysterioso, que se não sabia se era homem ou mulher, andou de casa em casa dos conspi-radores, avisando-os da grande desgraça que ia arre-bentar, e aconselhando-os a que fugissem e a que quei-massem os papeis que os compromettessem.

A’ primeira vista a coisa toma um aspecto de lenda. Um vulto mysterioso de rebuçado que, tarde da noite, nos vem bater á porta para prevenir de uma desgraça, sem que de maneira alguma se revele, mesmo no seculo XVIII, tem uma feição de fabula.

Mas, no fundo de toda mentira, ha pelo menos uma

migalha de verdade a pescar. Estudando-se, com certo interesse, a historia do encapotado fabuloso, fica-se arrastado a acreditar que alguma coisa existiu.

Se hoje muita gente não a leva a serio, a verdade é que, na época, todo mundo nella acreditou. O proprio visconde de Barbacena preocupou-se infinitamente com a tal apparição mysteriosa, e preocupou-se tanto que, em pessoa, procedeu a diligencias particulares e ainda oito mezes depois dos primeiros boatos, ordenava inquirições de testemunhas para apurar a verdade.

Quem conhece a figura de Barbacena, bisonho, sinistro, de poucas palavras e de muito ouvido, tendo tanto que fazer no processo da Inconfidencia, não pôde acreditar que elle perdesse tempo com o tal encapotado nocturno, se isso não tomasse aos seus olhos um aspecto de gravidade.

E, como se conta a historia, o rebuçado devia ter produzido, na época, um grande abalo nos homens de Villa Rica. Era em maio de 1789. Tiradentes havia já partido para o Rio, a mando dos conjurados, para levantar o povo carioca. Barbacena, avisado por Joaquim Silverio de que se conspirava, tinha imesperadamente feito a suspensão da "derrama". A medida do governador da capitania deixara os conspiradores com a pulga na orelha. A atmospheria era de chumbo, o ambiente de duvidas e receios. Do Rio nenhuma noticia se sabia de Tiradentes. Só Barbacena, sempre calado, escondido no seu retiro de Cachoeira do Campo, sabia de tudo. Os boatos zuniam, cortando o ar. Na noite de 18 para 19 de maio (Tiradentes havia sido preso a 10, no Rio, por Luiz de Vasconcellos) o vulto disfarçado ap-

parece de porta em porta, contando do desastre no Rio e aconselhando cautelas.

Era para impressionar. Pelo menos o ambiente estava preparado para uma aparição daquella ordem.

Deante della Barbacena escandaliza-se. Chega mesmo a ficar apprehensivo e tonto. Como o povo, antes d'elle, sabia do que se estava passando na capital do vice-reino? Quem teria trazido a noticia? Quem era o tal encapotado?

Não conseguiu saber. Não se sabe até hoje.

Que elle existiu, parece que só uma documentação posterior poderá apagal-o da historia.

Percorrendo-se a papelada da Inconfidencia já se encontra, no *Appenso II da Devassa de Minas*, os rastros da sua passagem.

Apenas ha discordancias quanto á data da aparição e quanto ás minucias desta.

O tenente-coronel Antonio Xavier de Rezende, ajudante de ordens do governador, diz que o embuçado appareceu em casa de Claudio Mancel da Costa na noite de 18 para 19 de maio (*Attestado datado de Villa Rica a 13 de janeiro de 1790 — Appenso II — Devassa de Minas*). As outras pessoas affirmam que foi depois de 23 de maio, após a prisão de Thomaz Antonio Gonzaga.

Consta do *Appenso* que, na manhã de 19 de maio de 1789, o desembargador Gonzaga, em viagem de Villa Rica a Marianna, contou ao tenente-coronel Francisco de Paula Freire de Andrade que o bacharel Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcellos, indo ao amanhecer daquelle dia á sua casa, lhe narrara da aparição do en-

capotado na porta de Claudio Manoel da Costa, na noite de 18. Ao voltar á Villa Rica, Francisco de Paula levou a novidade a Barbacena.

Todas as outras testemunhas referem-se a datas posteriores. Uma dellas é Antonia da Costa, preta fôr-ra, de nação Mina, maior de cincoenta annos. E' serviçal de Thomaz Antonio Gonzaga e mora na casa do desembargador conjurado. Conta que, uma noite (já o desembargador havia sido preso) ouviu bater á porta do magistrado. Vindo attender, viu a certa distancia da porta um vulto que não pôde distinguir se era masculino ou feminino. O vulto procurava por Luiz Antonio de Freitas, afilhado do pae de Gonzaga e que se creara na propria casa do desembargador. Luiz de Freitas não estava; tinha ido á residencia de José Verissimo da Fonseca, escrivão da ouvidoria.

— Corre, disse o encapotado, vae dizer-lhe que se acautele, que fuja, que já não durma hoje á noite em casa, pois que o querem tambem prender.

E dizendo isto desapareceu. A negra foi dar conta da missão. Nunca, porém, soube ou quiz dizer quem era o embuçado. Só contou que parecia mulher e mulher de fóra da terra, talvez alguma moradora do arraial dos Paulistas, nos arredores de Villa Rica.

Outro testemunho é o de José Verissimo da Fonseca, o escrivão da ouvidoria. A casa do escrivão ficava contigua á do poeta Claudio Manoel da Costa. Conta elle que, logo após a prisão de Gonzaga, estando em sua residencia a conversar com Manoel Fernandes Costa e Luiz Antonio de Freitas, bateram á porta. Era a negra Antonia que queria falar a Luiz. Este foi attendel-a e,

quando voltou, voltou assombrado, narrando que a negra vinha avisal-o da apparição de um vulto mysterioso, naquelle instante, em casa do desembargador, vulto que lhe mandava aconselhar a fuga para evitar a prisão.

Estavam elles a commentar o caso (é ainda o escrivão quem narra) quando José Verissimo foi chamado á casa de Claudio Manoel da Costa. Claudio estava preoccupadissimo e narrou-lhe que um desconhecido lhe havia batido á porta para o avisar que fugisse e queimasse todos os papeis compromettedores.

Conversaram longamente sobre o facto. Claudio, interrogado pelo escrivão, confessou não ter reconhecido o vulto.

— Deve ser algum dos meus inimigos, disse. Quer que eu fuja para que, aos olhos das autoridades, eu pareça culpado de crimes que não tenho.

Manoel Fernandes Coelho, thesoureiro da Intendencia, a quem José Verissimo se referira no seu depoimento, foi tambem ouvido pelas autoridades. A sua narrativa é aquella mesma historia do escrivão da ouvidoria. Apenas accrescentou que Verissimo lhe dissera que o dr. Claudio estava bastante assustado e temeroso com a apparição e que elle, escrivão, o animara, procurando persuadil-o de que o aviso devia ser fabula e que não dêsse credito a coisa tão insignificante.

Cotejando-se esses depoimentos, póde-se ter a impressão de que é fabuloso o apparecimento do rebuçado. A unica testemunha de vista é a preta Antonia, já velha e certamente dada a acreditar em mysterios. O attestado do tenente-coronel Xavier de Rezende refe-

re-se apenas á narrativa de Freire de Andrade. Nenhuma das outras testemunhas diz ter visto o vulto desconhecido.

Mas essa impressão parece desmanchar-se deante do depoimento de Claudio Manoel da Costa. O poeta conspirador foi chamado ao palacio de Barbacena para esclarecer o caso. As suas palavras dissipam a nevoa de fabula. Confirmam a apparição da figura enigmatica. Apenas ha erros quanto á fórma e quanto ao tempo della. Não foi, como se diz, na noite de 18 para 19 de maio, e sim depois da prisão do desembargador Gonzaga.

E corrige tambem a fórma. Uma noite saiu elle do seu escriptorio para acompanhar uma visita até á porta da rua. Ao desaparecer a visita, um vulto disfarçado parou na sua frente. A noite estava escura e não pôde distinguir se era mulher ou homem, ou homem disfarçado em mulher. Pediu-lhe o rebuçado que o ouvisse; tinha assumpto importante a tratar.

— Entremos, convidou o poeta.

— Não.

Não houve meio do desconhecido entrar. Ali mesmo á porta, protegido pela escuridão, deu-lhe aquelles conselhos de fuga e destruição de papeis compromettedores.

Com tudo isso a tal historia do rebuçado continúa a ser uma interrogação, no scenario da Inconfidencia. Um dia apparecerá certamente alguém de paciencia minuciosa que a ponha á luz.

Pedro II, o democrata

O scénario social e politico do Brasil não comportaria nunca os reis ostentosos, rigidos, autocratas, quasi sobrenaturaes, quasi divinos que a gente encontra na historia dos velhos povos.

E' que isto foi sempre um paiz original desde os seus primeiros dias. O respeito á autoridade foi coisa que nunca pôde existir no Brasil.

E o phenomeno explica-se. E' que, ao ser desvendado o continente brasileiro, a natureza, pela sua immensa força e pela sua virgindade potente, tinha papel maior que o homem. Quem aqui chegava era dominado e absorvido por ella. Calcegas e frades, fidalgos, piratas e donatarios, ao pisar a terra de Santa Cruz sofriam a acção niveladora da natureza barbara. As difficuldades eram as mesmas para os pequenos, como para os grandes, e as virtudes e os defeitos quasi os mesmos para os bons como para os máos, os perigos eguaes para os fortes como para os fracos.

Esse nivelamento physico tinha que produzir e produziu o nivelamento moral. Desde o alvorecer da

historia patria que os homens têm o mesmo plano. O nível é um só. As autoridades não têm força para impôr o principio de hierarchia numa terra em que elle proprio periga, os homens acostumam-se a não conhecer o valor das leis, e estas, pelas necessidades da terra a povoar, têm de ser benignas na fórma e quasi nullas na execução. A autoridade real foi-se dissipando, dissipando, até que se apagou da memoria do povo.

E quando Portugal abriu os olhos, quando pôde organizar um mecanismo administrativo para o Brasil, era tarde. Já o elemento nacional se havia formado ao léo, desorganizado, com character proprio, tendo por alicerces o nivelamento de inicio. E, por mais que o mecanismo do governo portuguez se tornasse rigoroso e perro, não era mais possivel dominar os impulsos da da rebeldia brasileira.

Havia já um povo senhor do seu nariz e que tinha o habito de levantar o nariz bem alto. E quando mais asperas eram as exigencias de Portugal, no tempo de D. João V e no governo pombalino, tinha-se de certa maneira a illusão de que o principio de autoridade estava implantado no Brasil. Apenas illusão. No fundo a realza, com a sua alta prôa e o seu poder, não passava, para nós, de uma caricatura a que ninguem levava a serio. Burlavam-se as leis nas barbas das autoridades, lograva-se o fisco pelo gostinho e o lograr.

Num paiz, com um povo assim, não se podiam comprehender reis ostentosos, rigidos, quasi sobrenaturaes, quasi divinos.

Houve, em certo momento historico, opportunida-

de para se impôr á nossa gente a imponencia da realza e firmal-a no nosso espirito como coisa séria, impressionante, augusta, deslumbradora. Foi quando, para o Brasil, se mudou a côrte de Portugal.

O espirito publico parecia estar preparado para venerar a majestade de cabeças coroadas. Mas, o que nos chegou a bordo das galeras portuguezas tinha apparencia de opera bufa. Era uma côrte esbodegada pelos azares da fuga, uma especie de bando de saltimbancos á procura de um pedaço de terra para armar a barraca.

Faltava-lhe grandeza, faltava-lhe magnitude. O rancho compunha-se de uma multidão de fidalgos empobrecidos, sem distincção, sem linha, devorados pela gula de enriquecer; de uma rainha velha que gesticulava e gritava plebéamente em crises de loucura. — a infeliz D. Maria I; de outra rainha e essa escandalosamente adultera e escandalosamente desbocada e plebéa — D. Carlota Joaquina; — de um pobre rei molengo, de queixo bambo, medroso, glutão — o sr. D. João VI.

Se, até aquelle momento, tinhamos no nosso animo pouca disposição para comprehender e venerar a magnificencia da realza, dahi por deante a disposição se annullou completamente.

A realza era aquillo? aquella multidão de gente foragida e brutalizada pelo medo das legiões de Junot? um rei que coxilava, arrotando? uma rainha que dizia palavrões como as negras das senzalas e uma rainha velha que desvairava, estrebuchando, como qualquer hystérica?

Num outro momento foi também possível impôr ao povo a dignidade real. E' na eclosão da independência, quando se funda o imperio.

Mas o destino parecia não encontrar no scenario social e politico do Brasil grandeza sufficiente para a figura de um grande rei que se impuzesse pela majestade de seu titulo.

O monarcha que os fados nos deram foi o sr. D. Pedro I, um estourado, um estrabulegas, um epileptico, sem educação politica, sem educação familiar, um homem que vivia nos mais estrondosos escandalos de saias e que, em plena vigencia da actividade imperial, apanhava, por culpa dos seus amores, tremendas sovas de páo que lhe quebravam as costellas.

O povo acostumou-se a vel-o como a um seu igual, acostumou-se a encontral-o tarde da noite em serenatas com a Miquelina, em "farras" com tudo quanto era "farrista", agarrado ás saias de todas as mulheres capazes de despil-as.

Não o respeitou, nem podia respeital-o. E no Brasil ninguem mais pôde comprehender um monarcha senão como um homem igual aos outros homens.

*

* *

Pedro II não podia ser senão um rei democrata. Quizesse ter outro tom, encontraria no paiz todas as hostilidades de tradições e de ambientes.

Mas foi o proprio destino que o preparou para ser

o suave, o extraordinario, o encantador monarcha que encheu mais de meio seculo de nossa historia. Deu-lhe aquella pae avoadado que foi Pedro I, mas em compensação lhe deu aquella mãe dulcissima e soffredora, a pobre D. Leopoldina, que, no fausto do palacio imperial era, pelos desmandos do marido, mais infeliz que a mais desgraçada de suas subditas. E quando, em tenra idade, lhe tirou o aconchego materno, entregou-lhe o regaço vigilante e protector daquella mulher admiravel que se chamou D. Maria Carlota Verne de Abreu.

Tudo a sorte lhe trouxe para dulcificar-lhe o coração e amoldal-o ao contacto do coração do povo, tudo, até o soffrimento. Fel-o orphão de mãe mal começava a andar, levou-lhe o pae para a Europa quando tinha apenas seis annos.

Desde menino que teve todos os elementos a mostrar-lhe que um principe, mesmo com um throno aos pés, é um homem como qualquer outro. Não havia ainda aberto os olhos do entendimento, estava no temporal do 7 de abril e, horas depois, na longa e sangrenta borrasca da Regencia. Chegavam-lhe aos ouvidos alarmados o ulular do povo em revolta; durante nove annos em que o seu espirito infantil ia acordando, só ouviu, soffrendo certamente, gritos de lutas, agonias, dissensões, combates.

Ao vir a Maioridade tinha a alma nivelada á alma das ruas.

E todo o seu longo reinado foi de absoluta fraternidade, de absoluta intimidade com o elemento popular. Talvez tivesse sido o mais simples, o mais suave, o

mais doce, o mais liberal, o mais democrata dos monarchas que tenham passado pelo planeta.

Accusam-no de ser cioso das suas prerogativas, rigoroso nas exigencias dos protocollos, exigente nas regras da pragmatica, quando se apresentava na Côrte. E' possivel. Era isso a feição ingenua, a feição infantil do seu character. E' nada mais explicavel na vida. A bondade de Pedro II era tão alta e tão larga que lhe prejudicava, de certo modo, a energia. Era o Pedro Banana no bom humor trocista dos brasileiros.

Elle sabia disso e queria fingir que era energico, que tinha vontade potente. E, como não possuia, no fundo, energia real, procurava fingil-a, mostral-a nas exterioridades. E' a maneira usual dos fracos. Fingia que sabia mandar e que mandava.

Conta Ernesto Mattoso que, no Paraná, na inauguração da Compagnie Imperiale des Chémins de Fer du Brésil, pelo simples facto do programma das festas ter sido organizado á revelia do imperador, D. Pedro desorganizou-o completamente mudando para tres dias depois, um grande banquete que já estava posto á mesa e que custara mais de trinta contos.

Capricho? Perversidade? Não. Intenção infantil de mostrar que o monarcha era elle, que se não despia das prerogativas imperiaes, que quem mandava era elle, elle, o chefe da Nação.

Mas, no fundo, era a mais encantadora das creaturas. Desde que não estivesse em fóco a sua qualidade de imperante, desde que entrasse no ambiente da intimidade, era a doçura, a simplicidade, como nunca

foi nenhuma outra cabeça coroada. Misturava-se com o povo; andava na rua como qualquer mortal, com a sua sobrecasaca e o seu guarda-chuva debaixo do braço; dava em casa alheia a presidencia da mesa ao dono da casa; chamava inferiores para a sua mesa, ia até o fundo da cozinha do Collegio Pedro II provar as pannelas, para verificar se forneciam boa comida aos estudantes; ia aos mercados comer frutas, como muita vez fez em Lisboa, etc., etc.

Teve os seus peccados, teve, mas muito menores que os dos outros soberanos, e nunca o peccado de se julgar superior aos homens que governava.

Villegagnon e La Ravardière

No pequeno espaço de meio seculo os francezes concorreram para a historia do Brasil com o mais vivo contraste que hoje se póde encontrar na nossa historia — a França Antartica de Villegagnon e a França Arctica de La Ravardière.

É tão forte é esse contraste, tão accentuadas são as differenças entre aquellas duas tentativas colonizadoras, taes as diversidades do genio dos dois homens que produziram os dois factos historicos, que a gente se surpreende de ver um só paiz e um só povo, revelando, em tão curto tempo, differenciações tão flagrantes.

A França Antartica nas terras da Guanabara e a França Arctica nas plágas do Maranhão são tão diversas, que só povos oppostos em character podiam produzir-as. Villegagnon e Ravardière são figuras tão dessemelhantes, como um chinez é de um italiano, como um suizo é de um esquimáo.

O contraste é pasmoso entre as duas obras e entre os dois vultos.

Na colonia de Villegagnon predomina a intriga, o odio surdo, a desordem, a oppressão. Na colonia do Maranhão o que existe é a harmonia, a unidade de vista, a grandeza d'alma. Naquelle ferve o rancor, o desespero, a ancia insatisfeita da liberdade; nesta a ordem é um facto, a justiça é um direito. Villegagnon é a prepotencia; La Ravardièrre o cavalheirismo.

No Rio de Janeiro a liberdade de consciencia andou ao sabor das vacillações religiosas de Villegagnon; no Maranhão, La Ravardièrre deu aos ministros catholicos a mais larga liberdade de acção e, apesar de calvinista, assistia-lhes ás cerimoniaes publicas.

No Rio, o chefe da colonia, huguenote vermelho, persegue os protestantes dentro dos muros de sua fortaleza; o creador da França do Norte, protestante consciente, exige que se respeitem os missionarios catholicos no exercicio da religião.

Na colonia do Sul o indio é um animal inferior, na colonia do Maranhão o indio vale tanto, que ha leis determinando que não se exponham moças selvagens ao ridiculo.

Nas mãos do director da França Antartica mais de uma vez foram os indios escravizados e mortos; na França Arctica eram rigorosissimas as leis contra quem injuriasse ou sacrificasse os gentios.

Para os francezes da Guanabara o selvagem é um animal de carga, obrigado a fornecer aos colonisadores tudo que a terra possa dar; lá no Norte, La Ravardièrre castigava tranquillamente todo aquelle que pretendesse apoderar-se das roças ou de qualquer outro bem dos indios.

Nunca houve dois homens de visão tão opposta.

Deante de um continente maravilhoso como o nosso, deante de uma paizagem tão allucinante como a da Guanabara, que desperta na gente a ancia de conhecê-las suas minucias, Villegagnon teima em enjaular-se na pequenez de uma ilhota arida, della não sáe durante cinco annos e não dá passo algum para a conquista da terra de que é senhor. Aportando á ilha de S. Luiz, La Ravardière estende immediatamente os braços para o continente e, no curto espaço de tres annos e quatro mezes, o tempo que durou a sua missão, conquista um sem numero de aldeias, percorre tresentas leguas de costa, explora a foz do Gurupy, avança até o Pará e afunda até ás regiões inhospitas do Mearim e do Grajahú.

*

* *

Entre o fundador da França do Sul e o fundador da França equinocial só havia um ponto de contacto — é que ambos eram francezes. E é isso mesmo que mais avulta o contraste.

Quando aqui pisou, em meados do seculo XVI, Villegagnon trazia uma reputação brilhante: homem de guerra, escriptor, latinista, character integro e independente, além dos seus titulos de fidalgo, cavalheiro da Ordem de Malta e vice-almirante da Bretanha. Mas, ao partir do seu paiz para a conquista do Brasil, já devia estar minado do virus da molestia que o fez, na nossa historia, um dos maiores doentes da sua época.

Ao começar a organização da França Antarctica

que vinha fundar no territorio brasileiro, Villegagnon se mostra um homem incompreensivel. Não se sabe se é um comediante ou se é um louco. Ao rei da França, Henrique II, que é catholico, diz-se catholico; ao ministro Coligny, que é protestante, propõe crear na América um asylo para os huguenotes perseguidos na Europa. Quer no primeiro momento que a sua expedição se componha da gente mais educada e limpa; mas, ao surgir a primeira difficuldade, pede ao rei que lhe dê colonos das cadeias de Ruão e Paris. Aventurando-se á colonização de um paiz selvagem, sem base familiar, esquece ou repelle a organização da familia — não quer mulheres nos seus navios.

Mas a sua allucinação doentia só explode visivelmente deante da natureza do Brasil. E' já um desequilibrado em pleno delirio. Chegando ao Rio de Janeiro com uma esquadra na qual havia homens intelligentissimos, torna-se o algoz desses homens, levando-os ao carcere e á morte. Recebido de braços abertos pelos indios, explora-os, castiga-os e trata-os como bestas-féras.

Partindo da Europa com a intenção de conquistar um paiz, muda de idéa ao chegar em frente ao esplendor da natureza desse paiz. Em vez de pôr-se em contacto com a natureza e o povo, isola-se e quer isolar a sua gente. Tranca-se no pequenino espaço da ilha que hoje tem o seu nome, transforma-a numa praça d'armas, torna-se o tyranno de um grupo de desterrados, não vae á terra, nem permite que os seus companheiros com ella se communicem. Vindó para formar uma nação, tem, no entanto, preconceitos de raça os mais ex-

travagantes — não quer que os seus subordinados se maculem na união illicita com os naturaes. Em vez de trabalhar, em vez de encher a terra virgem da actividade intelligente dos seus homens, em vez de tirar do solo riquezas novas, recebe dos indigenas até a propria alimentação.

Elle, que veiu para organizar uma nacionalidade, organiza, no fim de contas, um presidio para os seus companheiros e para elle proprio, que de lá nunca se afasta.

Nem o scenario resplendente da paizagem guanabarina o seduz. Nem a curiosidade de conhecer de perto a belleza do paiz toca a sua alma secca de bretão.

Não sae um instante dos muros da fortaleza. Os dias decorrem-lhe aridos, ociosos, vãos, interminaveis. A sua vida e a vida dos seus commandados são um inferno. Estabelece uma disciplina despotica, que a ferro e fogo quer conservar, e conserva. E' um tigre cercado de varios tigres que a sua prepotencia creou.

Deante de um continente onde havia tantas coisas a fazer, gasta os dias em discussões estereis sobre doutrina religiosa. Em vez de mandar os homens á conquista da terra que veiu colonizar, tem a louca fantasia de enviar, daqui a Genebra, emissarios a Calvino, para esclarecer-se de umas tantas duvidas sobre tricas de religião.

Devia ser uma alma estranha, a desse homem. Tendo deante dos olhos a mais bella bahia do mundo, a amplitude da mais vasta região da America, escolhe para si a prisão de um rochedo. E' que, entre o rochedo e a sua alma devia haver uma profunda afinidade: a

ilha de Villegagnon era aspera, acanhada, escabrosa e dura. Foi a melhor fôrma que encontrou para o seu coração de pedra.

Passeando pelas amuradas da cidadella, sempre carrancudo, sempre enfesado, nunca teve tentações de estender os braços para a natureza tropical que o sol maravilhoso do Brasil illuminava.

Só uma feição da vida o seduzia — a crueldade. O isolamento devia-lhe ter augmentado a marcha funesta da loucura. Ha um periodo em que as suas mãos se ensopam miseravelmente de sangue. Os amigos mais chegados, as figuras mais respeitaveis da expedição, são por elle insultados, martyrizados e mortos. Manda matar pelo gosto de ver morrer. A um indio que commette uma falta insignificante, amarra-o a um canhão e despeja-lhe gordura quente em cima.

Ora persegue e castiga os catholicos da sua ilha, ora escorraça e flagella os protestantes. De Genebra manda buscar ministros e praticantes do protestantismo, para ensinar a nova seita na sua fortaleza; e, quando estes chegam, é o primeiro a hostilizar-os. Esquece compromissos, esquece tudo e expulsa-os. Aos que ficam, manda matar, atirando-os dos muros da cidadella para as aguas.

Era um demente e, nos momentos lucidos, um bandido. Quando sabe que Mem. de Sá se prepara, na Bahia, para vir expulsal-o, átruma apressadamente as malas e parte para a França, deixando aos companheiros a empresa da luta com os portuguezes.

A historia glorificou-o com uma mancha. Villega-

gnon é conhecido através dos seculos sob a denominação de "Caim da America".

*

* *

A figura de La Ravardière é inteiramente outra. E' o cavalheirismo, a dignidade, a tolerancia em tudo.

Ha nelle, ás vezes, traços que revelam uma envergadura admiravel de colonizador. O indio vale aos seus olhos mais que os seus proprios compatriotas. Na França equinocial os selvagens tinham direitos excepçionaes, garantias maiores que quaesquer outros homens.

Uma vez, chegando á fortaleza de S. Luiz uma tribu do Grajahú, mandou-a distribuir pelas aldeias vizinhas. Mas a tribu recusou-se a viver entre as outras tribus, receando choques. La Ravardière desaloja uma aldeia de francezes, hospeda os selvagens recém-chegados e, por elles, distribue as roças que os seus homens tinham feito.

O seu prestigio entre os gentios era tamanho que até para declarar guerra entre si vinham elles ouvi-lo.

Chega a ser espantoso que, naquella época, houvesse um espirito de tão larga liberalidade. Os rancores que existiam entre catholicos e huguenotes estavam no seu periodo mais acceso. La Ravardière chefia um punhado de homens de ambas as seitas, e nunca houve uma revolta, uma queixa, ao menos, contra a sua conducta.

A dignidade de homem de guerra, tem-n'a elle como

é raro encontrar. Derrotado na bahia de Guaxenduba pelas tropas de Jeronymo de Albuquerque e Diogo Campos, tem gestos de fidalguia arrebatadora. Ao saber que os vencedores estavam á mingua de remedios para curar as feridas, manda-lhes o seu medico e a sua pharmacia, e não quer recompensa alguma. Sabendo que o forte de Santa Maria, onde se aquartelavam as forças portuguezas que o acabavam de vencer, soffria pela penuria de viveres, envia grande porção de milho, favas, feijões, não só para o alimento de seus inimigos como para o plantio das roças.

A bordo do seu navio, no dia seguinte á sua derrota, recebe Diogo Campos com honras excepçionaes.

Vencido, é leal e gentil até ao ultimo momento, até mesmo depois que os portuguezes praticam deslealmente a ruptura do armisticio da batalha de Guaxenduba.

E' espantoso: a mesma França que deu o "Caim da America", em menos de cincoenta annos, nos mandou o espirito admiravel do fundador do Maranhão.

Badaró

A arte mais complexa talvez não seja a de viver, mas a da escolha do momento, do scenário e da oportunidade em que se deve transpôr a morte.

Até para morrer precisa a gente ter estrella.

Se Libero Badaró tivesse ficado no paiz natal, a propria Italia, a estas horas, não se lembraria mais do seu nome.

A felicidade depende, ás vezes, de um gesto ou de uma doidice. A partida de Badaró para o Brasil foi classificada de doidice, pela sua familia. E, desse pequeno gesto irreflectido, nasceu toda a felicidade gloriosa do italiano que São Paulo eterniza no rol dos martyres da Liberdade.

Na Italia Badaró morreria como um medico vulgar, apagado, como muitos medicos que lá morreram.

O scenario da velha patria de Dante não tinha, no momento, as convulsões necessarias para as expansões rutilantes de um espirito liberal.

O scenario do Brasil era o daquelle periodo curioso e fremente dos ultimos annos do governo de Pe-

dro I, em que a nação inteira amontoava a lenha para a fogueira que clareou no 7 de abril

Não tivesse elle mudado de terra e não tivesse escolhido o Brasil, e a sua morte talvez não fosse o esplendor que foi.

Não se podem negar a Badaró virtudes e relevos de intelligencia e cultura. Era um medico habilissimo e um botanico apaixonado. Antes mesmo de pensar no Brasil, dizem as chronicas da sua vida, tinha uma certa reputação professional na terra natal, a Liguria, e convivia com vultos da estatura intellectual de Bertoloni, Viviani, Moreti, etc., Mas isso era pouco para prever-se uma posteridade radiosa.

A felicidade de Badaró foi o Brasil. Aqui teve elle a grande ventura de encontrar o scenario e a oportunidade para morrer. Teve, nos acontecimentos politicos, a rara sorte de ser assassinado em defesa das idéas liberaes.

Libero Badaró chegou ao Rio de Janeiro em 1826. Não tinha mais que 28 annos.

Ao certo não se sabe o que o trouxe até cá. Querem uns que tivesse sido o proprio aspecto politico do paiz. Uma alma avançada como a de Badaró devia seduzir-se pelo tom revolucionario que o novo imperio apresentava desde o golpe de Estado de Pedro I. Não acreditamos nisso. Os acontecimentos do Brasil não teriam uma repercussão tão viva na Europa.

Outros affirmam que elle para aqui veio tanguido pela curiosidade scientifica. Essa é que deve ser a verdade. Região tropical como a nossa, com uma flora que attrahia tantos sabios, era natural que despertasse ten-

tações no espirito apaixonado de um botanico juvenil.

No Rio a sua vida foi quasi apagada. Clinicava e, nas horas vagas, subia os morros para estudar os fétos e as trepadeiras.

A situação politica era já o preparo daquella tempestade que teve o seu epilogo com o 7 de abril. D. Pedro mettia os pés pelas mãos. Os partidos agadanhavam-se numa luta que dia a dia se tornava mais intensa. O imperador já tinha perdido a confiança do povo. Os escandalos com a marquezia de Santos; a visão errada que elle, monarcha constitucional, tinha da Constituição; as execuções dos revolucionarios da Republica do Equador, a solitudine que agora mostrava pelos portuguezes, preterindo os nacionaes: tudo, tudo tinha corrido para que o proclamador da independencia cada vez mais se afastasse do coração do paiz.

Badaró aqui viveu dois annos. Não se conhece um gesto seu para mover-se, como liberal, dentro dos acontecimentos. Era natural, não conhêcia a lingua, não conhecia a terra e palpava-as primeiro.

Em S. Paulo inaugura-se o curso juridico que depois se transformou em Faculdade de Direito. Em 1828 Badaró passa-se para S. Paulo. No curso juridico ha uma cadeira de geometria e o professor nomeado não tem pressa em mudar-se do Rio para a capital paulista. Elle offerece-se para leccionar gratuitamente a cadeira desprezada. Começa então a sua grande vida de agitador.

Alto, magro, de larga testa intelligente, era, apezar da gravidade das suissas e dos oculos, uma creatura sympathicamente impressionante. A alma, tinha-a sua-

ve e communicativa. Era de esperar que espalhasse em derredor da sua figura um halo de sympathias. E assim foi. Desde os primeiros dias os estudantes lhe dedicaram uma ternura cega. Solteiro, sem outra preocupação a não serem preocupações intellectuaes, Badaró reúne em sua casa, á rua Nova de S. José, todos os moços do curso de direito. A rapaziada entra e sae ali como numa "republica".

O nome de Badaró torna-se querido em toda a cidade. A sua clinica augmenta. Em pouco tempo é o operador e o parteiro de mais conceito. Em toda parte se contam os seus rasgos de desinteresse e de caridade.

De 1828 em diante os partidos politicos acirram-se mais na luta. A ascensão de José Clemente Pereira ao governo, a opposição tremenda que os liberaes lhe fazem, a hostilidade furiosa que ha em todo o paiz aos *columnistas*, accendem em toda a imprensa um furor de combate incontido. — Os *clementistas* têm tendencias absolutistas! grita-se de norte a sul.

S. Paulo é governado pelo bispo d. Manoel Joaquim Gonçalves de Andrade. E' um politiquero e nada mais. A segunda autoridade é o celebre ouvidor Candido Ladisláo Japiassú, uma das creaturas mais desassissadas, mais violentas e mais arbitrarías que tem tido a justiça paulista. A atmospherá politica é horrivel. Ha necessidade de um freio contra a politicalha do governador e contra os desmandos de Japiassú.

E em 1829 apparece o *Observador Constitucional*, com Badaró á frente.

O novo jornal provoca um rumor immediato. A linguagem, embora desataviada, transparecendo um

mão escriptor, é limpa e ao mesmo tempo energica. Os ataques visam directamente as duas maiores autoridades da provincia.

O bispo sobe ás nuvens, mas procura deter-se dentro da compostura do cargo. O ouvidor perde completamente as estribeiras. Por toda parte ameaça o jornalista, dando a entendér aos intimos que preparava a vingança.

O *Observador Constitucional* é recebido no Rio com grande estrondo. Os jornaes contrarios ás idéas do governo louvam-lhe os principios liberaes e exageram-lhe a acção combativa. Badaró torna-se a unica preocupação dos odios das altas autoridades paulistas.

E é esse odio que o vem matar. Até hoje não se sabe ao certo quem o assassinou. Mas, quem passar os olhos pelos acontecimentos da época, não terá duvida alguma em affirmar que o mandante não podia ter sido senão o ouvidor Japiassú.

Pedro I foi longamente accusado como o bispo e como o ouvidor. Paixão politica, exploração partidaria do momento. O imperador nada teve com o crime. A morte de Badaró só o fez soffrer. O ruido produzido em roda d'elle abalou profundamente o prestigio e a alma do monarcha. Quando d. Pedro fez aquella segunda viagem a Minas, as populações; á passagem da comitiva imperial, mandavam tanger os sinos e recolhiam-se ás egrejas, assistindo missas por alma do jornalista assassinado.

Badaró teve a morte no momento preciso e em situações precisas para ser glorioso, morrendo.

Foi na noite de 20 de novembro de 1830. Ao que

dizem as chronicas, fazia um luar allucinante. Era um sabbado. As ruas da capital paulista estavam cheias de moças e rapazes que gozavam a brancura admiravel do plenilunio de seda.

Badaró jogava na intimidade de um amigo. Na sua casa um grupo de estudantes toca flauta, violões e cavaquinhos.

A's dez horas da noite, Badaró deixa a casa do amigo e dirige-se á sua. Na esquina ha dois vultos embuçados. Um delles é o allemão Stock. Ao passar o jornalista, o allemão aproxima-se:

— Doutor...

Badaró estaca despreoccupadamente.

— Que ha?

— Era um artigo que eu queria que o doutor me publicasse no seu jornal.

— E' tarde para tratarmos disso. Apareça amanhã.

— O artigo é contra o dr. Japiassú.

— Está bem. Leve-o amanhã.

O outro vulto chega-se. Badaró quasi que não o vê. Ouve apenas a phrase sinistra:

— O artigo é este...

E um tiro de pistola estronda. O jornalista, ferido no baixo ventre, tomba nas pedras.

No dia seguinte o desenlace. A cidade está como num incendio. O povo revolucionado cerca a residencia do ouvidor. Os assassinos são presos pelo povo no quintal de Japiassú.

Na sua casinha da rua de São José, Badaró, cercado de estudantes e de amigos, agoniza. Os medicos

procuram animal-o. Num certo momento a cabeça pende-lhe. Correm rapazes a amparal-a.

Elle os detém com um gesto:

— Não ha necessidade, é a morte.

E com um lampejo de enthusiasmo nos olhos suas:

— Morre um liberal, mas não morre a liberdade!

Pende de novo a cabeça, a boca escancara-se, quer falar e não póde. Estava morto.

Tinha tido a felicidade de morrer no momento exacto. Tinha tido a sorte de pronunciar uma grande phrase.

Como nascia um principe

Folheando-se os jornaes da época, tem-se a impressão deliciosa de um dia de festa, aquelle em que vinha ao mundo um fruto augusto da augusta familia imperial que nos governava.

A cidade naquelle dia alvoroçava-se. Pela manhã, no alto do Castello, por meio de signaes, davam-se os avisos de que a Imperatriz estava sentindo as dores naturaes da maternidade. As ruas agitavam-se; percebia-se no semblante do povo essa expressão indefinivel que se lhe nota nos grandes dias.

O aviso do Castello já era esperado anciosamente. Havia uma semana que os jornaes vinham noticiando o estado de saude de Dona Thereza Christina, a immnencia de ter o Imperio um novo pimpolho principesco.

As damas do paço, fidalgos e fidalgas, toda a gente ligada á intimidade imperial, corriam pressurosos para a Boa Vista.

A Imperatriz era querida, o povo amava-a respeitosamente: as vizinhanças da Quinta ficavam apinhadas

de populares, á espera que viesse lá de dentro a noticia do bom successo da grande senhora.

A's duas da tarde, na rua do Ouvidor, a multidão era maior que nos outros dias. Os bancos fecharam mais cedo; a Camara e o Senado não tiveram numero para funcionar. A perfumaria do Bernardo, onde de tudo se fallava e de tudo se sabia, está acunhada de senadores, deputados, banqueiros, literatos.

— Principe ou princeza?

— Não se sabe. O Castello ainda não assignalou.

— Deve ser principe.

— Porque é de principes que precisamos.

Na loja de modas do Masset, a Wallerstein dos tempos do primeiro Imperio, os caixeiros andam esfoqueados. Parecia que todo o mundo elegante combinara fazer compras naquelle dia. A' porta do Desmarais, o cabellereiro e perfumista de mais fama da época, ós elegantes, os filhos-familia desoccupados, os "almofadinhas" de hoje, enchem de pernas o passeio estreito, dizendo amabilidades ás mocinhas que passam. Da casa de Mme. Finot saem braçadas de rosas frescas e de cravos rutilantes.

Mas onde a multidão é mais numerosa e mais densa é á porta do *Jornal do Commercio*. O povo espera que seja collocado á parede o boletim avisando o bom successo da Imperatriz.

Afinal, ao entardecer, sobe no Castello o signal avisor.

A cidade inteira vibra como tocada por uma pilha

electrica. Aqui, além, em toda a extensão da cidade estalam foguetes.

Nas confeitarias, nos restaurantes, principalmente no Hotel de Europa, onde se reunia a melhor gente, estoiram garrafas de champagne. Bandas de musica vêm para as ruas, batendo dobrados festivos, com o povo á frente e atraz vivando as Majestades. A rua do Ouvidor, a do Cano, a da Valla, a da Quitanda, o largo de S. Francisco, transformam-se num formigueiro alvo-roçado.

Apparecem nas saccadas as primeiras lanterninhas e, ao fechar da noite, a cidade scintilla ao fulgor das luminarias.

Na Quinta da Boa Vista a scena era outra.

No pateo rodam carruagens. Lá dentro, no palacio, as salas estão cheias do grande mundo. São os ministros, os secretarios de Estado, os conselheiros, os grandes do Imperio, os presidentes do Senado e da Camara, o mordomo-mór, o veador, o medico, o guarda-roupa, semanaes do serviço dos soberanos, os altos politicos, as altas damas, as amigas da familia imperial, tudo em silencio, pisando nos bicos dos sapatos, ou aos cochichos nas vastas varandas abertas para os arvoredos frondosos.

As horas vão passando. A cada pessoa que vem lá de dentro a pergunta é infallivel:

— Nada?

— Nada.

Afinal o medico da imperial camara, saindo dos

aposentos da Imperatriz, surge com uma expressão de alegria nos olhos.

— Príncipe ou princeza?

— Príncipe.

— Robusto?

— Um latagão.

Aclaram-se as physionomias. Mais alguns minutos, apparece o mordomo-mór. O Imperador manda convidar as pessôas presentes a passarem á ante-camara da alcova da Imperatriz para a cerimonia da apresentação do príncipe recém-nascido.

O ceremonial é simplissimo. Corre-se o reposteiro dos aposentos imperiaes e o monarcha apparece com o pimpolho nas mãos.

Approximam-se todos respeitosamente, com uma amabilidade:

— Que lindo!

— Que forte!

— Que gracinha!

O secretario de Estado dos Negocios do Imperio, alli mesmo, lavra tres autos, que todos os homens assignam — um que é entregue aos monarchas, outro que vae para o Archivo Publico e o ultimo que se envia ao Reino das Duas Sicilias, a terra de D. Thereza Christina. Nos autos relatam-se a cerimonia, o dia e a hora do nascimento, o sexo e o estado de saude da criança.

No dia seguinte é a recepção de gala. O *Jornal do Commercio* na parte official, assignado pelo Ministro do Imperio, traz o seguinte aviso: “Havendo a Divina Providencia felicitado este Imperio com o nascimento que hontem teve logar, de um príncipe: por ordem de

Sua Majestade o Imperador se faz publico que o mesmo Augusto Senhor se digna receber hoje, pela uma hora da tarde, em grande gala, no Paço de S. Christovão, por tão faustoso motivo, o cortejo de pessoas que a este acto costumam ser admittidas, etc., etc.”.

A' uma hora da tarde o paço de S. Christovão resplende. Todas as dignidades do Imperio, o Conselho de Estado, os titulares, as Casas Legislativas, o corpo diplomatico, os membros dos Tribunaes, o Clero, as grandes corporações trãzem á presença de D. Pedro as melhores expressões de cumprimentos.

E' o dia dos discursos. Em primeiro logar falla o orador do Conselho de Estado. A saudação é curta, simples, cinco ou seis periodos de parabens aos monarchas e de parabens ao paiz, por aquelle novo rebento, que vem certamente augmentar a grandeza do Imperio.

A resposta do soberano ainda é mais simples e mais curta: “Muito agradaveis me são as expressões do Conselho de Estado e nem outra cousa podia esperar de sua constante lealdade.”

Fallam em seguida o representante do Senado, o da Camara dos Deputados e do Corpo Diplomatico.

Esse dia é ainda de festa na cidade. Illuminam-se as fachadas, bandas de musica tocam nos coretos dos jardins, ha alegria maior nas ruas.

São os bairros todos, o povo inteiro festejando a imperial creança que acaba de vir ao mundo, não se sabe com que sorte, se bôa ou má, mas que deve ser radiosa e bella, para a felicidade da dynastia e para a suprema felicidade da Patria.

Porque não roubou?

No agitado desdobramento daquelle drama politico que foi o Sete de Abril; o espectador que tiver serenidade para se não empolgar pelos vultos do primeiro plano, divisará no fundo da scena, como figura secundaria, uma figura fortemente theatral — Francisco Vilela Barbosa, o Marquez de Paranaguá.

O que com elle se passou, nos asperos dias da abdição de Pedro I, mostra que o aulicismo tambem se arranha em espinhos agudos e que os cortezãos, que todo o mundo aqui fóra inveja pela irradiação de favores que recebem, talvez engulam mais sapos e bebem talvez mais fél que qualquer de nós, simples mortaes.

Para chegar-se ao desenho exacto do Marquez de Paranaguá tem a gente que andar caminhos curvos. E' que elle foi durante a vida uma creatura tortuosa.

Nascido no Rio de Janeiro em 1769, tocou-se bem moço para Coimbra e lá se formou e em Portugal se fez professor da Academia Real de Marinha, sem nunca mais pensar no Brasil.

Quando foi da reunião das côrtes reaes, em 1821,

elegemol-o deputado pela provincia do Rio de Janeiro. Quanto ao seu papel como representante brasileiro, ha biographos que affirmam que foi brilhante de patriotismo.

Mas o conselheiro Drumond, nas *Memorias*, zurze-o sem dó nem piedade.

Ao que elle conta, Villela Barbosa, em Portugal, no tempo das côrtes, só se distinguiu pela opposição que fez a todos os projectos da independencia brasileira e pela defesa de tudo que se propunha para garrotar o Brasil. Certa occasião, num surto infeliz de eloquencia (é o mesmo conselheiro quem conta) o futuro Marquez de Paranaguá, insurgindo-se contra a propaganda que aqui se fazia de separação, teve a coragem arripiante de dizer que se sentia envergonhado de ter nascido em terra brasileira! E mais: que a sua raiva era tanta que, apezar dos seus 52 annos de idade, tinha força para marchar, ainda que fosse a nado, com a espada presa aos dentes, para castigar os degenerados brasileiros que queriam a independencia.

Mas, depois de feita a separação, Villela Barbosa arrumou as malas e veiu dar com os costados aqui.

Ha quem veja nisso um gesto admiravel de abnegação patriótica. Villela deixava os seus excellentes empregos em Portugal e vinha correndo para prestar serviços á patria nativa, tão necessitada, naquelle momento, de filhos abnegados.

Mas o conselheiro Drumond põe a descoberto as intenções dessa cartada.

Villela não veiu para o Brasil de alma aberta e

a patria na alma. Veiu contra a propria patria. Veiu ao Brasil em missão secreta do governo portuguez, para torcer o animo de Pedro I.

D. João VI nunca se conformou em perder o paiz em que viveu tão doces e longos annos, em que gozou tão fartas e tranquillias digestões. E depois de "Villafrancada", quando conseguiu restabelecer em Portugal o seu dominio absoluto, seus primeiros cuidados foram para o Brasil. Não estava perdido de todo! Quem sabia lá se o doido de seu filho, que tinha levado a doirdice até o grito do Yprianga, não seria capaz de amansar, de criar juizo e entrar num accordo para a reunião dos dois paizes numa só corôa?!

E emissarios aqui vieram tentar a reconciliação. Um delles foi Villela Barbosa.

José Bonifacio, que era mordaz, que tinha a veia do epigramma e um jeitinho liquidante de arrazar os inimigos, dizia que achava isso improvavel, porque não via no embaixador nenhuma qualidade necessaria para missão tão delicada. Antonio Carlos pensava de outra maneira: com aquella duplicidade de character, repetia, Villela era capaz de desempenhar as embaixadas mais antipathicas.

Mas Drumond conclue pela veracidade do facto. E conclue porque, em Lisboa, Manoel José Maria da Costa mostrou-lhe confidencialmente as provas mais irrefutaveis — cartas do proprio Villela Barbosa, datadas do Rio, contando das entrevistas com o Imperador.

Antonio Carlos, ao que parece, tinha razão: o Marquez de Paranaguá devia ser um character volatil, cam-

biante, de torcicollos. Devia ser uma dessas creaturas nascidas com a visão do interesse proprio e que sabem palmilhar, com segurança, os terrenos oscilante, com a intuição perfeita das oportunidades.

Aqui chegando para tentar a união do Brasil e Portugal numa só corôa, teve lucidez para perceber que a independencia brasileira era cousa definitiva e solida. Um principe moço e inexperiente é muito mais prodigo em favores que um principe da sovinaria clamorosa de D. João VI. Os horizontes aqui eram mais roseos e mais promissores que os de lá. Ficou aqui. Os acontecimentos ou o seu jeito, ou ambos ao mesmo tempo, fizeram com que D. Pedro lhe abrisse os braços.

Não se fez rogado em cair nos braços do monarcha.

Começaram-lhe as vantagens. Em Portugal tinha elle o posto de major de engenheiros: deram-lhe aqui um posto acima.

Em 1823 já Villela Barbosa é ministro e mais tarde visconde, marquez, conselheiro de Estado, senador do Imperio. Foi naquelles tempos, quem maior numero de vezes sobraçou a pasta da marinha.

Era aulico por indole, por feitio innato.

Quanto ao valor, é duvidoso. Para Sylvio Roméro é apenas um medalhão do primeiro reinado, professor mediano, politico mediocre, poeta secundario, "imitador das banalidades rhetoricas do classicismo portuguez".

A veia sarcastica, o repente na réplica navallhante, foram-lhe, com certeza, maiores que o estro poetico. Aquella anecdota narrada por Alberto Pimentel é deliciosa. Uma senhora discutia com Villela e, as cousas

tinham-se tornado tão azedas que, de parte a parte, fuzilavam os desaforos.

— O senhor não póde negar, diz a dama, que é um homem cujo appellido começa por *vil*.

Elle recua, espantado.

— Vil, eu? Não! *Vil ella!*

Nas scenas de mais intensa vibração do Sete de Abril lá está Villela Barbosa dentro do drama, como figura do segundo plano, mas com um cunho de palpitante theatralidade.

Lá está elle de novo no governo, de novo na pasta da marinha, como membro do celebre “ministerio dos marquezes”, que foi a causa deflagradora do grande golpe revolucionario.

E' no palacio de S. Christovão, na noite emocionante de seis de abril, que precedeu á madrugada historica da abdição de Pedro I. Lá fóra, nas ruas, estronda a procella da revolução. De quando em quando chegam ao palacio os relampagos assustadores da tempestade: ora a noticia de maior furia popular no Campo de Sant'Anna, ora a nova adhesão de mais outro batalhão, ora o boato mentiroso de que a tropa marchava contra o palacio. O imperador já havia recebido a representação dos juizes de paz que lhe vieram dizer, em nome do povo, que reintegrasse o ministerio liberal demittido na vespera; já havia recebido do proprio General Lima e Silva a certeza de que não podia contar com as tropas.

As minucias daquella noite angustiosa são descritas com intensidade por Eduardo Pontois, encarrega-

do dos negocios da França, e que assistiu, lá dentro do palacio, ao desênrolar granguinolesco das scenas.

E' muito mais de meia noite. Já deve ter começado a madrugada de sete de abril.

Nos salões da Boa Vista, áquella hora, ha pouca gente: o imperador, a imperatriz, o ministerio, dois ou tres diplomatas estrangeiros, alguns aulicos, os famulos. Na ante-sala está o major Miguel de Frias, que veiu, em nome da revolução, insistir com D. Pedro que reintegre o ministerio. Espera inquieto a resposta imperial.

Num salão proximo, Pedro I, ao lado da imperatriz, cercado do ministerio e dos diplomatas, expõe a delicadeza da situação. Nunca e nunca se sujeitará ás violentas imposições populares. A constituição confere-lhe o direito de organizar livremente o ministerio. Não cederá. Aquillo não é apenas um capricho do povo, é uma revolução nacional. Está incompatibilisado com a nação. Pois bem, abdicará.

Pela primeira vez a palavra abdicación lhe sahe da boca. O ministerio estremece, a imperatriz sacode-se. O Marquez de Paranaguá vem collocar-se perto do ministro da França, fallando-lhe baixinho.

E' preciso evitar que o imperador effective aquella desnorteante resolução. Não ha motivo para tanto, não ha!

E eil-o aos ouvidos de Pontois, a pedir, a supplicar que o diplomata remova a intenção do monarcha. Pontois accede.

E são os dois, elle e o marquez, a ponderar ao imperador. Não! abdicar naquelle momento, não! Sua

Majestade que mandasse novamente lembrar ao povo, pelo emissario que estava na ante-sala, as prerogativas que lhe conferia a constituição para formar livremente o gabinete. E que mandasse dizer tambem que, se continuasse a insistencia, abdicaria e sahiria do paiz com toda a familia imperial. A ameaça de retirar-se do paiz com a familia imperial talvez fosse um grande remedio para serenar os animos.

D. Pedro ouve-os. Os olhos de Paranaguá fuzilam á espera de que o conselho vingue. O imperador baixa a cabeça, meditando. Vae ceder, vae ceder! O marquez tem a alma constrangida de anciedade.

— Mas essa ameaça de levar toda a familia fará o povo correr para atacar o palacio, diz Sua Majestade, de cabeça baixa. Eu disponho de minha pessoa, mas não posso dispôr do herdeiro do throno.

E, de subito, ergue a fronte num gesto brusco:

— Não. Já sei o que devo fazer!

E entra para o gabinete proximo.

Ficam todos de coração travado. Que iria sahir dalli?

Paranaguá passeia mudamente pelo salão, de alma abatida e tonta. D. Pedro volta, agitando uma folha de papel. E' a abdição.

Ninguem espera aquillo, assim de improviso. Por pouco ha desmaios no salão. Ninguem diz palavra, ninguem tem forças para fallar.

O imperador vae entregar o papel a Miguel de Frias. E, como se aquella resolução lhe tangesse todos os nervos, D. Pedro fica numa excitação incrível.

Quer, naquelle proprio instante, deixar o palacio, sahir do Brasil.

No fundo da scena apparece de novo a figura de Paranaguá. E' o cortezão da desgraça, na phrase de Escragnolle Doria, mas tem ainda esperança de encontrar uma taboa salvadora para aquelle naufragio. Lá está elle aos ouvidos de Pontois, pedindo, insistindo que novamente o diplomata volte a fallar ao imperador. A partida áquella hora é inconveniente e anti-politica! Devia-se esperar! Nas revoluções, ás vezes no ultimo minuto, no ultimo instante, surgem reviravoltas. Quem podia garantir que o povo acceitasse a abdicção?!

Pontois vae fallar a D. Pedro. A partida precipitada podia dar idéa de que era uma fuga.

D. Pedro cede.

Espera-se até depois das nove da manhã a tal reviravolta suspirada pelo Marquez. As esperanças fenecem. A revolução acceitara com surpresa, mas gostosamente, a abdicção.

O monarcha segue para bordo da *Warspite* com a esposa, os Marquezes de Loulé e Cantagallo e o Conde de Sabugal.

Villela Barbosa, sem pasta, sem rei para cortejar, sem apoio de especie alguma, fica em terra, entre inimigos triumphantes.

Os dias tornam-se-lhe amargos. O povo, inflamado pela victoria, desenfreia-se pelas ruas, depredando. O odio contra os ministros da abdicção explode nas ruas. A massa popular vae insultal-os nas proprias casas, ameaçadoramente.

Os bens e a vida de Paranaguá correm perigo.

Que fazer, naquella horrivel situação de sustos inquietadores?

Ainda não partiram para a Europa os navios que vão levar á Inglaterra a familia imperial. Villela Barbosa lembra-se de ir collocar-se de novo aos serviços do ex-imperante. O unico refugio é aquelle, o da protecção consoladora do imperador desthronado, alli adeante, a poucas braças, no mar. Um simples escaler lhe daria socego á vida.

E o Marquez de Paranaguá não vacillou. Tinha direito a refrigerar-se á sombra protectora de D. Pedro. Durante dez annos dedicara-lhe a fidelidade mais incorruptivel, e, se agora os inimigos eram tantos, fizera-os por aquelle excesso de dedicação ao principe. E, além do mais, D. Pedro sempre lhe votara uma amizade excepcional, distinguindo-o em tudo, prestigiando-o nos momentos mais difficeis, indo buscal-o para seu braço direito nas horas mais agitadas.

A scena da apresentação de Villela Barbosa e Pedro I é contristadora.

Descreve-a o Barão de Daiser, ministro da Austria no Brasil, que assistiu. a ella.

O Marquez de Paranaguá chega a bordo da fragata *Warspite*, indo immediatamente á presença do ex-monarcha.

— Que veio fazer? pergunta-lhe D. Pedro, grosseiramente.

— Pôr-me á disposição de Vossa Majestade, para servil-o no que me ordenar.

— Mas eu não preciso de quem me preste servi-

ços. Não posso carregar com o senhor. Já tenho muita gente às costas.

Paranaguá não esperava engulir aquelle sapo. E procura engulil-o com a mais santa resignação.

— Nesse caso, diz, vou para Portugal, onde tenho direito a uma pequena aposentadoria como lente da Academia Real de Marinha.

D. Pedro desencadeia uma tempestade de palavras.

— Não admitto, não admitto! Prohibo-lhe de ir a Portugal antes que eu tenha restabelecido o throno de minha filha.

— Mas, meu senhor, que quer que eu faça? Sou pobre. Não tenho fortuna, só tenho o meu subsidio.

Pedro I encara-o.

— Faça o que quizer. Não é de minha conta. E' pobre? Por que não roubou? Roubasse! Por que não roubou como o Barbacena?

*

* *

Os homens daquelle tempo ou tinham traços de santidade ou eram de um character horrivel.

Tempos depois vamos encontrar o Marquez de Paranaguá como um dos chefes do partido "caramurú", o partido que trabalhava pela volta de Pedro I ao throno.

Quando dona Leopoldina aqui chegou...

A 5 de novembro de 1817 estavam os nossos avós em festa. Chegava ao Rio aquella que foi mais tarde a nossa primeira imperatriz, a bôa e soffredora dona Maria Leopoldina, princeza e archiduqueza d'Austria.

O casamento do principe d. Pedro foi uma das festas mais brilhantes daquelle periodo curioso do governo de d. João VI. A missão diplomatica do enlace do neto da rainha louca com a filha de Francisco II foi entregue ao tino e á elegancia fidalga do marquez de Marialva.

O trabalho de Marialva não foi dos maiores. A fama da grandeza do Brasil, os fulgores do ouro e dos diamantes que offuscaram o seculo XVIII, eram titulos sufficientes para que qualquer côrte se quizesse unir ao reino maravilhoso da America do Sul.

Quando o marquez entrou em Vienna em fevereiro de 1817 fel-o apenas para pedir officialmente a mão de dona Maria Leopoldina para o mais velho dos filhos varões do rei americano. Já estava tudo aplaidado, tudo cedido.

D. João VI, que passou a vida como um dos monarchas mais forrêtas e mais inimigos de ostentação, concordou em dar, ao pedido da mão da noiva de seu filho, uma pompa excepcional.

A embaixada do marquez de Marialva tinha um apparatus que surpreendeu a propria côrte apparatusa de Vienna.

Em joias, em barras de oiro que se offereceram á noiva e ás figuras principaes da aristocracia viennense, a somma subiu a mais de milhão e meio de francos. E isso sem contar o preço dos diamantes que foram todos do Brasil, e gratuitamente, gastando-se apenas a insignificancia de os montar.

O proprio Marialva confessa que Vienna nunca tinha visto uma embaixada de tanto fausto e magnificencia. Elle proprio gastou do seu bolsinho cento e seis contos a mais, porque quiz ou porque o dinheiro era pouco.

A festa que deu no jardim imperial de Augarten ficou celebre em toda a Austria. Para o grande baile e para a ceia mandou construir um vasto salão de tão rara elegancia e belleza, que a côrte de Francisco embasbacou. O numero de talheres da ceia subia a quatrocentos.

Mas, o que mais deixou Vienna em pasmo devia ter sido o presente que o marquez, em nome de d. Pedro, offereceu a dona Leopoldina. Era o retrato do principe num medalhão cercado dos mais finos e dos mais puros diamantes do Brasil.

Marialva descreve a impressão do presente principesco. A noiva, ao vel-o, teve um espanto que não

pôde esconder, confessando a sua alta felicidade por um "casamento tão acertado"...

E, tal era a magnificencia da cercadura de brilhantes e tão puros e bellos eram estes, que o marquez com uma ponta de ironia cortezã conta que a filha do imperador da Austria gostou muito da "imagem do seu real esposo", mas tambem gostou "do riquissimo ornato que o adornava".

O proprio principe de Metternich tão fino, tão educado, não se conteve para dizer que daquillo só conhecia nas "fabulosas chronicas orientaes".

O casamento de d. Pedro com a princeza Maria Leopoldina realizou-se a 13 de maio daquelle anno de 1817.

O noivo que aqui estava teve de ser representado pelo archiduque Carlos, irmão do imperador Francisco.

Dona Leopoldina era um coração de ternura encantadora. Logo que começaram as primeiras negociações para o seu casamento, toda ella se voltou para a nova patria de que veiu a ser imperatriz. Quando chegou ao Brasil sabia alguma coisa da lingua portugueza e falava correntemente da nossa historia e da nossa geographia.

Quasi um mez se demorou ella em Vienna, antes de tomar o rumo do porto em que devia embarcar para o Brasil.

Só no segundo dia de junho seguiu com a sua comitiva para Florença e dahi para Liorne, onde aguardou a esquadra que a transportou ao Rio.

A demora não n'a attribuem apenas aos arranjos de viagem, mas tambem á politica ingleza. A Ingla-

terra, naquella data, tinha o mais vivo interesse em que d. João VI se transferisse do Brasil para Portugal.

O filho de dona Maria I dava-se maravilhosamente na tranquillidade e no calor preguiçosos do seu reino americano e fazia ouvidos de mercador ás insinuações inglezas. Quando se fez o casamento de d. Pedro com a princeza Leopoldina, a diplomacia britannica mexeu-se para conseguir que a jovem consorte do principe brasileiro se conservasse na Austria ou se passasse a Lisboa para esperar o regresso da familia real portugueza. Era um meio de forçar a mudança de d. João. E, para isso, tudo foi empregado. Todas as injurias possiveis atiraram-se ao pobre clima do Brasil. Até a epilepsia de d. Pedro foi explorada como uma consequencia do nosso clima injuriado.

Mas o imperador da Austria soube contornar a questão. A sua filha, depois de casada, passára a ser filha do rei de Portugal; a este cabia designar-lhe a residencia.

Em Liorne, aos 15 de agosto, foi dona Maria Leopoldina, pelo principe Meternich, entregue officialmente ao marquez de Castello Melhor, commissario especial de d. João VI.

Nesse mesmo dia partiü para o Brasil. A esquadra que lá fôra buscar a noiva e a sua comitiva compunha-se apenas de dois navios: o *D. João VI* e o *São Sebastião*. No estreito de Gibraltar accresceu um terceiro — a fragata *Augusta*. A nossa futura imperatriz trazia comitiva de princeza: a condessa Kunburg, sua camareira-mór; condessas Ledron e Sarenthein, damas de honor; um capellão, um bibliothecario; açafatas;

damas de serviço particular; retretas, criadas, serviças de libré e um chefe de cozinha, austriaco, isso porque, ao que confessa Marialva no seu memorial, os cozinheiros portuguezes lhe fizeram "algumas vergonhas". Vieram mais os condes de Louzã e Penafiel, este veador da princeza e aquelle mordomo-mór, e ainda os medicos portuguezes Francisco de Mello Franco e Bernardino Antonio Gomes.

Uniu-se á comitiva o conde de Eltz, que trazia do imperador dos austriacos, a embaixada especial de saudar d. João VI pela sua elevação ao throno do Brasil.

A 5 de novembro appareceram ali na barra os primeiros signaes da esquadra. A cidade estava preparada para a festa.

A's 5 horas da tarde entraram os navios na Guanabara, fundeando entre a ilha das Cobras e o morro de S. Bento. No caes, nos montes, nos barcos, nos escaletes que vogavam festivamente no mar, a multidão fervia.

Ao fundearem os navios, a galeota real, com o rei, a rainha, o principe consorte, as princezas e toda a familia do monarcha portuguez, encostou no *D. João VI*. O marquez de Castello Melhor, dando o braço a dona Leopoldina, trouxe-a até á galeota para os cumprimentos.

Todos subiram depois ao navio, menos o rei, que ainda não estava sarado da perna que um carrapato, na fazenda de Santa Cruz, lhe picára, fazendo-o enfermar gravemente.

O desembarque estava annuciado para aquelle dia, mas a esquadra entrou muito tarde. A familia real

voltou então á galeota e o desembarque se transferiu para o dia seguinte.

A' noite a cidade illuminou-se magnificamente. As ruas forma cobertas de camadas de areia e folhas de canella.

Em frente do Arsenal de Marinha, da igreja da Cruz dos Militares e da rua do Sabão, erguiam-se arcos pomposos.

No dia seguinte, pela manhã, a tropa formou para o desembarque da princeza.

Eram duas horas da tarde, quando esta chegou á terra na galeota, pela mão de d. Pedro, saltando no Arsenal de Marinha, onde a esperava toda a familia real.

O prestito desfilou pela rua Direita até á real capella, ao repique dos sinos, ao som de musicas, emquanto os canhões das fortalezas e dos navios troavam. Em toda a extensão da rua a futura imperatriz só pisou em flores que o povo lhe atirava.

A' porta da capella, para a recepção dos consortes, estavam o Senado da Camara, o Cabido inteiro, e o capellão-mór; os bispos de Pernambuco, de Goyaz, de Angola, de S. Thomé e Moçambique.

Dentro do templo o Cabido formou em quadratura.

D. Pedro e dona Leopoldina foram, pelo rei e pela rainha, apresentados ao bispo capellão-mór. Os esposos ajoelharam-se e a benção nupcial lhes foi lançada. Logo após o *Te-Deum Laudamus*, cantado pelos musicos da real capella, sob a batuta de Marcos Portugal, salvaram as fortalezas e os navios. Eram quasi cinco horas da tarde.

A familia real seguiu para o paço e, das janellas, assistiu ao desfilar das tropas.

Mais tarde o jantar com toda a pompa da côrte.

O que estava assentado era, após o banquete, partirem os consortes, á noite, para a Quinta da Bôa Vista.

Ao que conta o padre Luiz Gonçalves dos Santos, os moradores da rua do Ouvidor, do largo do Rocio, do Caminho Novo, do largo da Sentinella, de Mata-Porcos, etc., tiveram avisos para enfeitar as fachadas e as ruas. Mas perderam o tempo e o trabalho. A perna de d. João VI estragou todo o programma. Sua majestade não se sentiu com coragem de, á noite, com a perna machucada, aventurar-se á viagem, aos abalos do coche real pelas ruas mal calçadas do Rio daquelle tempo.

Resolveu-se que o prestito seguisse por mar até S. Christovão. E, ás nove e meia da noite, deu-se o embarque no Arsenal de Marinha.

A's onze horas da noite chegava-se á Quinta da Bôa Vista.

Ao que dizem os chronistas, a alegria de dona Leopoldina era immensa e imperturbavel.

Talvez que, na manhã seguinte, já elle tivesse a consciencia da bôa bisca que a má sorte lhe déra como marido, para lhe tornar tão amarga a vida.

A pobre filha de Francisco II vinha de uma familia em que havia mulheres desgraçadas: Maria Antonieta, sua tia, que morreu no cadafalso, e Maria Luiza, sua irmã, humilhada nos braços de Napoleão.

E dona Leopoldina teve tambem a infelicidade de aqui chegar num anno funesto. Em 1817 morriam os sonhadores republicanos de Pernambuco...

A volupia da morte

Ao prefaciар a *Historia da Revolução de Pernambuco em 1817*, de Muniz Tavares, Oliveira Lima, o grande psychologo dos nossos homens e das nossas épocas, tem esta sentença profunda: — foi naquelle momento “que a nação verdadeiramente aprendeu a combater e a morrer pela liberdade”.

A phrase é admiravel. Dá-nos, num golpe, a clara visão do que foram os assomos de liberdade anteriores ao movimento emancipador que Dominogs José Martins chefiou em Pernambuco.

Até 1817, em verdade não se sabia, no Brasil; morrer em prol dos idéaes. Sabia-o uma ou outra alma inflammada de sentimentalismo patriótico — um Felippe dos Santos, um Bequimão, um Tiradentes.

A nação não conhecia ainda o heroismo do sacrificio da vida.

A inconfidencia mineira é um exemplo doloroso da verdade profunda da phrase de Oliveira Lima. Conspiram as mais illuminadas mentalidades daquella quadra tormentosa de noite colonial. São os homens

mais culminantes de Minas, os poetas, os padres, os militares, os magistrados, os fazendeiros, o que ha de mais fino e culto, de mais actuante e mais efficiente.

Mas, no momento extremo do drama, no momento em que cada conspirador deve mostrar quanto preza o ideal que os levou ao carcere, no momento de morrer, falham todos. Falham todos e da maneira mais triste, dando vivas á rainha que era o symbolo da tyrannia que os agrupou em conjura.

Só um teve a grandeza de ser nobre, só um teve a nobreza de affrontar a morte, a dignidade de subir os degraus do patibulo sobraçando o ideal que os companheiros repudiavam, um unico, e justamente o mais humilde de todos, aquelle que, pelas maneiras açodadas, pela cultura mediocre, pelo prestigio quasi nullo, era o que menos podia dar — Tiradentes.

Até 1792, não se sabia, no Brasil, morrer pela liberdade. Só se vae aprender vinte e cinco annos depois, na revolução chefiada, em Pernambuco, por Domingos José Martins. Ahi, a nação está inteiramente integrada do seu papel, da sua expressão idealista. Os patriotas têm outra figura, outra significação historica. Morre-se com a consciencia de que um grande sonho vale mais que a vida. Morre-se sabendo-se que não ha idéa, sem martyres, nem martyres sem conquista. Morre-se sabendo-se que, do sangue derramado, alguma cousa o futuro aproveitará.

A evolução é rapida. Esse mesmo povo que, em 1792, ainda não sabia morrer pela liberdade, que em 1817 apenas havia aprendido, sete annos depois, na

Confederação do Equador, tem a verdadeira volupia da morte.

Basta um golpe de vista sobre as figuras maximas do movimento.

Têm todos o orgulho do ideal que os agita. Parece que ha entre elles a porfia de ver qual o que transpõe mais risonhamente e mais gloriosamente a posteridade pela escada do patibulo.

Não parece uma revolução de homens normaes, parece um transporte de fanaticos. O exemplo de Tiradentes inflamma todas as cabeças. E' a porfia da abnegação patriotica, a ancia de morte gloriosa.

Tem-se a impressão de que o fim não é realizar, mas unicamente morrer.

A forza não apavora ninguem; caminham para ella como se caminha para uma festa civica, de cabeça levantada, fronte altaneira, como quem cumpre um dever. Cada patriota ufana-se do papel de martyr e antegosa a volupia de morrer por uma idéa.

Emquanto pelo paiz inteiro correm arrepios de emoção a cada conspirador que morre e o povo supplica aos pés do Imperador o perdão para os que vão ser sacrificados, elles, os que vão morrer, estão serenos, nada pedem, a não ser que os levem o mais cedo possivel aos degrãos do cadafalso.

E essa estranha e maravilhosa volupia da morte culmina naquellas tres bellas figuras da revolução: Frei Caneca, o padre Moróró e Agostinho Bezerra Cavalcanti.

Esses morreram porque quizeram morrer. Tiveram a salvação ao alcance do braço. Recusaram-n'a.

Com Frei Caneca o episodio se deu quando, já preso, pelas forças imperiaes, caminhava da fazenda do Juiz para Recife. O commandante das tropas vem offerecer-lhe a fuga. Não, não quer! Não lhe ficava bem. Já que havia começado aquillo queria ir até o fim. O fim era a morte se, á morte, o tribunal o condemnasse.

Com o padre Moróró a passagem é quasi a mesma. Já está preso nos carceres de Fortaleza. A commissão militar, presidida pelo Major Conrado Niemeyer, age horrendamente. O commandante de um navio ancorado no porto manda offerecer asylo ao padre revolucionario. Moróró recusa. Não quer comprometter ninguém, não quer crear complicações a innocentes.

Com Agostinho Bezerra o episodio é ainda mais interessante. A sentença militar já está lançada — pagar a vida o crime de insurgir-se contra a corôa e o crime maior de se bater pela Republica.

E' um figura querida do commercio do Recife. Como commandante dos pardos, uma vez salvou as casas commerciaes da furia do povo que as queria queimar.

O commercio, unido, manda uma representação ao Imperador supplicando o perdão. A supplica (todo o Recife espera) vae ser attendida. O proprio commandante Lima e Silva encaminhou-a com as suas melhores sympathias. Mas, a resposta imperial, chega á capital de Pernambuco, abalando as almas mais indifferentes. O Imperador nega o perdão. E mais: censura a commissão militar por lhe fazer chegar ás mãos pedidos daquella ordem. E mais ainda: recommenda pres-

teza, a maxima urgencia na execução dos condemnados á pena ultima.

E' na semana santa. A commissão não mais quer soffrer censuras e marca o sacrificio de Agostinho para a propria semana da Paixão de Christo.

O commercio inteiro está empenhado em salvar de qualquer maneira a vida do revolucionario que um dia o salvou.

Já que falhou a piedade imperial, que se appelle para o recurso da fuga. Os guardas da prisão são peitados.

E' na vespera do sacrificio. Alta noite, os encarregados da fuga, penetram no carcere.

— Depressa! vamos! não ha um minuto a perder!

Agostinho recebe-os com uma tranquillidade de estarrecer.

— Ir? para onde?

— Lá para fóra! para a liberdade! para a vida!

— Não quero.

— Mas está tudo preparado para a fuga. Todos dormem na prisão, os guardas estão peitados.

— Não vou. Não vou.

— Por que?

— Porque um patriota não foge.

— Mas é um sacrificio inutil.

— Embora! Mas um patriota nunca deve temer a morte.

E não saiu do carcere. Mais tarde, quando os sinos dobravam para a procissão dos Passos, dobravam tambem pela sua alma.

Na Confederação do Equador, ao que parecia, a finalidade não era realizar uma idéa, era morrer por ella. Não foi uma revolução de homens normaes, foi uma exaltação de voluptuarios da morte.

O que elles eram no passado

Deante da feição moderna do mundo e da vida, neste apagar de fóros de nobreza e de orgulho de sangue, é quasi impossivel a nós outros, homens da actualidade, compreender a aspera figura daquelle fidalgo, o coronel Antonio de Oliveira Leitão, que morreu no cadafalso em 1721, por ter assassinado miseravelmente a propria filha.

O episodio que narram as chronicas só se póde enquadrar no recuo de duzentos annos. Na época actual, no estado actual da humanidade, seria inteiramente incrivel uma figura daquellas, com aquelles moldes, aquella estructura, aquelles bríos extravagantes de orgulho aristocratico.

Não é o crime que faz o coronel Antonio de Oliveira Leitão um vulto singular na historia brasileira do seculo dezoito. Crimes barbaros tantos e tantos fidalgos praticaram naquelles e noutros tempos. E' o arrogante orgulho de nobreza, rude, brutal, cabeçudo, allucinado que, se não chocou a época em que se deu porque a época o comportava, escandaliza a nós que vivemos numa quadra inteiramente diversa, radicalmente transformada.

Sob o peso da infamia de réo confesso do assas-

sinio de sua propria filha, curtindo os carceres da Bahia, condemnado á morte ignominiosa, só desta coisa, para nós hoje frivola, o coronel se preocupou — de morrer como fidalgo, com todas as prerogativas da nobreza de seu sangue.

Nos primeiros dias da historia paulista encontramos um Antonio de Oliveira, feitor do almoxarifado real, na donataria de S. Vicente. Em 1853, Martim Affonso de Souza retira-se da sua capitania, deixando á sua esposa, d. Anna Pimentel, todos os poderes que lhe doou el-rei. D. Anna, por sua vez, transmite-os ao vigario Gonçalo Monteiro, com a reserva de superintender, ella propria, os actos do procurador. Em outubro de 1538, a mulher de Martim Affonso nomeava Antonio de Oliveira para succeder ao vigario, com os titulos de capitão-mór, governador, ouvidor e loco-tenente do donatario. Ao que rezam os papeis, Antonio de Oliveira governou a capitania com moderação e intelligencia. Era um homem circumspecto, limpo. Por aquelle tempo, nos arredores da ilha de S. Vicente, os moradores faziam em commum as plantações. Mas, por occasião das colheitas, havia sempre duvidas e brigas. Antonio de Oliveira consegue regularizar o trabalho agricola da ilha, dividindo com justiça as terras. E' no periodo de sua gestão que o povoado de S. Vicente se muda mais para o interior da ilha, porque, nas grandes ressacas, o mar invadia as casas. Até 1553 o nome de Oliveira apparece no governo da capitania, revezando-se com o de Braz Cubas. Além dos altos cargos que occupou, tinha fôro de cavalleiro fidalgo, e sua mulher, d.

Genebra Leitão de Vasconcellos, pertencia á “qualificada nobreza” de Portugal.

O coronel Antonio de Oliveira Leitão era descendente legitimo e directo do loco-tenente de d. Anna Pimentel. Nobreza clara, proxima, authentica. Era filho de Domingos de Oliveira Leitão, natural de Santos, que morreu em S. Paulo em 1691, e de d. Anna da Cunha, irmã direita de R. Domingos da Cunha, conforme as informações minuciosas de Pedro Taques. O ramo dos Oliveiras ainda hoje existe em São Paulo, na familia Alcantara Machado, com o mesmo traço de rectidão e limpeza que realçou o governador de S. Vicente.

Não ha dados iconographicos para estudar-se a figura remota do coronel Oliveira Leitão. Mas, ao que se calcula, pelos seus gestos e pelas suas maneiras, devia ser um typo alto, barbado, cabelludo, brusco, seccarrão, uma dessas creaturas de cara amarrada, que mais parecem ursos do que sêres humanos. Era a feição normal dos potentados de dois seculos atrás, mixto de barbaros e cortezãos, envergaduras de arrieiros em roupagens de setim.

O coronel Oliveira Leitão teve certamente uma mocidade rude e profundamente agreste. Era um Hercules na força, um gamo na agilidade. A primeira vez que apparece nas chronicas é em 8 de abril de 1712, quando a villa de S. Paulo festeja a sua elevação á cidade, e apparece num redondel de touradas, applaudido pelo povo, por ter decepado, de um só golpe, a cabeça de um touro! Devia ter mais accentuados os

traços physicos de um barbaro que as linhas suaves de um fidalgo.

Vamos, depois encontral-o em Villa Rica, em Minas. Já é homem maduro, de familia formada. Parece que já se não atira mais ás aventuras com os garrotes. E' o substituto immediato do ouvidor geral e corregedor, occupando os cargos quando o titular se afasta da comarca. Acatam-no, respeitam-no. Elle faz-se respeitar ou pela força do braço ou pelo prestigio da moralidade.

Está casado com Branca da Silva, senhora de linhagem illustre como a sua, e tem uma filha, a linda e desgraçada Martha, que os historiadores pintam como um typo de doçura e de belleza.

No lar do coronel a vida é aquella mesma vida perramente austera, rispida, inclemente de todos os lares ricos do passado. O riso é um crime, a alegria uma profanação, o amor uma calamidade.

E' realmente uma tortura d'alma a historia dos casarões abastados de antigamente. E' a solidão, a tristeza, a monotonia embrutecedora, a severidade implacavel que desorganiza a disciplina, o melindre de rigidez familiar anniquilando a ternura e a liberdade. Debaixo daquelles immensos telhados ricos soffria-se mais que num carcere ou num tumulo. Ser virgem era mais um baldão que uma virtude amavel. Tudo e tudo conspirava para tornar infeliz a donzella. Espiavam-na como se espia a um ladrão, vigiavam-lhe os passos como os de um criminoso, fechavam-lhe o coração como se fecha o portão de uma chacara, á noite, para que os gatunos não entrem. As janellas dos casarões não se

abriam para que as moças virgens não tivessem ensejo de ver os homens que passassem lá fóra; deixavam-se analphabetas, por toda a vida, as donzellas, para que nunca soubessem decifrar as cartas dos namorados.

Impulsos d'alma, amor, eram os delictos supremos da época. O coração das filhas era propriedade exclusiva dos paes, que delle dispunham como do gado dos seus curraes ou das bestas de seus campos.

E, quanto mais opulenta a casa, mais miseravel a vida das donzellas. E quanto mais cioso de nobreza o pae, mais despotico o seu poder no coração das filhas.

Ninguem mais que o coronel Oliveira Leitão zelava pelas regalias e privilegios de fidalgo. Devia ser um inferno o seu lar.

E foi.

A tragedia que lá dentro estalou em 1720 não é sómente uma prova do genio tempestuoso do coronel, mas, principalmente, dos seus allucinados e escaldantes brios de nobreza.

O caso é horrivel. Martha, a filha do coronel, encerrada no vasto casarão paterno, sem licença de abrir uma fresta de janella para não manchar a sua pureza aos olhares dos homens, teve a infelicidade de sair uma manhã, com a mãe, d. Branca da Silva, para ouvir a missa, na igreja da villa. Lá os seus olhos cruzaram com os olhos de um tal Luiz de Gusmão, moço de parecer distincto.

Ahi começa o drama. Martha está apaixonada, Luiz Gusmão tambem. Mas entre os dois havia a vigilancia do coronel, zelando pelos melindres da honra da

familia, pelos fóros de nobreza dos ancestraes illustres.

Luiz de Gusmão não vinha de estirpe “qualificada” e, se vinha, a qualificação não podia equivaler aos descendentes do capitão-mór de S. Vicente.

O coronel Oliveira Leitão repelle os projectos de casamento, hostileza-os, persegue-os.

Naquelle tempo só havia um remedio ás donzellas perseguidas nos seus planos de amor — abalar de casa, alta madrugada, á garupa de um cavallo, abraçada ao noivo.

Martha, porém, era um temperamento docil, suavissimo, resignado. Soffria as torturas da contrariedade, enclausurada no seu quarto, a chorar.

O coronel dobrou de vigilancia; elle proprio praticou-a como um cão de fila.

Uma tarde, Martha, que chorava no seu quarto, veiu até ao quintal estender na corda um lenço ensopado.

O pae estava nos fundos da casa, entre a fresta de uma janella, olho agudo, devorador, como o de um falcão de caça. O que lhe passa pela cabeça é um desvairamento. Aquelle lenço, estendido ao sol, deve ser um signal a Luiz de Gusmão, um aviso de amor, uma combinação, uma patifaria. Está manchada a honra de sua casa, está manchada a dignidade de seu nome!

Desce numa furia, num impeto, de punhal em punho, trepidando.

A interpeção é uma borrasca. A moça titubeia ao inesperado da scena. Elle vê na vacillação a prova real da culpa da filha. Devia-lhe ter passado pela mente o episodio das festas de S. Paulo em 1712, quando de

uma cutilada decepou o pescoço de um touro. Enlaça o corpo da filha e enterra-lhe o punhal, inteirinho, no coração. O sangue espirrou, esguichando pela parede e, ao que dizem as chronicas, já certamente douradas pela lenda, lá na parede ficou por muitos annos, limpido, vermelho, brilhante, por ser sangue innocente.

Oliveira Leitão, podendo fugir, não foge. E' uma indignidade para um nobre. Deixando o cadaver da filha numa poça de sangue, corre a entregar-se ao governador da capitania, o conde de Assumar.

A justiça remette-o para a Bahia. Corre o processo. O coronel é condemnado á forca.

E é justamente nesse ponto que elle deixa de ser um criminoso vulgar, commum, para apresentar-se aos olhos da actualidade como um typo espantosamente original.

Nos tempos modernos, o homem que tivesse sobre a cabeça o pavor de uma sentença de morte, só teria a preocupação de livrar-se della. Apresentada a impossibilidade, o unico remedio seria morrer com resignação ou desespero. E, quando se vae morrer, tanto faz ser desta maneira como daquella. Quando se tem que perder o pescoço, tanto faz por uma cutilada, como pelo laço de uma corda. A eliminação é a mesma eliminação. Não ha hoje ninguem que tenha a calma e o requinte de indagar o genero de morte de uma sentença, desde que esteja irremediavelmente condemnado a morrer.

Teve-os o coronel Oliveira Leitão. Quando ás mãos lhe chegou a sentença que o condemnava á forca levantou bem alto o seu protesto. Forca! não! Na forca não morreria! A corda da forca era para os villões e elle

era nobre, de nobreza qualificada e antiga! Homens da sua estirpe, da distincção, da sua linhagem, só em cada-falso e em cada-falso alto podiam morrer!

Para nós outros da actualidade um gesto desses é quasi inacreditavel. Não comprehendemos, na época moderna, um homem da estructura antiga do coronel Antonio de Oliveira Leitão.

Eram realmente muito differentes de nós os typos do passado! Tinham, na realidade, outra alma que, felizmente, hoje não temos!

Ao peso da ignominia de assassino, amargurado pela morte da filha que elle já sabia innocente, com certeza roído de remorsos e de arrependimento, mettido em carceres, desprezado e repellido, com uma sentença de morte sobre a cabeça, o coronel Oliveira Leitão tem sangue frio para insistir, protestar e questionar, afim de que lhe sejam dadas as regalias condignas á sua nobreza criminosa — esta triste, esta miseravel, esta desprezivel regalia — a troca da plebéa corda da forca pela lamina afiada do cada-falso alto.

Eram sinistros no seu orgulho os homens de antigamente!

O protesto do coronel subiu até el-rei de Portugal. O que elle pedia era um direito. El-rei lh'o deu.

Os reis ouviam sempre os appellos justos dos nobres, mesmo quando os mandavam matar...

F I M

INDICE

+ O martyr dos martyres	7
+ O motim dos frades	17
+ O que muito exigiu e muito prometeu	23
+ Pedro I e a Confederação do Equador	35
+ Festas seiscentistas	47
+ O que não quiz ser rei	57
+ Le Mariage Forcé	67
+ O jantar em casa de Victor Hugo	73
+ Os cannaviaes de Fernandes Vieira	81
+ Homens de Liliput	89
+ O delator da Conjuração	99
+ Poetas, eternos poetas	105
+ A meninice de Pedro II	115
+ A princeza tabajara	121
+ Na guerra da secessão	127
+ D. Cosme	141
+ A instrucção colonial	153
+ A semana santa dos Guarany's	161
+ O cortesão de saias	169
+ Pedro II e a Abolição	177
+ O carro de bois	183
+ Entre o céu e a terra	197
+ O heroe dos estudantes	203
+ D. João VI, o clemente	211
+ O rebuçado	221
+ Pedro II, o democrata	227
+ Willegagnon e La Ravardièrre	235
+ Badaró	243
+ Como nascia um principe	251
+ Porque não roubou?	257
+ Quando D. Leopoldina aqui chegou	267
+ A volupia da morte	275
+ O que elles eram no passado	281

